

Módulos 1, 2 e 3
.....
Claudia Beltrão
Jorge Davidson

Volume 1

História Antiga





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

História Antiga

Volume 1 – Módulo 1, 2 e 3

Claudia Beltrão

Jorge Davidson



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ministério
da Educação



Apoio:



Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua Visconde de Niterói, 1364 – Mangueira – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20943-001

Tel.: (21) 2334-1569 Fax: (21) 2568-0725

Presidente
Masako Oya Masuda

Vice-presidente
Mirian Crapez

Coordenação do Curso de História
UNIRIO – Keila Grinberg

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Claudia Beltrão

Jorge Davidson

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristiane Brasileiro

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Alexandre Belmonte

Anna Maria Osborne

José Marcelo

Departamento de Produção

EDITORA

Tereza Queiroz

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Cristina Freixinho

Daniela de Souza

Diana Castellani

Elaine Bayma

Patrícia Paula

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Katy Araújo

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Márcia Valéria de Almeida

ILUSTRAÇÃO

Fernando Romeiro

CAPA

Fernando Romeiro

PRODUÇÃO GRÁFICA

Patrícia Seabra

Copyright © 2009, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

B453

Beltrão, Claudia.

História antiga. v. 1 / Claudia Beltrão, Jorge Davidson. -
Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

276 p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-591-9

1. História antiga. I. Davidson, Jorge. II. Título.

CDD: 930

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Cardoso

Universidades Consorciadas

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Almy Junior Cordeiro de Carvalho

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Vieiralses

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL
FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Aloísio Teixeira

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Motta Miranda

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
Reitora: Malvina Tania Tuttman

Aula 1 – Introdução à História Antiga	7
Claudia Beltrão / Jorge Davidson	
Aula 2 – As fontes para o estudo da História Antiga	35
Claudia Beltrão / Jorge Davidson	
Aula 3 – O trabalho com modelos: o Mediterrâneo	71
Claudia Beltrão / Jorge Davidson	
Aula 4 – Antiga Mesopotâmia: o espaço dos primeiros assentamentos urbanos	101
Claudia Beltrão / Jorge Davidson	
Aula 5 – Desenvolvimento das forças produtivas e organização social do trabalho na antiga Mesopotâmia	135
Claudia Beltrão / Jorge Davidson	
Aula 6 – Das cidades-Estado aos primeiros impérios	161
Claudia Beltrão / Jorge Davidson	
Aula 7 – Organização social e cultura: Direito, arte e literatura	185
Claudia Beltrão / Jorge Davidson	
Aula 8 – Egito, presente do Nilo e do trabalho dos homens	205
Claudia Beltrão / Jorge Davidson	
Aula 9 – Uma economia ao ritmo da enchente	223
Claudia Beltrão / Jorge Davidson	
Aula 10 – Monarquia divina e organização burocrática no Egito faraônico	243
Claudia Beltrão / Jorge Davidson	
Referências	267

Aula 1

Introdução à História Antiga

Metas da aula

Nesta aula, você será apresentado à História Antiga. Veremos a importância e a atualidade do seu estudo, os temas que abordaremos ao longo do curso e alguns elementos a levar em consideração nesta disciplina, atendendo às suas características particulares.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. compreender a atualidade do estudo da História Antiga;
2. delimitar o que estudaremos em História Antiga.

Pré-requisito

Para que você encontre maior facilidade na compreensão desta aula, é importante ter em mãos um bom dicionário da Língua Portuguesa. Um dicionário é um excelente instrumento para que você compreenda o significado de expressões e termos novos que surgirão ao longo da aula.

INTRODUÇÃO

O filósofo ateniense **Platão** (século IV a.C.) escreveu certa vez:

O que escapa à maior parte dos homens é a sua ignorância da natureza essencial de cada coisa. Deixam assim, julgando conhecê-la, de pôr-se de acordo no início do caminho. Mas, depois, pagam o preço normal desse descuido: não se entendem nem consigo mesmos, nem com os outros (FEDRO, 237c).

Estudar a História Antiga é empreender uma viagem no tempo e no espaço. É um encontro com culturas e povos que existiram há muito, muito tempo. E sempre que iniciamos uma viagem, é muito importante planejá-la com cuidado, saber para aonde queremos ir, por que queremos ir, como podemos ir etc., a fim de evitar sobressaltos e contratempos que possam prejudicar a nossa viagem. Como dissemos, estudar História Antiga é uma viagem no tempo e no espaço, e devemos planejá-la cuidadosamente, para que a nossa viagem seja proveitosa e, também, agradável. Devemos, como nos ensinou Platão, chegar a um acordo no início do caminho.

Uma boa viagem deve, então, ser planejada desde o seu começo, desde o seu ponto de partida. Sendo assim, a viagem da História Antiga deve “começar pelo começo”. Mas o que é um “começo” na história? Por onde começar?

À primeira vista, o “começo” seria buscar, nos tempos passados, a “origem” das culturas e dos povos. Mas seria este realmente um bom caminho? Cremos que não, pois buscar esta “origem” implicaria recuar cada vez mais no tempo até um momento em que supostamente teria surgido o ser humano na face da Terra, o que nos levaria a uma busca – provavelmente infinita – que talvez não nos permitiria chegar a um bom termo... A história não é uma busca desenfreada pelas origens, sejam biológicas, religiosas ou míticas, do ser humano. Qual seria, então, um bom começo?

Platão

Tem uma obra literária considerável e ocupa um papel de destaque na história da filosofia ocidental. Suas obras são de grande interesse para os historiadores, pois nos diálogos em que põe em cena seu mestre Sócrates, rodeado de seus discípulos, são evocados problemas centrais da cidade de Atenas. Dentre suas obras, destacam-se *A república* e *As leis*.

Os estudos de **Benedetto Croce** sobre a filosofia e a escrita da história foram fundamentais para a renovação da história no século XX, trazendo questões sobre o caráter da narrativa historiográfica que estão atualmente na ordem do dia dos debates teóricos e metodológicos sobre a natureza lingüística da compreensão histórica. Destacamos, entre suas obras, *A história como história da liberdade*.

Para escolher este começo, o nosso ponto de partida, o melhor caminho é começar pelo nosso próprio mundo, nosso próprio tempo, nosso próprio lugar. Um historiador e filósofo italiano do início do século XX, **Benedetto Croce**, cunhou uma frase que se tornou um *slogan* para os estudos históricos: "Toda história é história contemporânea!"

A atualidade do mundo antigo

Será que Benedetto Croce queria dizer, com esta frase, que só devemos olhar para o nosso próprio tempo e para a nossa própria sociedade? Se assim fosse, o estudo da História Antiga seria não somente inútil como também impossível. Se toda história fosse somente o estudo do tempo presente, então, não deveríamos propor uma viagem ao mundo antigo. Mas a frase de Croce não significa que só devemos estudar a história do tempo presente. Ao contrário, Croce – e os historiadores atuais lhe fazem coro – disse que toda história é história contemporânea porque interessa ao mundo atual e às pessoas que vivem aqui e agora! Acreditamos, então, que um bom começo, um bom ponto de partida, para o estudo da História Antiga seja o nosso próprio mundo, a nossa própria sociedade.

Olhemos à nossa volta: vivemos em um mundo, uma sociedade que tem os seus valores, as suas regras, as suas leis, as suas instituições, as suas crenças, as suas paixões, os seus preconceitos, sejam quais forem. Ao nascer, nos deparamos com esse mundo, no qual temos de viver. Esse mundo, com todos os seus valores, regras, leis, instituições, crenças, paixões, preconceitos, e por aí vai, não nasceu conosco. Ele existia antes de nascermos. Certamente não é um mundo estático; ele se altera, às vezes lentamente, outras vezes rapidamente, assim como muitos elementos desse mundo que existem há tanto tempo e que temos muita dificuldade em definir como e quando surgiram pela primeira vez. Mudanças e continuidades ocorrem em nosso mundo, e muitas delas ocorrem de modo visível

para nós, em nossas vidas. E nós, ao nos inserirmos no mundo, pelo nascimento, pela socialização, pela educação, participamos de suas mudanças e de suas continuidades, seja concordando com elas e defendendo-as, seja discordando delas, combatendo-as e buscando transformá-las.

Deste modo, estudar história é algo que interessa ao nosso próprio mundo, à nossa própria vida aqui e agora. Estudar a história do passado é buscar compreender o nosso próprio mundo. Vejamos como isso ocorre.

Pensemos agora sobre o livro que temos diante dos nossos olhos. Estamos, neste momento, nos comunicando por meio de palavras e frases, não é mesmo? Mas não fomos nós que inventamos essas palavras e essas frases. Estamos nos comunicando, agora, por meio de uma linguagem específica, a linguagem verbal, usamos palavras e a construção frasal da Língua Portuguesa, língua que existia antes de nós. A Língua Portuguesa existia antes de nós, e a aprendemos a tal ponto que podemos nos comunicar por meio dela. E assim como as coisas se transformam, a Língua Portuguesa é algo que se transformou e se transforma com o decorrer do tempo, de acordo com as necessidades dos grupos humanos que a utilizaram e utilizam. A Língua Portuguesa também não surgiu do nada, surgiu de uma longa história, que começou há muito, muito tempo atrás...

Usamos inúmeras palavras no nosso dia-a-dia e, se muitas são termos simples para designar coisas e objetos, outras se revestem de um significado muito mais amplo para as nossas vidas. Quando lemos ou assistimos a um noticiário, algumas palavras parecem ter uma aura quase mágica, orientando a nossa vida e a vida de povos inteiros.

“Liberdade” e “democracia” são duas destas “palavras mágicas”. Nos jornais e em nossa vida quotidiana, vemos que homens e mulheres aspiram, promovem, celebram, defendem, matam e morrem por palavras e conceitos que não surgiram agora. São palavras e conceitos muito antigos, que aos poucos foram se transformando para atender às

novas necessidades das sociedades, mas poucas são as pessoas que param para pensar o que eles realmente significam. Um país, hoje, só é reconhecido como “civilizado” pelos meios de comunicação de massa e, conseqüentemente, pelo senso comum, se vive de acordo com aquilo que se chama “democracia”, não é mesmo? Mas o que é, afinal, a democracia? No nosso dia-a-dia, vemos muitas ações que, rigorosamente falando, ferem a liberdade de povos inteiros, favorecendo o poder ou o enriquecimento de outros povos, e são justificadas como tendo ocorrido em nome da “democracia” e da “liberdade”... Do mesmo modo, as nossas instituições estão plenas de nomes derivados – mesmo que seu sentido tenha sido alterado – de nomes antigos, sem que “Senado” não seja o primeiro nem o último.



Figura 1.1: Podemos ver a imagem de uma cédula de 20 reais. No centro dela, vemos a representação da República Brasileira, uma imagem inspirada em modelos clássicos. Por que será que usamos hoje em dia, para representar a República, uma imagem neoclássica?

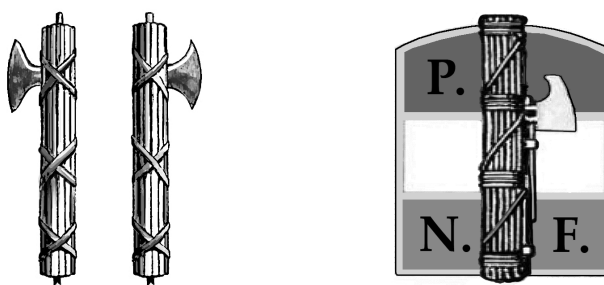


Figura 1.2: À esquerda, vemos uma representação dos *fasces*, feixes com um machado portados pelos “litores”, ajudantes dos magistrados na Roma Antiga. À direita, vemos o símbolo do partido de Mussolini na Itália do século XX, o fascismo (nome diretamente inspirado nos *fasces* romanos). Como podemos perceber, símbolos do poder em Roma inspiraram representações modernas do poder.

Mesmo em nosso dia-a-dia, é difícil escapar de coisas, palavras e idéias provenientes do passado. Prédios públicos e privados em nosso país ainda são construídos com elementos arquitetônicos inspirados nos prédios antigos. Nos filmes de Hollywood, vemos a Guerra de Tróia, os gladiadores romanos, heróis cristãos e outros personagens do passado nos trazendo imagens e interpretações do mundo antigo. “Cleópatras”, “Césares” e “Alexandres” fazem parte do repertório do cinema desde a sua origem. O mundo antigo faz parte do imaginário da modernidade. Vejamos mais alguns exemplos.

Palavras derivadas do mundo antigo fazem parte da nossa fala cotidiana: usamos a expressão “amor platônico”, não é mesmo? E poucas são as pessoas que perguntam sobre o significado da expressão. O significado da palavra “lésbica” tem sua origem em uma poetisa, Safo, que viveu em Lesbos, uma ilha da Grécia, e escreveu poemas de amor endereçados a mulheres e muitas vezes ouvimos ou lemos a expressão “amor grego” em discussões e debates sobre o homoerotismo. Você já parou para pensar sobre o significado dessas palavras? O mundo antigo está ao nosso redor, mesmo que não tenhamos consciência disso. Constitui a base da nossa cultura, e o seu aprendizado é uma base muito rica para a compreensão das principais questões modernas e para a compreensão de nós mesmos.

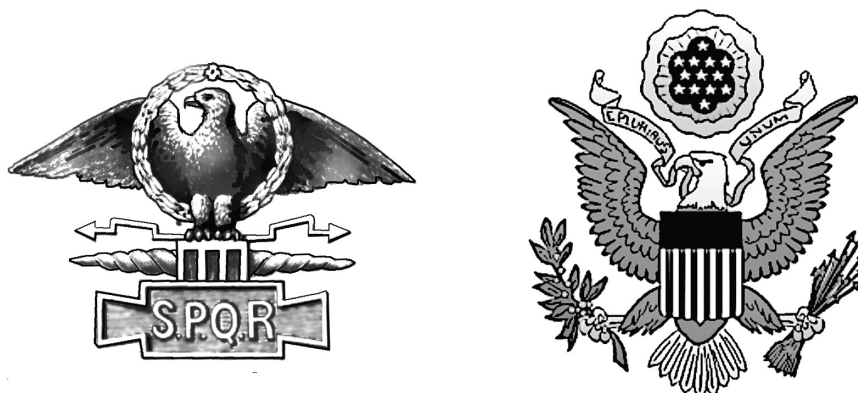


Figura 1.3: À esquerda, vemos a águia imperial romana, símbolo do poder de Roma. À direita, vemos o símbolo dos Estados Unidos da América. O que você percebe de comum entre elas?

No mundo ocidental hoje, falar de cultura é ainda falar dos antigos. As diversas formas de produção artística referem-se ao mundo antigo como seu ponto de origem, sua fonte de autoridade, ou – talvez por isso mesmo – como seu pomo da discórdia. O teatro moderno tem seus ideais no teatro clássico e ainda define os seus gêneros por meio de referências que remontam à tragédia grega ou à comédia romana. A ópera moderna nasceu inspirada nas antigas representações cênicas. A poesia, o épico e o romance são gêneros literários que têm ancestrais antigos. O mundo antigo ainda inspira os modelos de arte e os modelos de moda com imagens e aspirações que povoam a nossa imaginação e a nossa linguagem. Mas não é só na arte erudita que a presença atuante dos clássicos é visível.

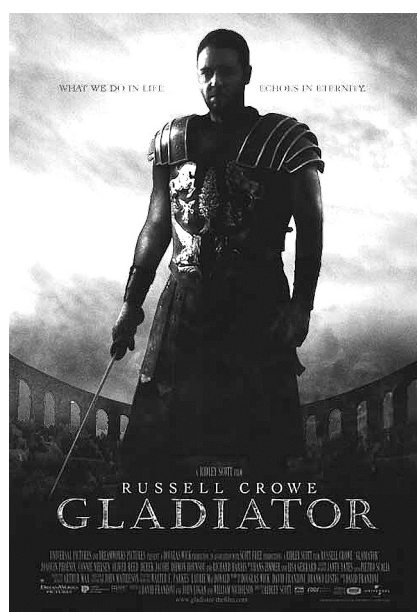


Figura 1.4: Cartaz do filme *Gladiador*. Você provavelmente viu o filme *Gladiador*, de Ridley Scott (2000). Vemos, no filme, uma recriação moderna da Roma imperial antiga. Esse filme foi visto por milhões de pessoas e suas imagens deixaram marcas profundas na nossa memória, recriando espetáculos de gladiadores, de soldados romanos, de imperadores etc. Em filmes como esse, vemos uma Roma imaginada pela modernidade. Você já parou para pensar se os romanos eram realmente assim?

Nós e o mundo antigo

Paremos para pensar por um momento: o que significa *democracia*? O que significa ser um *cidadão*? De onde vem o nosso modelo de *família*? De onde vem o nosso modelo de *escola*? de *cidade*? de *estado*? E podemos citar questões ainda mais graves: quais são as bases da nossa identidade? Uma tese? Nossos desejos e nossas percepções sobre nós mesmos se devem a fatores culturais ou são fatos puramente individuais?

Mito e história, religião e família, política e democracia, sexo e corpo, espetáculo e divertimento, todos esses elementos existem no mundo atual, e podemos dizer que são as bases culturais da modernidade, não é mesmo? Mas todos eles são elementos provenientes do mundo antigo e seus sentidos foram se transformando ao longo do tempo, recebendo novas significações. Deste modo, o conhecimento do mundo antigo é importante para a compreensão da nossa atualidade, para a compreensão da nossa “identidade cultural”.

Leia o box a seguir.



O que denominamos “nossas identidades” poderia provavelmente ser mais bem conceituado como as sedimentações através do tempo daquelas diferentes identificações ou posições que adotamos e procuramos “virar” como se viessem de dentro, mas que, sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências únicas e peculiarmente nossas, como sujeitos individuais. Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente (HALL, 1997, p. 26).

A identidade cultural é, hoje, uma obsessão nas escolas, nos órgãos governamentais, nas artes e nos jornais, assim como é um campo de batalha que se estende por um longo território. O que faz de um brasileiro um “brasileiro”? O que faz de um inglês um “inglês”? Essas perguntas já fizeram muitas pessoas e povos sacarem suas armas (literal e metaforicamente), e são, freqüentemente, articuladas no nível nocivo do preconceito, ou da norma social, ou da regulamentação social, ou do processo político. E quando estendemos as perguntas à identidade religiosa, por exemplo, *o que faz de um católico um “católico”, de um evangélico um “evangélico”, de um muçulmano um “muçulmano”, de um judeu um “judeu”?* ou as mesclamos com outras questões identitárias, por exemplo, o que é a cultura negra? o que é a cultura gay? Podemos perceber o quanto essas questões são difíceis de responder. Como você pode ver, essas são questões que geram debates intermináveis, grandes confusões, querelas infinitas e confrontos explosivos.

Conhecer o passado revela a vida subterrânea e, muitas vezes, inconsciente do presente. Ao mesmo tempo, revela o seu potencial para a mudança. O conhecimento do passado constitui uma educação reveladora do presente, pois, em termos psicológicos, sociais, intelectuais, artísticos e políticos, o passado é formativo do presente, é a base da nossa cultura, é a base de todos nós.

É importante, também, saber como o passado é relatado e compreendido. As histórias que aprendemos, desde criancinhas, constroem os nossos fundamentos, as nossas esperanças, os nossos medos, as nossas angústias. Um estudo consciente do passado requer uma reflexão sobre as histórias e os mitos, sobre as maneiras de contar histórias e sobre as análises que dão sentido ao passado – e, por conseguinte, ao presente. Compreender o presente, em vez de simplesmente viver nele como um autômato, deveria ser o lema. E a pessoa que não conhece o seu passado não é uma pessoa “profunda”, é uma pessoa superficial.

A experiência cultural das pessoas que compõem a nossa sociedade é profundamente a-histórica, ou seja, sem a menor noção da história, e é muitas vezes anti-histórica, e isto é algo que determina

suas crenças, idéias e suas percepções da vida individual e coletiva. Com isso, a maioria das pessoas não questiona as suas próprias vidas, as suas próprias crenças, os seus próprios valores e vive com base em preconceitos, sem nunca parar para refletir sobre eles.

Deste modo, estudar a História Antiga é buscar compreender os fundamentos da nossa atualidade. É entrar no reino das possibilidades, no qual as escolhas sociais, que ocorrem em cada tempo e lugar, são determinantes. E um encontro com civilizações diferentes da nossa – especialmente se muitos elementos da nossa própria vida nelas têm a sua origem – pode fazer com que vejamos a possibilidade de nos contrapor à crença numa “necessidade natural” das coisas serem como são, nos fornecendo mecanismos interpretativos para a compreensão do nosso presente e das nossas vidas.



Então, por que estudar a História Antiga? Em primeiro lugar, para que saibamos de onde viemos. Em segundo lugar, para sabermos por que somos o que somos. A história faz de nós o que nós somos. Se não a conhecemos, não temos consciência de nós mesmos e não temos nenhuma capacidade reflexiva (que tanto faz falta atualmente) para lidar com os elementos que compõem a nossa realidade. Sem desenvolver a capacidade de reflexão, o ser humano sucumbe rapidamente a todo e qualquer preconceito, a todo e qualquer dogma, a todos os modismos, a todos os clichês. Assim, estudar a História Antiga também nos possibilita compreender que podemos ultrapassar barreiras e preconceitos. A nossa modernidade não pode ser rigorosamente apreciada se não levamos em conta seus alicerces, sua formação por meio de idéias e imagens herdadas. A autocompreensão exige a busca das nossas bases culturais. A História Antiga não pertence ao passado remoto...



Atende ao Objetivo 1

1. Observe as imagens com atenção. À esquerda, vemos uma fotografia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e, à direita, vemos uma fotografia do Panteão (Pantheon), em Roma.

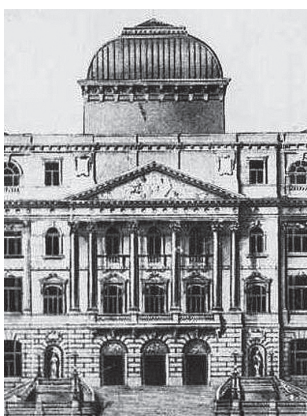


Figura 1.5: Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro (1910).



Figura 1.6: Pantheon – Roma – (século II d.C.).

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/845971>

Leia o texto a seguir e, após observar novamente as imagens, responda às perguntas.

Como observou o historiador de arte E. H. Gombrich, os gregos e os romanos exploravam a arquitetura e a escultura para comunicarem algo, em contraste com os egípcios. Os romanos, particularmente, gostavam de olhar para imagens que enfatizassem a continuidade da cidade, a durabilidade e imutabilidade de sua essência. (SENNET, 2001).

a. Em que se parecem os prédios vistos nas imagens mostradas? Você consegue identificar elementos comuns entre eles?

b. O estilo do prédio da Biblioteca Nacional se denomina neoclássico, em alusão à arquitetura greco-romana. Esse estilo foi muito utilizado na construção de bancos, bibliotecas e edifícios públicos. Levando em consideração o texto de Sennet, por que o estilo neoclássico teria sido utilizado principalmente para esse tipo de prédios?

Respostas Comentadas

a. Ambos os prédios compartilham algumas características comuns, principalmente a identidade que lhe conferem as colunas e o frontão (peça triangular na parte superior da fachada), a planta equilibrada e simétrica que, em conjunto, transmitem uma sensação de solidez.

b. O estilo neoclássico, utilizado principalmente durante o século XVIII e início do XIX, foi inspirado num clima de admiração crescente pelas culturas grega e romana. Entre as suas características, podemos mencionar o uso de materiais nobres, como mármore e granito, formas regulares e simétricas, uso de pórticos com colunas e frontões triangulares. A arquitetura neoclássica transmite a idéia de solidez, equilíbrio e tradição, por isso foi escolhida durante algum tempo para identificar instituições vinculadas ao saber estabelecido (por exemplo, prédios de universidades e bibliotecas públicas), à economia (por exemplo, prédios de bancos) e os valores republicanos (por exemplo, prédios de órgãos governamentais).

Iniciando a viagem

Você já leu um guia de viagem? A maioria dos guias de viagem costuma indicar o que devemos levar na nossa bagagem. É muito freqüente que as pessoas, quando arrumam as suas malas, as entulhem com coisas que, durante a viagem, de nada lhe servirão, a não ser para criar problemas de excesso de peso. Um bom viajante leva o necessário à sua viagem, não leva excessos que a prejudiquem. Vamos, então,

iniciar a nossa viagem pensando sobre o que devemos retirar da nossa bagagem, para ficarmos mais leves e a aproveitarmos bem.

Segundo o *Dicionário Aurélio*, **preconceito** significa:

1. Conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos; idéia preconcebida.
2. Julgamento ou opinião formada sem se levar em conta um fato que os conteste; prejuízo.

Em primeiro lugar, temos de retirar os maiores e mais desnecessários “pesos mortos”; os **preconceitos**. As nossas opiniões e idéias a respeito de temas tão diversos como religião, política, guerra e família, entre outros, estão na maioria das vezes construídas a partir de preconceitos.

Antes da partida, temos, então, de aliviar a bagagem. Temos de tentar nos livrar de alguns preconceitos, de algumas idéias preconcebidas, que não têm fundamento quando analisadas com mais profundidade. Os preconceitos são, de certa forma, inevitáveis: a nossa forma de abordar os assuntos do passado depende, em grande parte, da nossa experiência como seres do nosso tempo.

Tendemos a pensar que o mundo que vemos ao nosso redor sempre foi do mesmo jeito que vemos agora. Acreditamos que as nossas organizações social, familiar, política etc. são eternas e, mesmo “naturais”, ou seja, acreditamos que são assim desde sempre e pronto. Não percebemos, por uma espécie de “ilusão de ótica” causada pela nossa própria situação de seres situados em um tempo e um lugar, que aquilo que vivemos, que aquilo com que cobrimos e protegemos os nossos corpos, que as nossas habitações, os nossos instrumentos, as nossas formas de organização do trabalho, as nossas estruturas familiares, religiosas, políticas e culturais não são dados naturais. Deixamos de perceber, no nosso dia-a-dia, que essas coisas são, todas e sem exceção, criações humanas, sociais, que têm a sua história e não foram criadas pela Natureza. Foram criadas pelos seres humanos em um momento e em um lugar determinado, em sua vida social e histórica.

Por essa “ilusão de ótica” de pensarmos que as nossas representações da forma em que as coisas são e funcionam são algo natural, tendemos a universalizá-las, ou seja, passamos a acreditar que elas se aplicam a outras sociedades, a outros contextos sociais e temporais de forma espontânea.

Essa postura é denominada, pelos historiadores, uma postura **anacrônica**, pois se trata de uma postura anti-histórica. Essa postura não é, de forma alguma, aceitável para um estudante de História. O estudante de História deve tentar superar essa ilusão, mesmo que seja um esforço muito grande. Esse esforço é uma verdadeira “ginástica mental”, que você pode exercitar a partir do estudo e da sua reflexão. Um erro crasso do historiador é o anacronismo, ou seja, é não perceber as diferenças temporais e, por conseguinte, as diferenças entre os diferentes povos, descontextualizando-os, o que leva, invariavelmente, a erros de interpretação.

Os filmes de Hollywood nos apresentam os romanos como seres violentos, como soldados armados até os dentes, cruéis e sanguinários, e a população romana como depravada, apreciadora de espetáculos sangrentos, como os espetáculos de gladiadores, não é mesmo? Aliás, se você sair pelas ruas perguntando a quem encontrar quem eram os romanos, as respostas que obterá girarão em torno do tema da crueldade ou da depravação. Mas será que os romanos eram realmente assim? Ou será que esta foi uma imagem criada, muito tempo depois de todos aqueles romanos terem morrido? Imaginar romanos cruéis e depravados, ou imaginar gregos que só faziam meditar em seus pórticos de mármore, ou egípcios que só pensavam em se mumificar ou mesopotâmicos que só pensavam em guerrear e arrumar suas barbas cacheadas são preconceitos de que temos que nos livrar para estudar a História Antiga. São preconceitos tão absurdos que, se pararmos para pensar sobre eles, não compreenderíamos o fato de que suas sociedades duraram muito tempo e influenciaram a nossa atualidade.

Ao contrário do que você possa imaginar, o tipo de pensamento que estende tais preconceitos a civilizações antigas não é algo limitado à esfera das pessoas “comuns”. Políticos e governantes também o têm e, o que é pior, muitos professores transmitem aos seus alunos tais preconceitos. Consideram legítimo aplicar a povos distintos do nosso, e distantes de nós no tempo ou no espaço, noções e idéias que são só nossas, e que só fazem sentido em nossa própria sociedade. Na Economia e na Antropologia, por exemplo, os pesquisadores chamados

Define-se **anacronismo** como a falta de sensibilidade às diferenças temporais. No dicionário *Michaelis – Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*, vemos as seguintes definições do substantivo: 1. erro de data; 2. coisa que não está de acordo com a época. Deve-se evitar pensar que outros povos pensem como nós pensamos, ajam como nós agimos, aspirem às mesmas coisas.

“formalistas” consideram legítimo estudar a economia egípcia como se fosse similar ao capitalismo atual. Seria mesmo possível realizar uma transposição desse tipo sem fazer interpretações forçadas, gerando equívocos de compreensão?

O historiador alemão Christian Meier nos dá um bom exemplo daquilo de que estamos falando. Tomando emprestada a idéia do autor, vamos supor que um brasileiro, amante do futebol, visitando os Estados Unidos, é convidado a assistir a um jogo de futebol americano, esporte do qual nunca ouviu falar. Ao chegar ao estádio, a primeira coisa que vai perceber é que o campo é um pouco estranho: certamente não respeita as medidas regulamentares e, além do mais, apresenta linhas e inscrições esquisitas no gramado. O gol também vai chamar a atenção do nosso amigo, com aquelas traves compridas e desproporcionais, em comparação com o que ele considera ser um campo de futebol. Ao começar o jogo, as surpresas não param: a forma oval da bola, as roupas dos jogadores, os capacetes e, principalmente, aquela mania dos jogadores de querer carregar a bola na mão... Em suma, até que o nosso amigo perceba que está assistindo a um jogo totalmente diferente de tudo que ele conhece, com suas próprias características e regras, não vai conseguir entender o que está acontecendo.

A viagem que estamos iniciando requer adotar uma postura similar, isto é, abandonar os nossos preconceitos e tentar compreender a lógica interna que fazia funcionar o mundo há milhares de anos. A religião é um exemplo muito claro para exemplificar o que queremos dizer.

Ao abordar a religião no antigo Egito, o egiptólogo brasileiro **Ciro Cardoso** observa que, na visão cristã, existem dois mundos, um sensível, terrestre, e outro totalmente diferente, que transcende o primeiro. Portanto, a religião cristã se estrutura em categorias duais e opostas como material/espiritual, divino/profano, temporal/eterno, entre outras. Nós, os seres humanos, pertenceríamos a ambas as dimensões, a terrestre, enquanto estivermos vivos, e a do transcendente, depois de mortos. O resto dos animais, os vegetais e os minerais pertencem ao mundo terrestre. Deus é, na visão cristã, uma entidade transcendente que pertence a outro mundo, mesmo considerando

Ciro Flamarion Santana Cardoso é um historiador brasileiro reconhecido internacionalmente. Formado na Universidade Federal do Estado de Rio de Janeiro, fez estudos de doutorado em História na Université de Paris X, França. Fundador do CEIA, Centro de Estudos Interdisciplinares da Antigüidade, e autor de vários livros, atualmente é Professor de História Antiga e Medieval da Universidade Federal Fluminense e desenvolve pesquisas no campo da egiptologia.

que existam canais de comunicação entre ambos os mundos. Muitos historiadores da religião, segundo Cardoso, ficaram presos na armadilha do modo ocidental e cristão de ver as coisas. Portanto, mesmo reconhecendo as diferenças, utilizaram uma terminologia (que inclui os termos alma, pecado, Deus etc.) que, de certa forma, falsifica o que pretendiam entender, ao não conseguirem se libertar dos preconceitos. Outros pesquisadores conseguiram superar as armadilhas e compreender que a religião egípcia desenvolveu-se num momento anterior à concepção de ciência, religião e filosofia como áreas separadas da atividade intelectual e que, portanto, os mundos humano, divino e natural eram vistos pelos antigos egípcios como um todo, sem diferenças acentuadas entre animado e inanimado, corpo e alma, matéria e espírito. Deste modo, aplicar a sociedades do passado as nossas próprias concepções, crenças e idéias, não é um bom caminho para compreendê-las.

Diferentes sociedades vivem, sentem, pensam e fazem as coisas de modo diferente. A este fato a história dá o nome de “alteridade” (do latim *alterum*, o “outro”). O conceito de alteridade é sempre relacional, ou seja, sua função decorre de um conjunto de relações. Dito de outro modo, se admitirmos que algo seja o outro, será sempre o outro de algo. Assim, na perspectiva do senso comum, tão presente na nossa cultura, o corpo é o outro da alma; o escravo é o outro do senhor; a criança, o outro do adulto; o bárbaro, o outro do civilizado; o “nós” é o outro do “eles”. Estudar a História Antiga é precisamente indagar sobre as perspectivas de alteridade do mundo antigo, buscando compreender os povos antigos em seus próprios contextos históricos, perguntando pelas relações que se estabelecem entre os antigos e os modernos.

Estudar a História Antiga requer que nos vejamos como estrangeiros em terras longínquas que, justamente por isso, se abrem mais à riqueza do discurso do “outro”, num exercício que pode ser identificado com a dinâmica sobre a qual se conformou nossa própria história como cultura: *se nós somos estrangeiros em relação ao mundo antigo, todos nós, em consequência da tradição ocidental, temos nele direito de cidadania.*



Atende ao Objetivo 1

2. Luciano de Samósata, um poeta de origem síria, que viveu no século II d.C., nos conta uma história interessante. Leia com atenção o relato do poeta e responda às questões formuladas a seguir.

Se um certo etíope, nunca tendo visto outros homens como nós, por nunca ter saído de seu país, em alguma reunião dos etíopes afirmasse e dissesse não existir em nenhum lugar da terra homens brancos, nem outros a não ser negros, será que acreditariam nele? Ou lhe diria algum dos mais velhos dos etíopes: – Tu sabes isto de onde, ó tolo? Pois nunca saístes de junto de nós, nem viste – por Zeus! – como são as coisas junto dos outros. – Não te parece que o etíope mais velho teria retrucado com justeza? (HERM., p. 31).

a. O etíope mais novo, que jamais saiu de sua terra, certamente cometeu um erro em sua afirmativa. Qual foi esse erro e como podemos explicá-lo?

b. A narrativa de Luciano traz um ensinamento para todos aqueles que iniciam o estudo da História Antiga. Que tipo de ensinamento é esse?

Respostas Comentadas

a. O jovem etíope peca por ignorância e, por isso, sua fala é marcada por uma declarada parcialidade, típica do senso comum, que nada conhece além de seus próprios hábitos e costumes. A opinião fidedigna tem de partir da experiência e do conhecimento, ou seja,

só pode surgir quando se rompe a esfera do costumeiro para avaliar as coisas sob uma perspectiva diferente, eliminando o risco do erro por ignorância. Somente pela experiência e pelo conhecimento pode-se distinguir o verdadeiro e o falso, o autêntico e o aparente no contexto da rede de representações que uma dada sociedade elabora sobre si mesma.

b. A narrativa de Luciano chama a atenção para uma necessidade básica do estudo da antigüidade: a abertura para o conhecimento do outro, da alteridade, buscando compreender e ultrapassar os nossos limites culturais.

Roteiro de viagem

Ao viajarmos, temos de estabelecer previamente um roteiro para a viagem, pois não podemos chegar a nenhum lugar se não sabemos aonde queremos ir e o que queremos visitar... Faremos uma viagem para conhecer o mundo antigo, não é mesmo? Então temos de perguntar agora que lugares e povos do mundo antigo queremos conhecer, pois “mundo antigo” é uma expressão muito vasta.

O tempo e o espaço são elementos fundamentais para os seres humanos. Não é muito comum pensar neles, nem discutir seu sentido e geralmente os consideramos como algo certo, concreto e compreensível mediante o senso comum. Vemos o tempo passar, sabendo que nada podemos fazer para alterar o seu avanço. Nós nos limitamos a medi-lo, dividindo-o em segundos, horas, dias, semanas, meses, anos. O espaço também é percebido como algo natural. O caminho que você percorre todo dia de casa para o trabalho parece ter sido sempre assim, como se fosse algo natural. Mas o tempo que medimos em nossos relógios e o espaço que nos cerca e no qual nos movemos não são dados naturais; são construções sociais, cujas percepções variam conforme as épocas e as sociedades.

Para preparar a nossa viagem, devemos pensar nesses dois elementos, tempo e espaço, já que eles, junto com os grupos humanos e as suas realizações, constituem a matéria-prima que os historiadores utilizam para construir o seu saber. Portanto, devemos selecionar temas, escolher períodos e lugares, e descartar outros. Não é possível estudar todo o mundo antigo em uma única disciplina. Assim, é preciso buscar um eixo que dê conta de uma compreensão tão abrangente quanto possível, é preciso escolher locais, civilizações, e períodos para chegarmos a um bom termo.

Nossa escolha recaiu, então, sobre uma área geográfica determinada – o Mediterrâneo antigo – e sobre algumas civilizações precisas: a mesopotâmica, a egípcia, a grega e a romana. Outros espaços e outros recortes temáticos poderiam ter sido feitos: o mundo chinês, a África negra, o mundo americano na antigüidade etc. É preciso, então, que você compreenda as razões da nossa escolha. Nossa seleção se deu, em primeiro lugar, pelo fato de que a nossa disciplina, História Antiga, faz parte da sua graduação em História. O estudo desta disciplina, então, é um elo em uma cadeia, fazendo parte de um movimento que só tem sentido em seu próprio desenvolvimento. Temas, lugares, sociedades e épocas se encadearão nesses meses de estudo, e acreditamos que a nossa escolha, o nosso recorte espaço-temporal, contribuirá para a compreensão de temas, lugares, sociedades e épocas modernas e contemporâneas, ou seja, para a compreensão da nossa própria civilização, posto que as civilizações do Mediterrâneo antigo e do Oriente Próximo, que foram selecionadas para serem objetos da nossa disciplina, formaram e informaram a nossa tradição histórica e cultural. Em outras disciplinas e atividades do seu curso de História, você estudará outras civilizações, em outros tempos e lugares, construindo os elos dessa cadeia que é a História.

A experiência histórica dos povos da Mesopotâmia, do Egito, da Grécia e de Roma, na antigüidade, formam parte de nossa tradição histórica, fornecendo elementos, concretos ou imaginários, da nossa própria identidade cultural. Tradição é uma palavra que

tem sua origem em um verbo do latim clássico, *tradere*, que significa “aquilo que passa de mão em mão”. Essas quatro civilizações são, então, os nossos “**clássicos**”...

Começaremos estudando nossos primeiros “clássicos”, os grupos humanos que ocuparam a antiga Mesopotâmia, região ocupada hoje pelo moderno Iraque, entre 3000 a.C e 500 a.C aproximadamente. Foi nesse lugar e nesse momento histórico onde se desenvolveu, pela primeira vez e de forma original, o processo de urbanização, isto é, o surgimento de cidades e aglomerações humanas estáveis. Esse processo foi muito prolongado e seu resultado foi uma nova forma do ser humano se relacionar com a Natureza, passando do nomadismo ao sedentarismo, e criando um modelo de ocupação do espaço que sofreu mudanças ao longo do tempo, mas no qual é possível reconhecer a origem das cidades atuais. Conhecemos esse processo como *revolução urbana*.

Como você deve imaginar, o fato de o ser humano ter de se organizar para viver em grupos cada vez maiores gerou inúmeros desafios que, nas diversas cidades da Mesopotâmia e do Oriente Próximo, foram resolvidos pela primeira vez na história da humanidade. Foi, então, nessa região e nesse momento que o ser humano teve de se organizar, pela primeira vez, para produzir alimentos, construir defesas contra as enchentes e outras grandes obras e organizar a distribuição do produto social. Pela primeira vez também, o ser humano teve de garantir uma certa ordem para comerciar, para conviver com outros povos, para que esses novos assentamentos, as cidades, pudessem crescer e prosperar. Para isso, teve de usar a sua imaginação e criar coisas como leis, explicações da origem do universo, formas de medir o tempo para desenvolver as tarefas agrícolas, o templo, o palácio, a cidade-estado e muitas outras. Entre essas soluções, destaca-se a invenção da escrita, que não só permitiu melhorar as condições de administrar esses novos agrupamentos humanos, como também forneceu ao ser humano uma nova ferramenta para transmitir as suas idéias, crenças e sentimentos.

É interessante, nesta nossa “declaração de intenções”, buscarmos uma definição do que é um “**clássico**”. Trata-se, decerto, de um tema do qual todos nós temos algum tipo de compreensão, ainda que não especializada. “Clássico” é um termo polisêmico, ou seja, tem vários sentidos, daí ser apropriado buscar uma compreensão da palavra. No *Michaelis – Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*, vemos: “s.v. clássico – 1. Relativo à literatura grega ou latina; 2. Diz-se da obra ou do autor que é de estilo impecável e constitui modelo digno de imitação; 3. que constitui modelo em Belas-Artes; 4. oposto ao Romantismo; 5. Tradicional.”

A segunda escala na nossa viagem será no antigo Egito, no nordeste da África e ocupando também uma pequena porção da Ásia ocidental, a península do Sinai. Foi nessa região desértica, onde a vida humana não seria possível sem a presença do rio Nilo, que se formou e se desenvolveu uma grande civilização que, com vários momentos de descontinuidades e mudanças, durou quase 3.000 anos, entre 3000 a.C. e 332 a.C., aproximadamente. Se na antiga Mesopotâmia houve uma tendência para a criação de unidades políticas maiores que a cidade-estado, chegando-se à formação de alguns impérios, no Egito esse caminho foi percorrido de forma intermediária, com a unificação de dois reinos, o Baixo Egito e o Alto Egito.

Certamente a necessidade de controlar um território muito vasto de forma centralizada fez com que fosse necessária a criação de diversos mecanismos de governo e supervisão. Esse foi, sem dúvida, um dos aspectos em que os antigos egípcios se destacaram, criando um corpo de funcionários que deviam se ocupar de diversas atividades como a arrecadação de impostos, a organização do armazenamento, a construção de grandes obras, as relações internacionais etc. Assim como na antiga Mesopotâmia, a escrita se desenvolveu para aperfeiçoar tarefas de controle e administração do estado, além de permitir a criação de obras literárias originais. Os antigos egípcios também se destacaram ao conseguir organizar grandes grupos de operários para construir obras hidráulicas e monumentos que ainda hoje nos maravilham, como as pirâmides de Gizé, próximas ao Cairo, capital do moderno Egito. O Egito faraônico também nos deixou um valioso legado em outras áreas, como a Matemática, a Física, a Química e a Arquitetura.

Nossos terceiros “clássicos” serão os gregos, cujas formas políticas, sociais, culturais, artísticas e arquitetônicas influenciam o nosso presente, mesmo quando achamos menos provável (à primeira vista) isto acontecer. Logo de início, você perceberá que falar em Grécia não significa falar de um estado centralizado, nos moldes dos países atuais. Ao contrário desses, o território grego, que ultrapassava em muito o território atual da moderna Grécia, era

composto por um mosaico de cidades, que se diferenciavam por sua organização política, social ou econômica, estendendo-se da costa da Ásia Menor (atual Turquia), passando pela península grega, pelo sul da atual Itália, pelo sul da França moderna e, mesmo, pelo sudeste da Península Ibérica. O mundo grego foi o mundo da diversidade espacial, política e cultural, e o visitaremos em vários momentos de sua história, entre cerca dos séculos XV-XIV a.C. até o momento de sua anexação ao Império Romano (cerca de 146 a.C.).

Este mosaico de povos que compunham o mundo grego antigo vem fornecendo modelos políticos, sociais, culturais, artísticos e arquitetônicos desde a própria antigüidade. E é perceptível o fascínio que o mundo grego antigo exerce na imaginação ocidental. Artistas e arquitetos usam o material antigo de modo a tratar de temas pertinentes ao seu próprio tempo ou, inconscientemente, lançam mão de temas que refletem ligações culturais com a Grécia Antiga. Palavras gregas são freqüentes na nossa fala, como *democracia*, *política*, *economia*, *isonomia*, *tiranía*, *filosofia*, *história*, dentre centenas de outras palavras. São constantes, na modernidade, interpretações de todo tipo dos gregos clássicos e vários “modernismos” foram, ao longo dos séculos, reinterpretações dos modelos gregos, mais especificamente atenienses. Muitas obras de arte ou edifícios que, à primeira vista, nada têm a ver com a Grécia Antiga, revelam estruturas narrativas ou temas arquetípicos familiares desde a antigüidade. Encontrar essas conexões temáticas onde nem sequer suspeitamos que existam, é algo especialmente fascinante e útil, revelando a presença contínua da antigüidade clássica e suas influências na consciência e na cultura da modernidade. Deste modo, acreditamos que a escolha pela observação de elementos da história grega clássica é plenamente justificada.

Roma será a nossa quarta viagem, e os romanos e os povos “romanizados” do Império Romano serão os nossos quartos “clássicos”. Falar em Roma, como você compreenderá, é falar simultaneamente de uma cidade e de um império, *urbi et orbi*, a cidade e o mundo mediterrânico. Originalmente uma pequena

cidade itálica, Roma conquistou um imenso território, que englobava povos distintos e se estendeu das Colunas de Hércules (Estreito de Gibraltar), na Península Ibérica, à Mesopotâmia e mais além; do norte da África até o norte da atual Inglaterra.

Neste caso, cremos que o estudo da Roma Antiga não é somente útil como meio de se conhecer uma parte da nossa herança cultural, mas é absolutamente necessário, pois nos serve como contraponto para avaliarmos e entendermos algumas características do nosso próprio mundo e, especialmente, a posição que nós, brasileiros, ocupamos nesse mundo. Nas aulas destinadas ao estudo de Roma, nosso foco estará no imperialismo romano, analisando as proximidades e as diferenças em relação a imperialismos modernos e atuais. O imperialismo romano foi e ainda é o ideal dos imperialismos de todos os tempos, mas o estudo de suas características particulares, nos revelará profundas diferenças em relação ao imperialismo moderno.

Estudaremos as características deste império, marcado pelo fato de que, nele, o poder não se repartia de modo homogêneo pelo território imperial, devido a uma grande heterogeneidade de estatutos em sua população e a uma profunda diversidade social, política, cultural etc. dos povos que o compunham. O Império Romano agrupava sociedades completamente distintas e, em cujo interior encontravam-se antigos impérios orientais, como o egípcio, ou sociedades que, antes de serem englobadas, são classificadas como pré-urbanas, como os povos das vastas regiões da Gália e da Bretanha e de certas regiões da África.

O estudo do Império Romano nos permitirá pensar nos nossos próprios desafios contemporâneos. Roma, com sua experiência imperial, funcionou e ainda funciona como uma espécie de modelo do mundo ocidental, tanto em momentos de crise, quanto em momentos de bem-estar. Estudar o processo pelo qual Roma moveu um fenômeno de integração de cidades, estados, tribos e impérios pode propor questões muito pertinentes ao presente, que se vê diante de problemas semelhantes, ainda que de modo distinto. Se pensarmos que, hoje o

futuro dos países, incluindo o nosso, e sua imersão crescente em um império global é um dos temas mais atuais, a história de Roma e dos povos que foram por ela agregados em um império mundial é de óbvia relevância para nós, no início do século XXI.

Você é nosso convidado para empreender essa viagem. Esperamos que ela seja proveitosa e que abra novos caminhos no seu curso de história!

CONCLUSÃO

A partir da leitura desta aula, você pôde perceber que o estudo da História Antiga é uma construção criativa, pois nos permite fazer conexões e criar novos sentidos para o nosso mundo. Uma leitura de um livro ou a visão de uma obra do passado, seja de que tipo for, é sempre um convite à construção de novos sentidos para o presente. Pensar o mundo antigo revela a vida submersa do mundo presente e nos permite perceber o seu potencial para a mudança, para ser diferente. Olhar para o passado de maneira crítica constitui uma educação reveladora sobre o presente. Saber como nós nos tornamos o que somos é um passo importante para compreender o nosso mundo, e como podemos atuar nele. Reiteramos: *a história dentro de nós faz de nós o que nós somos*. Precisamos compreender essa história para que possamos ser nós mesmos, por inteiro e plenamente realizados.

Atividade Final

Leia atentamente o texto a seguir e, lembrando também os temas abordados nesta aula, responda às questões propostas. Leve em consideração que as respostas dadas por você não têm de coincidir necessariamente com o sugerido no comentário. Como veremos ao longo do curso, não existe uma, mas muitas respostas para cada pergunta, e a resposta encontrada por cada um dependerá de múltiplos fatores, como a sua formação, as suas idéias e a sua visão de mundo, entre outros.

O estudo dos clássicos nunca é uma autópsia, por mais que se considerem 'mortas' as línguas antigas e as culturas que as utilizaram. A cultura ocidental apóia-se a tal ponto em séculos de investigação do legado clássico que esse legado está sempre arraigado em algum lugar em tudo o que dizemos, vemos e pensamos (BEARD; HENDERSON, 1998, : p. 150).

a. Por que o estudo dos clássicos, incluindo aqui as quatro civilizações que estudaremos ao longo do curso, não é parecido com uma autópsia, ou seja, com o estudo de algo morto?

b. Identifique alguns elementos das civilizações mencionadas na aula (Mesopotâmia, Egito, Grécia e Roma) que estejam presentes no mundo atual e que estejam relacionados com a sua vida.

Comentário

Longe de ser o estudo de algo morto, o estudo das civilizações propostas implica reconhecer a presença de diversos elementos nelas surgidos que marcam profundamente o nosso presente. Como dissemos ao longo da nossa aula, a História Antiga está viva e presente no nosso mundo, nos nossos costumes, na arquitetura, na arte e em muitas outras expressões dos homens e mulheres do século XXI.

RESUMO

Se você pensa que a História Antiga faz parte de uma cultura erudita, restrita a poucas pessoas, está muito enganado. Muitos elementos e tradições das sociedades antigas estão mais presentes em nossas vidas do que imaginamos e seu estudo nos permite uma boa via de acesso à compreensão de nosso próprio mundo.

Nesta aula, discutimos a importância e a relevância do estudo da História Antiga para a compreensão da nossa atualidade. O encontro com os antigos pode nos fazer perceber a nós mesmos, para compreendermos como a nossa identidade cultural é configurada, observando seus fundamentos, que têm a sua origem em um longo processo histórico que se expressa na tradição ocidental.

A herança das sociedades antigas influencia muitos de nossos pensamentos, desejos, esperanças, convicções, padrões, regras etc. Essa herança antiga forma uma das bases do sistema de pensamento e das instituições ocidentais – da Ciência à Filosofia, da Matemática às Artes, dos rituais religiosos às estruturas políticas das democracias ocidentais modernas. Muitos elementos da nossa cultura têm raízes nas sociedades antigas.

Voltar os olhos para os antigos é revelar os fundamentos da nossa identidade. Estudar os antigos é refletir sobre nós mesmos, sobre aquilo que fez com que sejamos aquilo que hoje somos, pois a história do ocidente moderno, seja por imitação dos antigos em muitos momentos, ou por um esforço de oposição, de rompimento com os padrões clássicos em outros, pode ser vista como um diálogo com os antigos.

Esse diálogo deve ser operado a partir da observação e da compreensão da alteridade que os antigos nos trazem. Os antigos estão distantes de nós por suas diferenças, mas estão próximos de nós pela tradição que faz deles os nossos alicerces culturais. Deste modo, o estudo da História Antiga desempenha um papel essencial na resposta às questões: de onde viemos? e por que somos o que somos?

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, estudaremos como podemos ter acesso às sociedades do passado, a partir da observação dos diversos registros que deixaram – vestígios materiais, lendas, histórias, livros, prédios públicos etc. Veremos, então, qual é o seu objeto e como se estuda a História Antiga.

Aula 2

As fontes para
o estudo da
História Antiga

Meta da aula

Nesta aula, você será apresentado aos documentos que possibilitam o estudo da História Antiga e a interdisciplinaridade que garante a construção do conhecimento em História Antiga, por meio da observação do estado atual desta área da História e das perspectivas da pesquisa da antigüidade.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer a natureza das fontes da pesquisa em História Antiga;
2. delimitar diferentes tipos de fontes e abordagens em História Antiga;
3. identificar as disciplinas que colaboram para a construção do conhecimento em História Antiga.

Pré-requisitos

Para que você encontre maior facilidade na compreensão desta aula, é importante ter em mãos um bom dicionário de Língua Portuguesa. Do mesmo modo, recomendamos que você releia as Aulas 2 e 8 do seu livro da disciplina História e Documento e as Aulas 1 e 2 do seu livro da disciplina Filosofia.

INTRODUÇÃO

Para visitar suntuosos templos repletos de tesouros e relíquias, desafiamos os perigos de terra e mar. Ávidos em busca de histórias de antigas lendas, viajamos por todas as nações... revivemos com alegria tempos imemoriais, contemplamos pedras que inspiraram grandes artistas a cantar e tocar suas canções (anônimo, século I d.C.).

Na nossa primeira aula, apresentamos a você a História Antiga e a importância do seu estudo para a compreensão do nosso mundo, da nossa sociedade e de nós mesmos. Vamos, agora, apresentar a você os métodos, as técnicas de pesquisa e os documentos que nos permitem o acesso ao mundo antigo e o seu estudo. Esta é uma etapa imprescindível para que possamos empreender a viagem aos nossos clássicos... Não queremos viajar como espectadores passivos, que olham tudo boquiabertos e nada entendem... Queremos ir como viajantes que compreendem o que vêem e que vivem em seu caminho, conhecendo e reconhecendo-se nos pilares de sua própria cultura, que sabem encontrar o que procuram, pois a palavra *história* quer dizer, justamente “procurar saber”, **investigar**.

As fontes da pesquisa em História Antiga

Para saber alguma coisa, o primeiro passo é perguntar pela coisa. Deste modo, perguntamos: como podemos conhecer a História Antiga? Como podemos ter acesso ao conhecimento de povos, sociedades e lugares da antiguidade se o tempo passou e se eles estão presentes apenas indiretamente no nosso mundo?

Uma boa pergunta já traz a sua resposta em si: os antigos estão presentes indiretamente no nosso mundo! O que queremos dizer com isso? Queremos dizer que, em nosso mundo, encontramos

Na língua grega, **investigação** é *historié*, termo que designa o caminho da busca do saber em vários domínios. No termo *historié* estavam incluídos os saberes técnicos, os saberes políticos, os saberes relacionados ao âmbito do divino, os saberes relacionados à experiência exterior e interior do ser humano. Nossa palavra *história* guarda esse sentido de investigação, de busca do saber.

a presença dos antigos. Em que lugar? Os antigos estão presentes junto a nós, nos vestígios que deixaram de sua presença...

A história é sempre um conhecimento por meio de vestígios, seja por vestígios de sociedades que desapareceram há muito tempo, seja por meio de vestígios do nosso próprio presente. Você se lembra da frase de Croce, da nossa aula anterior, que diz que a história é sempre História contemporânea? Esses vestígios são *sinais* deixados pelas pessoas e pelas coisas que aconteceram e acontecem. São *pistas* que seguimos para conhecer aquilo que aconteceu ou existiu, traços e registros da sua existência ou da sua ocorrência. São vestígios do passado no *presente*, e a história é sempre uma viagem em busca desses vestígios do passado que estão no presente.

A história é sempre um conhecimento indireto das coisas. Os antigos romanos diziam que a história é simultaneamente *res gestae* (as coisas feitas) e *narratio rerum gestarum* (a narrativa das coisas feitas). Queremos dizer com isso que a história, como narrativa, começa por narrar aquilo que investigou, pensou, descobriu e interpretou a partir dos vestígios que os seres humanos nos deixaram. Esses vestígios são os “documentos” dos historiadores, por meio dos quais investigamos, perguntamos, interpretamos, explicamos, narramos aquilo que conseguimos perceber, a partir deles, das *res gestae*.

A história é, então, um conhecimento das coisas que é obtido a partir dos documentos. A história sempre foi assim, mas hoje em dia a noção de documento foi muito ampliada. Até pouco tempo atrás, o historiador era um sujeito que vivia escondido dentro dos arquivos, com uma montanha de textos misteriosos empilhados ao seu redor. É claro que os documentos arquivísticos ainda fazem parte do “arsenal” do historiador (para usar uma expressão de Moses Finley), mas há muito, muito mais. Os historiadores consideravam como documento histórico apenas os textos escritos, especialmente aqueles que se referiam à história política, e infelizmente, alguns ainda pensam assim... Desta forma, concentrando-se nos acontecimentos políticos e nos documentos escritos, os historiadores excluía das suas reflexões (e dos seus livros)

a maior parte da história e da cultura da antigüidade. Atualmente, vemos a multiplicação de objetos, de abordagens e de documentos disponíveis para a pesquisa. Daí que, na nossa viagem ao mundo antigo, incluiremos, entre os nossos documentos, escritos variados (como poesias, textos de ficção, histórias, inscrições epigráficas, reflexões filosóficas, tratados políticos etc.) e documentos da cultura material (vasos, pinturas, edifícios, moedas etc.). E todos esses documentos serão interpretados como discursos a serem analisados, como resultado, voluntário ou involuntário, da ação e do pensamento humanos, como produtos da *cultura*.

A documentação para o estudo e a pesquisa em História Antiga procura abranger tanto o erudito e o monumental, quanto o corriqueiro, o trivial. Os pequenos objetos da vida quotidiana revelados pela arqueologia, por exemplo, permitem que vejamos detalhes da vida dos povos antigos que nos escapam em outros tipos de documentos, fazendo com que reinterpretemos os textos escritos. Do mesmo modo, os textos escritos iluminam os objetos da cultura material, dando-lhes significado. A viagem da história, atualmente, é um jogo entre vários tipos de vestígios, inter-relacionando os documentos, fazendo com que dialoguem entre si e conosco. Os diferentes tipos de vestígios são fontes riquíssimas de informação e análise para o historiador.

Podemos concluir que, ao selecionarmos uma série bem variada de documentos, de vestígios, de fontes, a viagem ao mundo antigo está garantida, não é? Não, não é tão simples assim! Vamos com calma... Um monte de vestígios do passado não faz a história. Se perguntarmos o que um poema, um edifício e um objeto arqueológico têm em comum, chegaremos a uma resposta simples: nada, ou quase nada. Se dissermos que o tal poema é de Ovídio, que o edifício é o Pantheon e que o objeto arqueológico é um feixe de *lictor* (os *fasces*), talvez agora eles tenham alguma coisa em comum: são romanos, ou seja, são provenientes da Roma Antiga. Mas, rigorosamente falando, o que eles têm em comum, além do simples fato de serem provenientes da Roma Antiga? A pergunta ficou mais difícil, não?

Os vestígios são sinais, pistas, evidências das sociedades passadas, do que fizeram, do que pensaram, do que criaram, do que sentiram. Mas eles não são auto-evidentes, ou seja, eles não falam conosco, nem nos dizem o que queremos saber. Os vestígios, as evidências, são como os hieróglifos do Egito Antigo. Estão lá, nas paredes e nas pedras egípcias que chegaram até nós, podemos vê-los, mas eles não falam conosco. Ao contrário, nós é que temos de fazê-los falar. Por si só, ficariam lá parados e jamais saberíamos aquilo que têm a dizer.



Figura 2.1: Exemplo de hieróglifos (fotografia de Dr. José d'Encarnação – cedida pelo autor).

Poderíamos, agora, dizer: “O exemplo de um hieróglifo não vale, afinal, essa é uma linguagem escrita que não é mais a nossa e, então, precisamos traduzi-la! Se fosse algo diferente, por exemplo, um edifício, seria mais fácil!” Então, tudo bem, vamos escolher um edifício e ver se é mais fácil...

Os vestígios do edifício (para bem dizer, as ruínas) que vemos na **Figura 2.2**, se encontram em Roma. Olhe bem para ele.



Figura 2.2: Templo de Vesta no *Forum Romanum*.

Fonte: http://it.wikipedia.org/wiki/Immagine:Rom_vesta_tempel.jpg

O que ele é? Algumas colunas, uma base. Algum guia ou manual nos informa, então, que são as ruínas do Templo de Vesta, em Roma. Ficamos sabendo que, em sendo um templo, é um edifício religioso. Sim, mas e daí? Será que a contemplação do edifício já nos disse alguma coisa? Cremos que não. Para nós, um templo religioso é um edifício no qual os seguidores de uma religião se reúnem para celebrar um culto ou um rito religioso, não é? Então, dizemos, de imediato, que o Templo de Vesta era um edifício que reunia os seguidores de Vesta e no qual realizavam seus ritos religiosos, e ficamos felizes, pensando que entendemos tudo. Mas não era bem isso... Se olharmos novamente, veremos que o Templo de Vesta era bem pequenino.

Poderíamos pensar, então, que Vesta era uma divindade com poucos seguidores, e bastava-lhe um templo pequenino. Então, de repente, lemos que Vesta era uma das mais importantes deusas romanas e que o seu templo era, ao lado do Templo de Júpiter, o mais importante da cidade. Temos, então, um problema: se o Templo de Vesta era um dos dois templos mais importantes, por que ele era tão pequeno? Será que eram poucos, os romanos? Não, não eram poucos, ao contrário. No século I a.C., Roma já era a maior cidade do Mediterrâneo ocidental em número de habitantes. Então, olhar para o Templo de Vesta é uma coisa; saber o que o Templo de Vesta era é outra coisa. Ele, sozinho, não nos diz nada, ou diz pouco. Mas diz muito, se fizermos as perguntas certas.

Você se lembra de que falamos, na nossa primeira aula, que temos de tentar deixar de lado os nossos preconceitos e as nossas crenças para observar o outro, a alteridade? Então, observando uma série de vestígios romanos, textos, ruínas de edifícios, imagens variadas, perceberíamos que um templo, para eles, era algo diferente do que um templo é para nós. Perceberíamos que um templo não era um edifício onde fiéis se reuniam, e que os fiéis realizavam os cultos e os ritos religiosos em outro lugar, do lado de fora dos templos. Por isso os templos são pequenos, pois apenas a imagem da divindade e alguns sacerdotes ou sacerdotisas circulam dentro dele, realizando pequenos rituais e cuidados da divindade. Se tivéssemos somente os textos de Cícero sobre o Templo de Vesta, pensaríamos que o edifício era algo imenso, assim como a Basílica de Nossa Senhora Aparecida, no Brasil, capaz de abrigar milhares de pessoas.

As ruínas do Templo de Vesta nos trouxeram um problema, não é? Um problema que solucionamos a partir da observação do edifício e da leitura dos textos romanos. Percebemos, na junção dos dois tipos de vestígios, que a idéia de templo na Roma Antiga era diferente da nossa. Deste modo, fizemos com que o documento escrito e os vestígios materiais dialogassem entre si. Às vezes, temos de reunir e comparar muitos documentos distintos para chegarmos a alguma conclusão sobre o que queremos conhecer.

Conhecer a História Antiga é lidar com fragmentos de informação, cada um trazendo a possibilidade de lançar luz sobre uma certa realidade passada. Textos, edifícios, moedas, utensílios diversos, obras de arte variadas, papiros, todos são vestígios do mundo antigo, fragmentos de informações com os quais construímos o conhecimento da História Antiga, fazendo com que conversem entre si, com que preencham suas lacunas, com que dialoguem entre si e conosco. Como as figuras hieroglíficas, eles estão lá, silenciosos e quietos. Somos nós que os visitamos, que lhes perguntamos coisas, que os perturbamos para que nos digam algo que queremos saber, para que nos respondam.

E os vestígios falam línguas diversas, cada um fala a sua. Os edifícios falam a língua da arquitetura, as pinturas, esculturas e relevos falam a língua da arte; ânforas, colheres, taças, móveis etc., falam a língua dos objetos quotidianos; textos escritos falam várias línguas – as diversas línguas da poesia, da comédia, da tragédia, da política, da administração, da filosofia, da propaganda etc. O estudo da História Antiga, enfim, lida com diversas línguas. Daí que os pesquisadores da História Antiga têm de conhecer diversos tipos de fontes de informação. Mas uma só pessoa não conseguiria falar todas as línguas, não é mesmo?

Compreendemos o porquê da história ser um tipo de conhecimento que, hoje mais do que nunca, depende do trabalho interdisciplinar, isto é, da combinação de diversos saberes e técnicas de pesquisa. Dependemos do trabalho do arqueólogo, do numismata, do epigrafista, do filólogo, do lingüista, do paleólogo, dos especialistas em arte e arquitetura etc. A construção do conhecimento em História Antiga é um processo que depende de várias pessoas. O historiador da antigüidade jamais trabalha sozinho, rigorosamente falando, e a história tem de dialogar com várias outras ciências para interpretar e explicar as realidades de que se ocupa. Precisamos, então, conhecer um pouco o trabalho desses “especialistas de outras línguas”, antes de prosseguirmos a nossa viagem.



Atende ao objetivo 1

1. Leia com atenção os parágrafos e responda:

(...) Todavia, essa confrontação com documentos e fontes que, no que se refere ao Egito antigo, são as inscrições, os papiros e as reproduções, é dificultada pelo fato de esses documentos e essas fontes chegarem até nós como fruto do acaso, único fator a que fica a dever-se a sua conservação e, posteriormente, a sua descoberta. Um papiro não se salva por ter estado guardado num arquivo, mas por não ter sido colocado numa camada muito úmida, por ninguém se ter servido dele para acender o lume, por não ter passado por perto uma cabra que o pudesse morder ou por o responsável pelas escavações ter adotado as técnicas adequadas para a conservação.

Apesar de toda a sua irreprimível necessidade de escrever, o Egito antigo raramente – muito raramente – se sentiu tentado a descrever-se, a teorizar as suas estruturas, a reunir o seu patrimônio histórico e jurídico; deu testemunho de si através de um fluxo contínuo de dados desgarrados que compete a nós tentar reunir (DONADON, 1994, p. 8-9).

a. Segundo o texto, as fontes de que se utiliza o historiador para reconstruir a história do antigo Egito foram organizadas e conservadas pelos próprios egípcios? Elas permitem cobrir assuntos ou períodos completos de forma contínua?

b. Os antigos egípcios descreveram e analisaram a sua própria sociedade como o fazem os modernos cientistas sociais? De acordo com sua resposta, qual seria a tarefa do historiador para reconstruir eventos, instituições ou a vida quotidiana no antigo Egito?

Respostas Comentadas

a. Embora sejam abundantes, as fontes de que dispõem os egiptólogos para construir o seu conhecimento são extremamente fragmentárias. A sua conservação e a sua descoberta são, muitas vezes, fruto da casualidade, e não de uma decisão da sociedade do antigo Egito de preservar a documentação. Isto implica que, praticamente, não existam longos períodos ou assuntos nos quais as fontes permitam uma reconstrução profunda, sistemática e contínua.

b. Os antigos egípcios não descreveram nem analisaram detalhadamente as características e funcionamento da sua sociedade. Como vimos afirmando até agora, você não deve supor que a preocupação em explicar o funcionamento das nossas sociedades modernas tenha existido sempre. Pelo contrário, é algo que estava longe do pensamento dos habitantes do antigo Egito. Por isso, a tarefa do egiptólogo consiste em construir seu saber a partir de um conjunto de fontes fragmentárias e diferentes, dotando-as de sentido através do estabelecimento de relações e da construção de um quadro maior que explique aspectos mais abrangentes da sociedade do antigo Egito.

Documentação e abordagens

O campo da História Antiga tem sido muito transformado nas últimas décadas, isto porque o volume dos dados aumentou com a descoberta ou publicação de documentos (inscrições, papiros, moedas, textos), até então desconhecidos, assim como com a contínua aceleração das explorações arqueológicas. Do mesmo modo, a técnica vem sendo aprimorada pelo uso do computador, da lexicografia, etc. Podemos datar com uma precisão antes impossível,

podemos expor graficamente a escolha das palavras dos textos antigos, suas frases, sintaxe, de uma forma que até pouco tempo atrás ninguém jamais sonharia.

Com isso, o conhecimento histórico sobre a antigüidade vem sendo enriquecido cada vez mais, pois a experiência social e individual posterior torna possível e estimula uma reavaliação de instituições mais antigas dentro de seu próprio tempo e contexto (é o que chamamos de “visão retrospectiva”).

O aprimoramento das técnicas e o volume dos dados, porém, são questão menor se comparados à interpretação do mundo por parte do historiador e de seu grupo social. Se nenhum ingrediente, nenhuma “teoria” é acrescentada, não é desenvolvida nenhuma preocupação com o amplo painel do passado, da mesma forma que não se vislumbra nenhuma mudança fundamental na compreensão histórica. Sem a teoria, veríamos somente o crescimento da própria técnica, o progresso da simples descrição, sem método, sem a profundidade analítica, sem construir o conhecimento histórico.

Em *História Antiga: testemunhos e modelos*, M. I. Finley comenta que o historiador de História Antiga tem de lidar com o fato de que “seu arsenal inclui tipos qualitativamente diferentes de testemunhos, que amiúde parecem mutuamente contraditórios ou, no mínimo, não inter-relacionados” (FINLEY, 1994, p. 11). Então, os tipos de documentação, suas possibilidades de utilização, suas limitações, maneiras de abordagem etc., disponíveis para o estudo da antigüidade têm sido tema de debates muito férteis.

Uma interpretação histórica é um complexo de respostas a perguntas. Os vestígios, como já dissemos, não compõem perguntas. É o próprio historiador que o faz e ele hoje possui um “arsenal” de conceitos para o estabelecimento de hipóteses e modelos explicativos.

Esse “arsenal” inclui tipos qualitativamente diferentes de testemunhos (vestígios arqueológicos, documentos escritos, imagens etc.), que com freqüência parecem contraditórios entre si ou, no mínimo, não inter-relacionados. Até pouco tempo atrás, por exemplo, os vestígios

arqueológicos eram vistos como fornecedores de informações pitorescas sobre a vida privada, como que “adornando” uma história “real”, a dos testemunhos escritos.

Durante muito tempo, os historiadores não se ocuparam das **imagens** e da cultura material, ou se ocuparam muito pouco delas. Atualmente, contudo, as imagens e os documentos da cultura material entraram no domínio do historiador, e se aceita com mais tranquilidade, que as imagens e objetos são documentos relevantes para o discurso do historiador. Todas as imagens e objetos interessam a nós, inclusive, e talvez especialmente, aqueles que parecem desprovidas de valor artístico ou de originalidade, talvez porque os mais comuns são os mais representativos das tendências da cultura de uma época, de suas concepções de figuração, de suas maneiras de ver, olhar, pensar e fazer as coisas. Todas as imagens e coisas têm uma razão de ser, exprimem e comunicam sentidos, estão carregadas de valores simbólicos, cumprem funções (políticas, ideológicas, religiosas, etc.), prestam-se a usos (políticos, pedagógicos, litúrgicos, etc.). Em suma, as imagens e as coisas materiais participam do funcionamento e da reprodução das sociedades presentes e passadas.

Certamente, o aumento das imagens virtuais produzidas, armazenadas e transmitidas instantaneamente de modo planetário, graças à informática, produz um impacto social e cultural cujos efeitos ainda estamos longe de medir. Obviamente, os historiadores tinham de deixar de lado as suas limitações textuais – e principalmente as suas limitações com os grandes líderes e as instituições estatais – e incluir, em suas preocupações, os documentos imagéticos, que não estavam habituados a levar em conta.

No caso dos historiadores da antiguidade, as imagens – desde os monumentos até moedas antigas que chegaram até nós – contribuíram desde o Renascimento para a construção do passado. A História Antiga tem sua origem e gerou a arqueologia. É necessário, então, que especifiquemos com quais métodos contamos para analisar imagens; que esboçemos problemáticas históricas que levem em conta o lugar reservado às imagens no funcionamento das sociedades.

Pelo termo **imagem** (Do latim *imago*), designamos em todos os casos a representação visível de uma coisa ou de um ser real ou imaginário: um cão, uma cidade, um unicórnio, a medusa. Os suportes dessas imagens são os mais variados: fotografia, pintura, escultura, tela de computador, etc. Mas o termo *imago* também concerne ao domínio do imaterial, e mais precisamente, da imaginação. Não é necessário ver a imagem de um cão para imaginá-lo. Logo ao ser nomeado, meu pensamento lhe dá uma forma e guardarei uma certa imagem na minha memória. Posso sonhar com um cão, conhecendo-o realmente ou não, existindo ou sendo apenas fruto da minha imaginação. Em todos os casos, não hesitamos em falar de “imagens” de um cão.

Não devemos pensar, contudo, que o trabalho com a documentação escrita seja mais fácil do que o trabalho com a documentação imagética. Vejamos um exemplo: Tito Lívio (século I d.C.) e Dionísio de Halicarnasso (século II d.C.) foram dois historiadores antigos, o primeiro falava latim e o segundo, grego. Então, poderíamos pensar que bastaria saber latim ou grego, ou ler uma boa tradução deles, e conheceríamos a História Antiga, não? Não. Ambos, o romano e o grego, falaram de coisas que ocorreram cerca de 500 anos antes de eles terem nascido. A distância temporal entre os fatos e os personagens da história romana que Tito Lívio narra é o equivalente à chegada dos portugueses ao Brasil em relação a nós, hoje. É muito tempo, não? No caso de Dionísio de Halicarnasso, a distância temporal é ainda maior. O mundo mudou muito entre a chegada dos portugueses e o Brasil de hoje, não é? Pois bem, Roma também mudou em meio milênio...

Vejamos outro exemplo: a seguir, leremos um trecho de um historiador antigo, Dion Cássio, que, escrevendo no século III d.C., relata os acontecimentos do final da República romana, no século I a.C., a partir de conceitos de sua própria época:

Os assassinos de César declararam-se, ao mesmo tempo, como responsáveis pela sua eliminação e como libertadores do povo: na verdade, entretanto, fizeram uma conjuração impiedosa e lançaram a cidade na desordem quando se iniciava um governo estável. A democracia, de fato, parece ter um nome justo e, por meio da isonomia, parece trazer direitos iguais a todos; suas conseqüências, entretanto, não condizem com seu nome. A monarquia, por sua parte, soa mal, mas garante, de maneira prática, a melhor administração. Afinal, é mais fácil encontrar um único homem excelente do que muitos (Hist. 44,2).

A “monarquia” tratada por Dion Cássio refere-se ao governo imperial do início do século III d.C., sob a dinastia dos Severos, época em que o próprio Dion serviu como cônsul (229 d.C.).

O imperador, chamado então de *dominus*, era, efetivamente, um monarca. No entanto, o uso desses termos e conceitos para tratar do assassinato de Júlio César não reflete nem a terminologia, nem as posições políticas em jogo no período da narrativa. Logo, o texto de Dion Cássio reflete mais sua própria época do que o contexto do século I a.C.

Temos ainda outro problema complicado relacionado com os documentos escritos. Como você deve saber, nem tudo o que aparece por escrito pode ser considerado como sinônimo de verdadeiro pelo simples fato de, por exemplo, aparecer numa matéria do jornal, num livro ou numa revista. Como afirma Finley (1994, p. 14), "a habilidade dos antigos em inventar e sua capacidade de acreditar são persistentemente subestimadas". Isto significa que, muitas vezes, os autores antigos falsearam os fatos por diversos motivos. Às vezes, essa distorção foi deliberada, para impor a visão de um grupo sobre um fato determinado. Outras vezes, simplesmente porque não tinham nenhuma outra forma de reconstruir algum acontecimento que não fosse recorrendo à sua imaginação, e não pensavam que isso implicasse necessariamente uma falsificação deliberada dos acontecimentos.

Concluimos que não basta, então, ler um texto de um historiador antigo para conhecermos imediatamente a História Antiga. Não, não basta! Como qualquer outro tipo de documento, os textos escritos também têm de ser cuidadosamente analisados e interpretados. Os textos escritos também nos oferecem imagens da realidade.

É certo que a maior parte dos historiadores procurava (e muitos ainda procuram) nas imagens a representação mais ou menos fiel – ou, como costumam dizer, mais ou menos confiável aos seus olhos – das *realia*, das coisas existentes, quer se trate de figurações da guerra, de técnicas agrícolas, de interiores domésticos, de ritos do poder etc. Obviamente, algumas imagens apresentam um interesse documental dessa espécie. Mas essa utilização imediata das imagens pelos historiadores é equivocada. Ela não nos revela, por exemplo, a razão de ser das imagens, nem a natureza do processo de representação, sejam imagens visuais ou textuais. Engana-se quem pensa que poderia

haver algo do “real” nas imagens, independente da consciência dos autores e da expressão que oferecem em suas obras. É certo que uma imagem, seja visual ou textual, é sempre imagem de alguma coisa, seja lá o que for. Entretanto, a principal questão, a nosso ver, não está aí, pois as próprias imagens nos lembram que sua função é menos representar uma realidade exterior do que criar uma imagem da realidade.

O historiador não deve somente isolar, ler ou decifrar o conteúdo da imagem, e sim compreender sua totalidade, em sua forma e estrutura, em seu funcionamento e suas funções. Além disso, as imagens nunca são neutras e imparciais. Elas exprimem e produzem, ao mesmo tempo, uma classificação de valores, hierarquias, opções ideológicas etc, de sociedades ou de grupos sociais determinados, aos quais dão voz.

A noção de que toda representação do real se expressa necessariamente como um *discurso* implica o reconhecimento da importância de sua autoria e de seu público. *Feito por quem e para quem?* Eis duas questões muito importantes para o historiador. Do mesmo modo, importa conhecer a forma e o conteúdo desses discursos, pois discursos diferentes se expressam de modo diferente, e um edifício não é a mesma coisa que uma poesia, que não é igual a um tratado político, que não é igual a uma escultura, e por aí vai...

Ressaltamos, então, que os documentos históricos, sejam de que tipo for, não são fatos históricos; são fragmentos de representações de natureza diversa, veículos de informações, discursos que interpretam realidades passadas, não são *a realidade* passada. São *discursos* do passado. O historiador se serve deles para recolher informações que sejam pertinentes à sua problemática. E temos consciência de que o produto final do historiador, a interpretação e explicação do passado que ele produz, que é veiculada pelo texto historiográfico, é também uma imagem do real passado, não é o passado. A aceitação da noção de subjetividade da escrita da história, por si mesma, não responde à questão central; *por que diferentes historiadores têm diferentes pontos de vista?* E ainda, *será que*

*não existem formas aceitáveis de escolher entre as interpretações?
Essas interpretações serão todas válidas se simplesmente conseguem
satisfazer os critérios dos autores e do seu público?*

A *autoria* do discurso histórico, entretanto, significa que o produto do texto, a partir dos seus interesses individuais e coletivos, visa estimular, no seu público, sentimentos, emoções e uma certa interpretação do passado: o autor (*auctor*, em latim) nada mais é do que aquele que “faz crescer” (*augere*). Historiadores diferentes, portanto, interpretam o passado de modo diferente por causa dos pontos de vista pessoais e dos interesses sociais que trazem consigo. Porém, sempre o fazem, ou deveriam fazê-lo, argumentando, utilizando uma metodologia de pesquisa rigorosa e apoiando-se na análise e crítica das fontes. Por isso, nada é mais mutável do que as interpretações do passado, pois elas dizem respeito ao presente, à nossa situação presente e à situação particular de cada historiador, e depende das teorias, dos modelos explicativos com que estes interrogam e interpretam os seus documentos.



Atende ao objetivo 2

2. Leia a frase a seguir:

"Quase instintiva em mim é a crença de que todo homem poderoso mente quando fala e, com mais forte razão, quando escreve" (STENDHAL).

A frase do romancista Stendhal, em *A cartuxa de Parma*, é uma frase bombástica que faz uma generalização abusiva, mas traz uma advertência àqueles que se dispõem a analisar, explicar e interpretar a história. Por ser a história um tipo de conhecimento construído a partir de vestígios, os documentos em sua variedade, que reflexão podemos fazer sobre esta advertência no trabalho com a documentação histórica?

Resposta Comentada

A consciência de que os documentos, sejam de que tipo forem, textuais ou materiais, são produtos da atividade humana, social ou individual e que, enquanto produtos da atividade humana, são igualmente produtos de necessidades e intenções humanas, sejam sociais, políticas, econômicas nos obrigam a ter cuidado com sua utilização. Deste modo, sendo intencionais, os documentos devem ser analisados criticamente, para não cairmos no erro da ingenuidade.

O trabalho interdisciplinar

Como dissemos, durante muito tempo a História Antiga foi construída quase que exclusivamente a partir de textos escritos, isto é, fontes literárias. Os historiadores da antigüidade costumavam abordar esse tipo de documentos com uma atitude de respeito quase reverencial, como se tudo que estivesse escrito em língua egípcia, grega ou latina fosse, automaticamente, sinônimo de verdade histórica. Essa atitude foi mudando ao longo do tempo, na medida em que os historiadores foram percebendo e aceitando que, dependendo do período histórico e do lugar, às vezes verificamos a presença de abundantes documentos escritos, enquanto outras vezes observamos sua escassez ou, simplesmente, sua total inexistência. Assim, o trabalho do historiador da antigüidade foi incluindo gradualmente diversos tipos de fontes, diferentes das fontes escritas, e para isso teve de aceitar a colaboração de outros saberes especializados. A própria idéia de colaboração implica a utilização de fontes de diversos tipos sem que exista a necessidade de escolher um tipo de fonte em detrimento de outra, e sim a possibilidade de superar a dependência das fontes escritas incorporando outros vestígios para construir um conhecimento mais abrangente.

A seguir, explicaremos brevemente em que consistem algumas destas disciplinas e daremos alguns exemplos dos seus aportes para a História Antiga. Basicamente, nos limitaremos à arqueologia, à epigrafia, à numismática, aos estudos literários e à história da arte.

a. Arqueologia

Ao falar em **arqueologia**, as primeiras imagens que costumam aparecer na nossa cabeça são templos gregos em ruínas, as pirâmides de Egito ou um grupo de exploradores com chapéu à Indiana Jones trabalhando no meio do deserto, rodeado de nativos que carregam sacos de areia. Pois bem, essa imagem de aventureiro está cada vez mais distante do trabalho dos arqueólogos profissionais, que muitas vezes passam dias e dias desenterrando lentamente pequenos

A palavra **arqueologia** se origina de duas palavras em grego: *archaios*, cujo significado é antigo, velho; e *logia*, que quer dizer ciência. A união de ambas as palavras não significa outra coisa senão a ciência que estuda os objetos antigos.

fragmentos de vasos de cerâmica e estudando-os, mediante apuradas técnicas de laboratório, não se limitando à descoberta de múmias e tesouros valiosos.

Podemos definir hoje a arqueologia como o estudo das sociedades através dos seus vestígios materiais, incluindo a arte e os monumentos, mas também qualquer outro objeto criado pelo homem, bem como o estudo do impacto dos grupos humanos no meio ambiente. Nascida como uma ciência auxiliar da História, hoje a Arqueologia é uma ciência autônoma que conta com um conjunto de métodos próprios e singulares. A Arqueologia estuda desde prédios, monumentos e grandes obras de arte até objetos de uso quotidiano como talheres, ferramentas e vasos, fornecendo ao historiador informação fundamental a respeito do funcionamento das sociedades passadas, ajudando a reconstruir eventos específicos assim como também a vida quotidiana de ricos e pobres, reis e escravos, soldados e comerciantes.

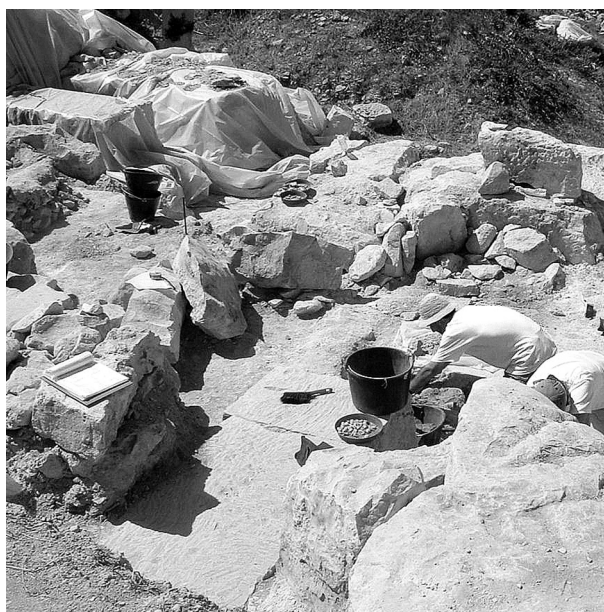


Figura 2.3: Sítio arqueológico romano-fenício em Malta.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/757001>

As fontes escritas e os vestígios materiais são tipos diferentes de testemunhos. Portanto, não podemos afirmar a superioridade de um deles sobre o outro, pois o historiador depende dos tipos de testemunhos disponíveis e dos problemas específicos que deve resolver. Mesmo que História e Arqueologia tenham passado por momentos conflitantes e de mútua desconfiança, hoje nenhum historiador da antiguidade pode prescindir do importante aporte da arqueologia para a construção das suas hipóteses de trabalho. E vice-versa.



Nem sempre as fontes escritas e os vestígios arqueológicos oferecem informação coincidente. Vejamos um exemplo de testemunhos divergentes. Em 60 d.C., aconteceu uma grande revolta na província da Britânia romana (atualmente a Grã-Bretanha). Depois que o rei Prasutagus, da tribo dos iceni, morreu, o imperador Cláudio decidiu incorporar o seu território à província romana. As terras do reino foram confiscadas e divididas arbitrariamente; a mulher de Prasutagus – a rainha Boudica – foi açoitada e suas filhas, estupradas. Isso deu início a uma sangrenta revolta contra Roma, à qual se juntou outra tribo, a dos trinovantes. O resultado da revolta, segundo o historiador Tácito, contemporâneo aos acontecimentos, foi a destruição total de três cidades – Camulodunum (atual Colchester), Verulamium (atual St. Albans) e Londinium (atual Londres) – com um saldo de 70.000 mortos. Porém, as pesquisas arqueológicas indicam que a população total das três cidades devia ser de aproximadamente 10.000 habitantes. Neste caso, a pesquisa arqueológica desmente a versão de Tácito que teria exagerado o número de mortos. Não devemos esquecer que estamos falando de um período histórico pré-estatístico, isto é, um momento em que as estatísticas não tinham muito sentido, nem eram consideradas como um elemento importante a considerar. De forma proposital ou involuntária, sabemos, graças ao testemunho da Arqueologia, que Tácito exagerou as dimensões reais da revolta.

b. Epigrafia

A palavra **epigrafia** é uma derivação da expressão grega *epí* + *graphein*, que quer dizer “escrever por cima, para que se veja”. Esta ciência estuda todo o tipo de inscrições, sejam monumentais, sejam em objetos simples que chegaram até nós. Um famoso epigrafista português, Dr. José d’Encarnação, define a epigrafia como o estudo das “pedras que falam”.

A segunda disciplina que abordaremos é a **epigrafia**. Denomina-se epigrafia o estudo das inscrições, ou epígrafes realizadas em suportes sólidos, tanto na sua forma como no seu conteúdo e função. Desde a invenção da escrita, praticamente todas as civilizações têm efetuado inscrições utilizando diferentes suportes duráveis: tábuas de argila, ossos, pedra, mármore, bronze etc. Isso continua acontecendo em nossos dias, como você pode observar simplesmente na grande quantidade de mensagens que “nos falam” diariamente, como cartazes informativos, comemorativos, publicitários, etc., e que encontramos por todas as partes nas nossas cidades. Assim como acontece hoje com os anúncios publicitários, no mundo antigo essas inscrições estavam dirigidas ao homem comum, quer dizer, àquele público anônimo e coletivo que passeava pelas cidades, tendo uma função social e um uso público. Do mesmo modo que acontece com nossas placas comemorativas atuais, essas mensagens estavam destinadas a transmitir algo de forma perdurável, desafiando o passo do tempo.



Figura 2.4: Na fotografia vemos um exemplo de um objeto estudado pela epigrafia. Trata-se de uma inscrição votiva (ou seja, um objeto dedicado a alguém, em sua homenagem). Na inscrição lemos: A Júpiter Optimo Maximo, a Cidade dos Colbecos. Pelos estudos epigráficos, sabemos tratar-se de uma oferenda da cidade dos Colbecos, na Lusitânia romana, ao deus Júpiter – fotografia do Dr. José d’Encarnação – cedida pelo autor).



Inscrições do mundo antigo – algumas inscrições do mundo antigo perduraram até nossos dias e continuam sendo reproduzidas em diversos meios. Você deve conhecer algumas delas, como R.I.P., I.N.R.I. e S.P.Q.R., todas elas siglas em latim e associadas ao mundo romano. A sigla R.I.P. (*Requiescat in pace*) significa “descanse em paz” e ainda é utilizada em lápides, junto ao nome de pessoas falecidas e até em desenhos animados infantis, quando um personagem morre. A inscrição I.N.R.I. (*Iesus Nazarenus Rex Iudaeorum*), perpetuada pelo cristianismo, significa “Jesus de Nazaré, rei dos Judeus”. Você provavelmente também já viu em filmes ou histórias em quadrinhos a sigla S.P.Q.R. (*Senatus populusque romanus*), que significa “o senado e o povo de Roma”, em estandartes carregados pelos soldados romanos.



Figura 2.5: Exemplos de inscrições do mundo antigo.

Considerando a inexistência de outros meios de comunicação de massas, em todas as civilizações que estudaremos ao longo do curso, as inscrições em lugares públicos eram um meio privilegiado de transmissão de mensagens a grandes parcelas da população.

c. Numismática

Passemos agora à terceira disciplina, a numismática. O nome dessa disciplina tem origem na palavra grega *nósmisma* (moeda). Trata-se, pois, do estudo das moedas. Em geral, vemos a moeda, hoje, sob o prisma de objeto de troca e mercadoria. Mas as moedas têm muito a dizer aos historiadores sobre as sociedades que estudam. Tanto em relação aos estudos de história econômica e social, por exemplo, estudando os reflexos que as mutações monetárias produziam nas sociedades e os comportamentos coletivos, quanto em termos de análise de comunicação e propaganda operada pelas mesmas. As moedas são cunhadas por agentes de poder, não é mesmo? Deste modo, as moedas denotam não somente os limites geográficos do poder que as emitia, como também as mensagens ideológicas que veiculava.



O Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro tem um acervo de moedas considerado o maior da América Latina, com mais de 100 mil peças dos mais variados países. As peças vão desde moedas gregas antigas até o moderno euro. As peças são guardadas numa espécie de “estante”, denominada pelo corpo técnico de *medalheiro*, onde são encontradas várias “gavetas”, conhecidas por *lâminas*. Ressaltamos que a seção de numismática, localizada na reserva técnica do Museu, é acessível apenas a pesquisadores e aos próprios

funcionários.

Hoje em dia dificilmente pensamos em ligar a moeda a um meio de comunicação, mas as moedas podem nos dizer muito sobre as sociedades que as utilizaram. Uma determinada espécie monetária pode nos dar informações a partir do metal com que foi cunhada, pelo tipo e pela legenda. São informações que vão desde a riqueza de uma determinada sociedade, até o aperfeiçoamento técnico usado na fabricação da peça. As moedas também nos dizem sobre o poder do emissor da moeda, assim como sobre a ideologia político-religiosa que lhe dava corpo. As fontes numismáticas, então, são fontes muito importantes para o estudo da antigüidade.



Esses são alguns termos utilizados no vocabulário numismático:

Anverso – vulgarmente conhecido como “cara”, nele encontramos geralmente o busto do governante ou mandatário.

Reverso – lado oposto (coroa), costuma ser a representação mais significativa para a análise.

Legenda – inscrições encontradas no anverso/reverso.

Campo – “corpo” da moeda.

Eixo ou Alto Reverso – seguindo o sentido do relógio para diferenciar as peças variantes cunhadas na mesma casa ou casas monetárias diferentes.

Exergo ou Linha de Terra – sigla localizada no reverso da moeda (abaixo da representação), indica a casa monetária de origem.

Bordo – “cantos” da peça.



Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Roman_currency

d. Estudos ou fontes literárias

Passemos, então, à questão das fontes literárias. Uma fonte literária é definida como um documento escrito à disposição do historiador, mas essa definição é genérica demais e não explica quase nada. Existem vários tipos de documentos escritos, que vão desde poesias até inventários da produção de uma propriedade em determinado local e tempo. Há que saber selecionar e, também, saber como utilizar esse tipo de fonte, utilizando-se de métodos.

Há vários métodos para fazer a crítica das fontes literárias, que você aprenderá ao longo do seu curso de história. Vamos nos referir somente a alguns passos básicos que um historiador deve dar ao lidar com documentos escritos.

O historiador e arqueólogo britânico R. G. Collingwood, em seu livro *A idéia de história*, explicitou que cada historiador vê a história desde sua própria perspectiva e o próprio ponto de vista do historiador não é constante. Deste modo, a análise da construção discursiva dos documentos, da *narrativa*, passou ao centro das reflexões dos historiadores, pois o conhecimento histórico não recria, como imitação (*mimesis*), a realidade, mas é um trabalho de criação narrativa por parte do historiador. Assim, o historiador passou a analisar as suas fontes literárias como *discursos*, como narrativas que expõem, explicam e tentam persuadir os seus leitores de uma visão determinada sobre a realidade.



Vemos a seguir um parágrafo de um discurso político, o Segundo Discurso de Cícero contra Catilina, conhecido como “Il Catilinária”, que foi pronunciado diante do povo romano, em 21 ou 22 de outubro de 63 a.C.:

Que grande guerra haverá, quando Catilina reunir tal corte de perversos! Enfileirai agora, cidadãos, contra estas tão ilustres tropas de Catilina, vossas defesas e vossos exércitos. E àquele gladiador, já enfraquecido e exangue, em primeiro lugar, opondes vossos cônsules e vossos generais; depois, contra esses náufragos rejeitados [pelas ondas] e debilitados, levai ao campo a flor e a força de toda a Itália. Então, as colônias e os municípios responderão às trincheiras selvagens de Catilina.

Não há necessidade de comparar estas tropas, provisões de guerra e forças militares com a extrema penúria daquele ladrão. Se omitirmos, porém, todas as forças que nos abundam, e que lhe faltam, ou seja, o Senado, os eqüestres romanos, a cidade, o erário, os recursos públicos, toda a Itália, todas as províncias, as nações estrangeiras, se, prescindindo de tudo isso, quiséssemos confrontar as duas causas em luta, exatamente aqui podemos compreender o quão derrotados eles estão. Do lado, combate o pudor, ali a insolência, daqui a pudicícia, dali o estupro; daqui a boa-fé, dali a fraude; daqui a piedade, dali a perversidade; daqui a constância, dali o furor; daqui a honestidade, dali a torpeza; daqui a continência, dali a luxúria; enfim, daqui a eqüidade, a moderação, a coragem, a prudência, todas as virtudes combatem a iniquidade, a luxúria, a covardia, a temeridade, com todos os vícios; em suma, a abundância combate a indigência, o bom senso a perdição, a mente sã a demência, a boa esperança o total desespero.

Em tal contraste e em tal luta, mesmo se o zelo dos homens fraquejasse, os próprios deuses imortais não fariam que tantos e graves vícios fossem superados por tão excelentes virtudes? (Traduzido por Claudia Beltrão, com base no texto latino estabelecido por A. Curtis Clarck. *Le Catilinarie*, Arnaldo Mondadori Editore, 1963, e do texto latino estabelecido por H. Bornecque para *Discours Catilinaires*. Paris: Les Belles Lettres, 1950).

Neste discurso, vemos o esforço do orador Cícero para mobilizar o povo romano contra Catilina, um nobre rebelado que se voltava contra o governo romano, com o apoio de muitos segmentos mais pobres da sociedade romana. Cícero tenta levar ao povo a certeza absoluta da vitória e da justiça do estado romano, deduzindo-as da comparação entre as forças que se enfrentam. Todo este capítulo se desenvolve numa sucessão de antíteses sempre mais abrangentes, condensadas, no último parágrafo, nos termos singulares contrapostos e, finalmente, agrupadas em série por uma recapitulação brilhante, num dos melhores exemplos de aplicação retórica do modelo aristotélico da sistematização dedutiva. O orador, depois de ter considerado a situação (no discurso) em que se encontram os dois lados conflitantes (uma ótima criação do discurso, pois a “Catilinária” foi, provavelmente, muito mais complexa do que Cícero mostra neste capítulo), nos planos político, logístico e militar, passa a examiná-la no plano moral, concluindo que, nesse plano, as coisas pioram ainda mais para os seguidores de Catilina. Contra ele combatem, no discurso, não só todo o baú das virtudes tradicionais, mas também os próprios deuses imortais que, mesmo faltando as forças humanas, condenam faltas morais tão graves.

A análise do caráter estilístico e retórico dos textos escritos, então, é muito importante no trabalho do historiador. Todos os textos, sejam antigos ou modernos, de historiadores, de poetas, de políticos, de filósofos, de administradores, de romancistas etc., devem ser considerados como discursos, estruturados por autores específicos para públicos específicos, visando objetivos bem concretos. O uso das fontes literárias é, então, bastante complexo. Há que observar a interpenetração entre a posição pessoal do autor (ou autores) e os acontecimentos. Não há como escrever, seja lá o que for, sem recorrer a palavras e conceitos, e sabemos que são, respectivamente, signos ou construções lógicas, ou seja, se referem à realidade, mas não são a realidade. Não é possível ser inocente no trato com textos escritos, pois textos escritos são construções discursivas. Os historiadores, então, precisam da ajuda de filólogos, lingüistas, semiotistas e outros

especialistas do discurso, que nos trazem procedimentos úteis e de caráter geral para a análise da documentação textual, permitindo uma melhor compreensão do documento.

Um texto deve ser lido e entendido em sua totalidade e também no contexto em que foi escrito. Para dar um exemplo, muitas palavras que, à primeira vista, são fáceis de entender nos textos antigos, como “liberdade”, “escavidão” ou “democracia”, devem ser analisadas em seu contexto próprio, para evitar a confusão entre significados antigos e modernos. A contribuição dos especialistas citados, então, é fundamental, pois até mesmo nuances derivadas das palavras utilizadas, ou da própria construção da frase, modificam o seu sentido.

É importante, também, estudar o autor do texto (quando conhecido) e o público a que se destina. O autor deve ser estudado em suas características individuais (idade, sexo, formação intelectual etc.) e coletivas (época em que viveu, local, classe social etc.). O público pode ser determinado pela forma e pelo conteúdo do texto: palavras fáceis e frases coordenadas indicam um público geral, enquanto um vocabulário técnico, rebuscado e frases subordinadas revelam um público mais específico. Um texto de conteúdo religioso, como um catecismo, que tem uma linguagem pouco sofisticada, pode voltar-se para um público vasto de fiéis, enquanto que um tratado teológico pode dirigir-se para eruditos interessados em reflexões teóricas. Ao final, será possível chegar aos *interesses e objetivos* implícitos do texto.

e. História da arte

No que tange às fontes artísticas, é preciso sublinhar a especificidade das obras e suas conseqüências. No Ocidente, até a invenção do cinema, prevaleceram as estruturas da imagem fixa, cujas estruturas são totalmente diferentes das estruturas da linguagem verbal. Uma se impõe simultaneamente ao olhar em todas as suas partes, mesmo que posteriormente possa ser decifrada mais longamente e comparada a imagens similares. A imagem fixa constrói seu espaço ou, como disse Francastel, o

sistema de figuras e linguagens que a constitui. A língua falada ou escrita desdobra-se na duração, no tempo da frase e do discurso, dando a impressão de que o sentido se impõe no mesmo instante do pensamento. Nas palavras de Francastel:

O ardil das palavras que se articulam em nossos lábios num certo tempo está em nos levar a pensar por oposição à unidade e à simultaneidade do pensamento; o ardil das imagens que se apresentam como fixas através dos tempos está em reunir percepções, saberes, utopias, que concordam entre si apenas fragmentariamente. Eis porque [sic] os mecanismos da língua e os da figuração são irreduzíveis uns aos outros (FRANCASTEL, apud SCHMIDT, 2007, p. 33).

As especificidades da imagem e da língua impedem que a primeira seja vista como ilustração de um texto, mesmo as mais figurativas. O texto evoca seus significados na sucessão temporal das palavras; a imagem organiza especialmente a irrupção de um pensamento totalmente diferente. Além disso, a construção do espaço da imagem e a organização entre as figuras nunca são neutras. Ambos, o texto e a imagem, exprimem e produzem, ao mesmo tempo, uma classificação de valores, hierarquias, opções ideológicas etc.

Nas últimas décadas, as transformações teóricas e metodológicas que ocorriam, no mesmo momento da história da arte, especialmente na chamada Escola de Warburg (cujos sucessores mais famosos foram Fritz Saxl e Erwin Panofsky), que realizou uma mudança conceitual no trato com as imagens. Assim, é importante levar em conta o conceito de forma simbólica, de Ernst Cassirer, que foi aplicado historicamente por Panofsky à perspectiva plana, em uma espécie de “história geral” que Michel Foucault chamou de promissora, analisando a articulação de diversas formas simbólicas que regem o funcionamento de uma sociedade em uma dada época.



Figura 2.6: Estela tumular. Relevo de mármore do Cerâmico (Atenas). Data: c. -400 (cerca de 400 antes de Cristo). Atenas, National Archaeological Museum. A falecida está elegantemente sentada em uma cadeira, diante de uma serva que lhe apresenta uma caixinha com jóias. O cabelo está cuidadosamente arrumado e os pés estão apoiados em um escabelo. A face de ambas é inexpressiva, a despeito dos detalhes do vestuário e da vista em "três quartos" com rostos em perfil, na tentativa de expressar a serenidade apropriada.



Figura 2.7: Enócoa (vaso) com imagem de uma criança com coroa de folhas; na mão, brinca com vara e roda. Chous ático de figuras vermelhas. Data: -450/-400. Atenas, National Archaeological Museum. Em Atenas, as crianças desde cedo tomavam parte da vida cívica: era usual sua participação nas *Antestérias*, festival celebrado em honra ao deus Dioniso no mês de fevereiro. As crianças desfilavam, aparentemente, com esses pequenos vasos (*enócoas*) nas mãos.

Chamamos a atenção, por fim, para algumas considerações de caráter geral, aplicáveis a todos os documentos. Em primeiro lugar, consideram-se todos os documentos, escritos ou não, como *discursos*, apesar de cada um ter as suas especificidades. Como discursos possuem necessariamente autoria e público e, como todo discurso, têm estruturas superficiais e profundas. A autoria pode ser individual ou coletiva, material ou intelectual. Um edifício pode ter sido construído, materialmente, por diversos operários a partir da planta de autoria individual de um certo arquiteto. O público pode ser individual ou coletivo, homogêneo ou heterogêneo. Em segundo lugar, o universo de temas e abordagens da antigüidade vem sendo alargado continuamente. Devem ser incluídos os camponeses, as mulheres, as famílias, os rituais, os gestos, os monumentos, os objetos da vida quotidiana. Esses e outros temas devem ser apresentados no contexto de uma pluralidade de interpretações, que dependem das questões e problemas do historiador.

CONCLUSÃO

Há, hoje, uma infinidade de documentos à nossa disposição. Até mesmo a planta de uma casa é um documento para o historiador. Isso mesmo, uma casa possui aposentos que se articulam, explicitamente, de maneira funcional. Essas funções, contudo, encobrem uma estrutura profunda, os objetivos apenas implícitos nas funções: a existência de aposentos para escravos, por exemplo, e suas exatas localizações específicas em uma habitação revelam intenções dos construtores (isolamento, controle do movimento etc.). O público, ou seja, o consumidor ou usuário de um artefato material também deve ser estudado: um anel de ouro se destinava a certos grupos abastados, enquanto que uma ânfora de vinho barato era consumida por extratos sociais mais amplos. Os documentos de diversas categorias representam uma grande variedade de discursos.

Não deve haver dúvidas quanto à prioridade ou superioridade de um tipo de testemunho sobre o outro; tudo depende, em cada caso, do tipo de testemunho disponível e das questões particulares a serem respondidas, e em um uso atento e criterioso dos modelos explicativos. Sem um esquema teórico de base conceitual, o testemunho escasso ou farto se presta à manipulação em todos os sentidos, sem qualquer tipo de controle.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 3

Observe e compare os três documentos a seguir. O primeiro é um trecho de uma poesia cômica grega, do poeta Eubulo, que se refere ao momento em que o vinho é servido em um banquete na antiga Atenas. O vinho era servido em um grande vaso, chamado cratera, no qual era misturado com um pouco d'água e temperado de diversas maneiras. O segundo é um friso esculpido encontrado no cemitério de Atenas, o Cerâmico, que retrata um banquete. O terceiro é uma pintura no fundo de uma taça, encontrada em Atenas. Os três documentos são datados de cerca de 400 a.C.

1. Só três crateras misturo para os avisados: uma para a saúde, que eles bebem em primeiro lugar; a segunda para o amor e o prazer; a terceira, para o sono; bebida esta, os convidados avisados vão para casa. A quarta já não nos pertence, pertence à insolência; a quinta, aos gritos; a sexta, à orgia; a sétima, aos olhos embaçados; a oitava, ao oficial de justiça; a nona, aos problemas do fígado; a décima, à loucura e aos móveis atirados para a rua (Eubulo, poeta cômico, in: Ateneu, 3, 36).

2.



Escultura votiva (relevô) de mármore encontrado no Pireu. Data: -400.

3.



Fundo de taça grega, pintura com figuras vermelhas. Data: -400.

A partir da observação dos três documentos, comente a importância da interdisciplinaridade para o estudo da História Antiga, destacando as diferentes disciplinas que, nos três casos, interagem na construção do conhecimento da História Antiga.

Resposta Comentada

Você deve observar que os três documentos, a poesia, a escultura e a pintura, referem-se a uma mesma forma de relações sociais fundamental para os antigos (e para nós): a festa, o banquete (*symposium*, em grego). Vemos, então, pelo uso de tipos diferentes de documentos, a ampliação das informações que seu cotejamento nos traz. O banquete é momento fundamental da sociabilidade dos grupos humanos. A poesia nos fala do consumo do vinho, do álcool (e dos excessos desse consumo) nos banquetes, fornecendo aos historiadores detalhes sobre o seu funcionamento. Os documentos visuais, por outro lado, nos permitem a percepção de outros elementos do mesmo fenômeno social: a disposição dos comensais, vestuário, mobiliário etc. Deste modo, cada documento ilumina um aspecto do mesmo fenômeno, contribuindo para o conhecimento histórico.

RESUMO

Os historiadores, até bem pouco tempo, consideravam como documento histórico apenas os textos escritos, especialmente aqueles que se referiam à história política. A tendência atual, entretanto, é a de privilegiar uma grande gama de objetos, de abordagens e, conseqüentemente, de fontes de informação. Deste modo, o historiador da antigüidade tem à sua disposição diferentes tipos documentais (poesia, ficção, discursos, inscrições, reflexões filosóficas, tratados políticos, vasos, pinturas, esculturas, edifícios, objetos de todos o tipo, enfim). Daí que o historiador, para analisá-los e interpretá-los, precisa da ajuda de outros especialistas, como os filólogos, os epigrafistas, os arqueólogos, os numismatas etc. Todos esses documentos são analisados e interpretados como resultados da cultura humana e é de fundamental importância evitar falsas oposições entre diferentes tipos de documentos, materiais e textuais. São todos produtos da cultura humana, são todos, por isso, documentos da pesquisa histórica.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, continuaremos a nossa viagem, pela História Antiga visitando o cenário físico, o Mediterrâneo e o Antigo Oriente Próximo, e pelo seu cenário intelectual: os modelos explicativos com os quais abordamos os nossos “clássicos”.

Aula 3

O trabalho
com modelos:
o Mediterrâneo

Meta da aula

Nesta aula, você aprenderá a respeito da utilização de modelos explicativos para o estudo da História Antiga e será apresentado ao quadro geral da nossa disciplina, que abrange o Mediterrâneo e o Oriente Próximo, aproximadamente entre 3.000 a.C e II d.C.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer a necessidade da utilização de modelos explicativos para conhecer a História Antiga;
2. conhecer a área geográfica que incluiremos no desenvolvimento da disciplina e compreender a natureza dos nossos modelos espaço-temporais.

Pré-requisitos

Para que você encontre maior facilidade na compreensão desta aula, é importante ter em mãos um bom dicionário da Língua Portuguesa e um atlas geográfico. Do mesmo modo, é importante que você releia as Aulas 3 e 5 da disciplina Filosofia e as Aulas 3 e 7 da disciplina História e Documento.

INTRODUÇÃO

[...] a história não são as fontes. A história é uma interpretação das realidades de que as fontes são "sinais indicativos ou fragmentos". É certo que partimos de um exame das fontes, mas através delas tentamos observar a realidade que apresentam ou que, por vezes, não conseguem representar, deturpam e até dissimulam (REDFIELD, 1994, p. 147).

Na aula passada, vimos como a História Antiga se constrói a partir de um conjunto muito diverso de documentos, que abrange desde textos escritos e moedas até restos arqueológicos de edifícios e vasilhas, para mencionar só alguns deles. Também vimos como essas fontes são muitas vezes escassas e fragmentárias, e não permitem obter informação referente a um período prolongado ou uma instituição de forma contínua e completa. Agora vamos avançar um pouco mais, perguntando como podemos construir o conhecimento de sociedades do passado com base em vestígios e fragmentos de informação.

Uso de modelos em História Antiga

Como o estudo do passado é algo singular, os historiadores dispõem de uma variedade de técnicas e metodologias de trabalho para desenvolver suas pesquisas, dependendo de uma série de fatores como os tipos de testemunhos disponíveis, os modos de apresentação da informação e o objetivo da pesquisa. As técnicas e os métodos de trabalho utilizados pelo historiador só ganham sentido quando lhe permitem juntar uma série de fontes, muitas vezes altamente diversas e fragmentárias, num quadro geral que possa outorgar-lhes sentido. Caso contrário, seu trabalho estaria mais próximo daquele realizado pelos antiquários, que se contentam simplesmente em

coleccionar uma variedade de objetos históricos diversos, no máximo, classificando-os ou organizando-os cronologicamente, mas sem ter a capacidade de construir um quadro explicativo. Uma das formas de construir esse quadro é a criação ou a utilização de modelos.

O que é um **modelo**?

Convidamos você, então, para ler uma história e pensar conosco sobre os modelos e seu uso. Vamos contar uma lenda ateniense.

Você já deve ter ouvido falar no Minotauro, o monstro com corpo de homem e cabeça de touro que vivia no centro de um labirinto, em Creta. Pois bem, você também deve saber que o herói Teseu conseguiu matar o monstro com a ajuda da princesa Ariadne, não é mesmo? Essa é a passagem mais conhecida da lenda de Teseu, mas não é a única. Interessa-nos agora uma outra passagem da lenda. Certa vez, o herói Teseu viveu uma aventura peculiar: ele enfrentou e derrotou um “monstro humano”.



Figura 3.1: Mosaico: Teseu mata o Minotauro no labirinto.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:theseus_minotaur_mosaic.jpg

O termo **modelo** pode ser empregado em diversos sentidos. Segundo o *Dicionário de Filosofia de José Ferrater Mora* (2001), modelo pode designar aquilo que um artista tem em mente como um ideal ao qual tenta se aproximar o mais possível. Modelo pode ser, também, um valor ou uma série de valores, objetivos ou supostamente objetivos que são aplicados à realidade e que servem para guiar a ação das pessoas, tornando-se aspirações morais ou estéticas. Do mesmo modo, epistemologicamente o termo é usado e desenvolvido para a explicação da realidade. Modelos são usados em todas as ciências: na Física, na Biologia, na Psicologia etc. Em seu sentido básico, modelo é uma representação que tem um valor heurístico e que serve para explicar uma realidade.

Na estrada que ligava Atenas a Elêusis, vivia um sujeito, Procusto, que hoje qualificaríamos como sendo um assassino serial que tinha uma predileção: matar viajantes. Como não existiam hotéis como hoje, Procusto atraía os viajantes cansados para a sua casa, oferecia-lhes uma boa refeição e um leito para descansar. Os viajantes, agradecidos, confiavam no anfitrião.

Ocorre que Procusto, como todo assassino serial, tinha um modo muito especial de matar suas vítimas após ganhar sua confiança: ao perceber que a pessoa adormecera, Procusto acionava um dispositivo no leito que a imobilizava e, se a vítima fosse maior do que o leito, machados amputavam aquilo que ficava de fora. Se fosse menor, cordas e roldanas esticavam a vítima até causar a sua morte. Teseu quase foi vítima de Procusto, mas conseguiu acabar com a obsessão homicida dele, fazendo com que o monstro morresse no seu próprio brinquedo: o leito cortou-lhe as partes do corpo que sobravam.



Figura 3.2: Vaso ático de figuras vermelhas: Teseu e Procusto.

Fonte: (http://en.wikipedia.org/wiki/image:theseus_prokroustes_staatliche_antikensammlungen_2325.jpg)

Horroroso, não? Mas por que contamos esta história? O que tem Procusto a ver com o fato de que os historiadores narram o passado por meio de modelos teóricos que conferem unidade aos seus fragmentos, que são, por sua natureza, desconexos? Pois bem, se Procusto não é um ser recomendável moral e socialmente, podemos usar a idéia do seu leito como uma metáfora para os modelos explicativos.

Modelos explicativos são muito úteis, e não conseguimos sequer pensar sem eles, mas não podemos ser como Procusto: temos de ver os modelos como *modelos*, ou seja, eles não são a *realidade*. Não podemos pegar os nossos dados e aplicá-los diretamente a um modelo específico, cortando o que não se adequa a eles ou esticando algo para que se adequa. Muitos historiadores incorrem nesse “crime”. Temos de ser cuidadosos no uso de modelos, escolhendo aquele que se adequa aos nossos dados e problemas, e não adequando os nossos dados e problemas a um modelo: a realidade não pode ceder ao modelo, pois incorremos no risco de falsificação. São os modelos que devem ceder à realidade. Os modelos explicativos devem ser escolhidos pelo historiador *de acordo com as realidades* que ele estuda, e não o contrário, forçando os dados para que se adequem ao leito de um Procusto teórico.

Vemos muitos “leitos de Procusto” nos livros, principalmente nos didáticos, mas também os encontramos em livros de historiadores consagrados... Em muitas dessas obras, basta analisá-las mais profundamente para percebermos que não têm uma preocupação séria com uma reflexão acerca dos termos e conceitos que utilizam. Muitas vezes, o problema é tão gritante que chega a ser paradoxal, afinal, você já sabe que boa parte do trabalho de reflexão intelectual dos historiadores se refere à tentativa de definição, por meio de conceitos, das relações sociais que compõem os objetos que estudam. Sem os conceitos, perpetuamos a velha história de tratados e batalhas e as listas cronológicas de antiquários, que há muito tentamos abolir.

Infelizmente, poucos param para pensar nesse assunto. Desse modo, os conceitos são empregados sem nenhuma reflexão, transformando-se em leitos de Procusto, e são tratados como auto-explicativos. Às vezes, o leito de Procusto é um pouco mais suave, e

os conceitos recebem definições tão genéricas que acabam tendo o seu potencial significativo diluído. Vamos ver um exemplo. Utiliza-se muito o conceito “capitalismo” com a seguinte definição: “sistema que se baseia no lucro e na exploração do homem pelo homem.” Convenhamos, isso é um leito de Procusto, pois é uma frase que, se bem observada, não quer dizer nada, pois pode se referir a qualquer tipo de relação de trabalho ou de relação econômica. Outro exemplo: “feudalismo” aparece muito nos livros com a seguinte definição: “Forma de organização social baseada nas relações de trabalho em torno da terra e da produção rural.” Ora bolas! A rigor, qualquer sociedade agrária se estrutura em torno das relações de trabalho com a terra, seja ela feudal ou não. Então, esse tipo de explicação é superficial e contribui muito pouco para esclarecer a especificidade do conceito “feudalismo”.

Vemos aqui, então, um problema: já no ponto de partida de qualquer estudo e interpretação do passado, os historiadores se deparam com dados que podem levá-los a equívocos ou a interpretações deturpadas. Há que decifrar e interpretar os seus dados, mas também há que conhecer os mecanismos com os quais decifra e interpreta esses dados. Mas como poderíamos interpretar o funcionamento de uma sociedade ou de um setor dela, seja o econômico, o religioso etc., sem usar palavras e conceitos para nos referirmos a eles?

É claro que temos que usar as palavras e os conceitos, mas temos de refletir sobre o que eles realmente significam. Vejamos um exemplo da necessidade de termos cuidado com o uso de palavras aparentemente não-problemáticas, relacionado a um dos nossos “clássicos”: a Grécia Antiga. Leiamos o trecho a seguir, com cuidado:

Na Grécia desenvolveu-se um sistema de governo diferente... esse sistema, chamado democracia, permitia maior participação da população no governo... mas é importante destacar que na Grécia a democracia não era para todos. Mulheres, escravos, estrangeiros, entre outros, não eram considerados cidadãos e não podiam participar das

discussões públicas nem se tornar governantes. Apesar desse limite, a grande importância do sistema de governo adotado pelos gregos está em seu princípio: a igualdade entre parte da população e um governo que se impunha não pelo uso da força, mas pelas idéias.

Uma leitura superficial desse trecho provavelmente não revelará problema algum, e todos os leitores ficarão felizes porque entenderam a sua mensagem com muita facilidade, não é mesmo? Mas, se o observarmos com mais cuidado, verificaremos que os autores falam da democracia como sendo uma realidade “grega”. Ocorre que, como você verá neste curso, a Grécia não formava uma unidade política, e cada *polis* (cidade) era autônoma e nem todas as *poleis* (plural de *polis*) eram democráticas, muito ao contrário. A democracia, então, não foi uma característica grega, e sim ateniense. E você verá também neste curso que Atenas foi uma cidade atípica no mundo grego, ou seja, fora dos padrões da Grécia. Então, temos um problema aí: Procusto esticou demais a sua vítima...

Podemos, com o mesmo exemplo, apontar outro problema: os próprios substantivos *grego* e *Grécia*. Lemos ou ouvimos, repetidas vezes, o substantivo *grego* e falamos *Grécia* tranquilamente. Aparentemente, não há nada de errado com esses substantivos, não é? Pois bem, *grego* e *Grécia* são conceitos, não são realidades em si. Quando falamos: *cidadãos gregos*, de quem estamos falando? Quando falamos *Grécia Antiga*, do que estamos falando? Cidadão grego era quem? “É literalmente impossível fazer qualquer afirmação com a palavra ‘grego’ que exclua algum tipo de generalização” (FINLEY, 1989, p. 58).

Pois é, “grego” não era ninguém na Antiguidade, pois não havia sequer “Grécia”! Como não havia?, você há de perguntar. Não havia Grécia, pois este nome não era um nome usado pelos “gregos”, outra ficção conceitual. Havia a Hélade (que atualmente corresponde ao que chamamos península grega), havia as Cíclades (que são ilhas mediterrâneas), havia a Tróade (correspondente a uma parte da atual Turquia), havia *poleis* gregas no sul da França e

da Espanha, na Sicília, na península itálica... em suma, não havia nenhuma Grécia. O próprio nome não existia! Este nome, Grécia, é uma invenção dos romanos, e não dos "gregos". Não havia gregos na Grécia; havia, sim, *helenos*, na Hélade, na Tróade, nas Cíclades etc. Até hoje não existem gregos: os habitantes do que chamamos atualmente Grécia são *helenos* e o nome de seu país é Hellas (que corresponde a um território mais ou menos equivalente ao território de várias *poleis* da Hélade, que jamais se unificaram politicamente). Mas heleno era também um nome genérico, uma abstração, que eles davam a si mesmos, pois quando um heleno era chamado a se autodefinir, ele dizia "Sou o ateniense X, sou o espartano Y, sou o tebano Z", e por aí vai. Atenienses, tebanos, siracusanos, espartanos etc., se diziam todos "helênicos", mas jamais "gregos", e isso faz diferença, pois quando se definiam com um nome coletivo, faziam referência a elementos culturais, e não a uma unidade política. "Grécia", então, é um conceito nosso, que, quando usado, se não tomamos cuidado, nos tornamos Procustos conceituais.

Vimos, então, um exemplo de conceito usado abusivamente: o de "Grécia". Há muito mais, contudo, e, desse problema, só podemos apresentar agora alguns exemplos. Um modelo explicativo muito usado, e que traz uma série de problemas, é o de "evolução cultural". Segundo esse modelo, a *evolução* cultural é igualada à *transformação* cultural temperada com uma idéia de *progresso*, e se torna um modelo ideológico, não se preocupando com o fato de que podem ocorrer desenvolvimentos distintos em diferentes tempos e lugares. Por este modelo, muitas vezes nos deparamos com a seguinte explicação em relação a crenças de povos antigos: como eles não conheciam o raio com o discurso científico, apelavam para a fé... Você provavelmente já leu algo assim, não é mesmo? Pois é, afirmações como essa levam a gente a acreditar que as sociedades que explicam o mundo por meio do pensamento religioso são inferiores à nossa, e isso é um leito de Procusto, um erro crasso. Evolução, então, é um modelo explicativo de cunho ideológico, que não deve ser usado pelos historiadores, a não ser com cuidado extremo, caso seja absolutamente necessário.

Há outros leitos de Procusto perigosos: alguns historiadores usam os modelos explicativos de modo a resumirem um determinado processo histórico, a ponto de deformá-lo, descaracterizá-lo, produzindo caricaturas dele. Muitos livros de História, por exemplo, falam que a invenção da agricultura representou uma nova forma de organização social muito diferente da vida dos caçadores-coletores nômades ou seminômades e falam de uma ruptura radical entre um modo de vida e outro. Se bem observarmos os dados arqueológicos, saberemos que o sedentarismo e a agricultura no Neolítico não alteraram imediatamente os padrões de organização social herdados do Paleolítico. As inovações trazidas com a domesticação de plantas e animais não alteraram as divisões sociais baseadas em parentesco, sexo e faixa etária, além de não terem suprimido a pesca, a caça e a coleta nessas sociedades, como dá a entender... Assim, explicar a passagem do Paleolítico para o Neolítico dessa forma é um leito de Procusto, simplificando a tal ponto o processo que o deforma.

[...] simplificando a complexidade nos iludimos a nós mesmos por assumirmos que a classificação reflete a realidade. Mas a abstração nunca pode captar a riqueza da realidade social (MCGUIRE, 1996, p. 2).

A falta de cuidado na aplicação de conceitos e modelos pode também levar a explicações e comparações estapafúrdias sobre e entre sociedades distintas no tempo e no espaço, levando a conclusões inadequadas e anacronismos em relação a semelhanças e diferenças existentes. É preciso ter muito cuidado com o uso de conceitos e modelos explicativos, para não nos transformarmos em Procustos modernos... vejamos o que podemos perceber no trecho a seguir:

Fora de Atenas, a luta de classes política, no quarto século a.C., tornou-se, muitas vezes, acutíssima. Ricos e pobres encaravam-se com um ódio amargo e quando a revolução

aconteciam havia execuções em massa e exílios, confiscos de propriedade, ao menos dos líderes dos partidos opostos (STE. CROIX, DUCKSWORTH, 1983, p. 298).

O que lemos, então? O autor “descreve” alguns acontecimentos do século IV a.C. como se apenas relatasse verdades óbvias. Contudo, utiliza-se de um arcabouço interpretativo muito específico, não compartilhado por inúmeros especialistas. Há quem considere que não havia classes na Antiguidade; outros negam a validade de conceitos como “luta de classes” ou “revolução” para o período; há quem considere o uso de expressões como “ódio amargo” inadequado. De qualquer forma, esse discurso pretende ser uma simples descrição da realidade. Uma reflexão cuidadosa sobre o parágrafo permite, justamente, vê-lo como construção complexa, estruturada, com autoria, públicos e objetivos específicos, permitindo, também, que a proclamemos “procustiana”!

Estudar, interpretar e explicar realidades muito distantes de nós no tempo e/ou no espaço requer cuidados redobrados, pois, ao tentar tornar a realidade do passado inteligível, podemos criar sérias distorções. Os povos antigos não pensavam, não desejavam, não viviam como nós, não acreditavam nas mesmas coisas que nós, não temiam as mesmas coisas que nós tememos, não amavam as mesmas coisas que nós amamos! Quando esquecemos isso, usamos os nossos critérios para explicar coisas do passado sem o menor senso crítico. Deixamos, então, de ver o passado.

É certo que não podemos falar senão com palavras e conceitos; não conseguimos sequer pensar sem eles, mas temos de ter cuidado para não sermos novos Procustos, deformando o passado e produzindo estereótipos. Historiadores não podem ser anacrônicos.

Você se lembra do nosso exemplo sobre a religião egípcia na Aula 1? Pois é, um historiador “procustiano” não consegue enxergar a religião egípcia, e corta daqui ou estica dali o que vê em seus documentos, falsificando uma realidade egípcia.

Os Procustos modernos também costumam “tomar a parte pelo todo”, fazendo umas simplificações grosseiras em relação a características particulares de sociedades ou “esticando” uma característica circunscrita a um determinado local ou época, dando à tal característica uma abrangência e duração que não têm respaldo na documentação. Um exemplo: “Grécia e Roma são duas civilizações antigas baseadas na produção escravista.” O que há de errado com essa frase? Aparentemente nada, não é? Mas se a lermos de novo, e a compararmos com os dados históricos, veremos que ela é uma generalização abusiva, ou seja, ela esticou um modelo aplicando-o a Grécia e Roma. Pelo estudo sério da documentação, percebemos que nem todas as regiões do mundo greco-romano se estruturaram a partir do modo de produção escravista, que é somente um modelo, ou seja, nos serve para permitir a compreensão, mas não é a realidade, e tem de ser usado somente em relação àquilo ao qual é apropriado...

Em suma, não podemos fugir dos modelos, pois sem eles não conseguiríamos sequer abordar a História, mas temos de ter cuidado com o seu uso e aplicação. Eles são o que são: apenas modelos, não a realidade! Eles nos *servem*, nós não temos de ser escravizados por eles.

Conhecendo esses problemas, você deve imaginar as enormes dificuldades que enfrentam os historiadores da Antigüidade para construir o conhecimento das sociedades ao longo de suas pesquisas. A numerosa publicação de papiros, material arqueológico, epigrafia e coleções de moedas, por exemplo, não responde à pergunta do que fazer com esse material, isto é, de que modo é possível conferir algum sentido incluindo-o num quadro explicativo mais abrangente. Então, precisamos de modelos explicativos, mas temos de ter cuidado com eles. Temos de refletir sobre a sua aplicação e a sua pertinência a uma dada realidade.

Segundo Hagget e Chorley (1975), um modelo é uma *estrutura* simplificada da realidade que supostamente apresenta, de forma generalizada, características ou relações importantes. Os modelos são aproximações altamente *subjetivas*, por não incluírem todas as observações ou medidas associadas, mas são valiosos por obscurecerem detalhes acidentais e por permitirem o aparecimento dos aspectos fundamentais da realidade. Em outras palavras, trata-se de um processo de seleção de alguns aspectos da realidade, considerando suas conexões e relações para compreender a dinâmica dos processos construindo **hipóteses**.

Os modelos são construções *subjetivas* porque os pesquisadores que os constroem, no nosso caso os historiadores, escolhem seletivamente, acentuando alguns aspectos e relativizando outros. Assim, quando lemos termos como “cidade-Estado”, “sociedade escravagista” e “monarquia divina”, devemos considerá-los como modelos, isto é, construções explicativas. Temos, então, de ter a exata noção de que são apenas modelos, servem para explicar alguma realidade, para nos aproximar dela. “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu” (GEERTZ, 1989, p. 15).

Esses modelos construídos pelos historiadores para explicar os fatos históricos não são elementos fixos e definitivos. Ao longo das pesquisas, os modelos encontram-se sujeitos a ajustes e correções, isto é, as hipóteses formuladas no início da pesquisa podem ser adaptadas ou diretamente descartadas quando for preciso.

Segundo o dicionário Aurélio Ferreira (1999), uma **hipótese** é uma “suposição que orienta uma investigação por antecipar características prováveis do objeto investigado e que vale, quer pela confirmação dessas características, quer pelo encontro de novos caminhos de investigação”. Por tratar-se de uma suposição, as hipóteses devem comprovar-se oferecendo testemunhas que as apóiem, podendo ter maior ou menor grau de probabilidade de confirmação.



Um exemplo de construção de um modelo em História Antiga é a explicação dada por Finley à existência de sociedades escravagistas, isto é, sociedades em que o trabalho escravo era o modo de produção principal da economia, mesmo convivendo com outras formas de trabalho. Se bem que muitos autores explicassem o surgimento das sociedades escravagistas, principalmente na Grécia e em Roma, a partir da existência de um grande número de prisioneiros de guerra, Finley achou que essa explicação não era suficiente. De fato, muitas sociedades tinham feito guerras e conquistas territoriais, inclusive escravizando prisioneiros, sem que a escravidão chegasse a ocupar um lugar central na atividade econômica. Segundo Finley, se os gregos e os romanos aprisionaram um grande número de escravos nas suas guerras de conquista, foi porque já existia uma demanda prévia. Assim, no modelo criado por Finley, existem três condições *necessárias* e *suficientes* para a existência dessa demanda. A primeira é a existência da propriedade privada da terra com uma concentração que exija mais do que a mão-de-obra familiar. A segunda é a existência de um desenvolvimento dos bens de produção e do mercado para a venda. E a terceira é negativa: a inexistência de mão de obra disponível (no caso de Grécia e Roma, a negativa dos cidadãos de trabalharem para outros cidadãos), obrigando os proprietários a recorrer a estrangeiros. De acordo com Finley, para a existência de uma sociedade escravagista, todas as condições devem existir simultaneamente, como em Atenas no século VI a.C. e em Roma entre os séculos I a.C e I d.C. Assim, a construção de um modelo permitiu ao autor explicar por que, nas sociedades grega e romana, em certos momentos, a escravidão constituiu o modo de produção principal.

Modelos explicativos são necessários. Modelos explicativos são mesmo imprescindíveis, mas é preciso refletir sobre eles. Como estudamos uma sociedade do passado? Como olhamos e descortinamos essa alteridade que é uma sociedade do passado, cujos conceitos, ideologias, modos de vida diferem dos nossos? Não basta, então, reunir os fatos, colocá-los em sequência, listar os personagens, dados e contextos para fazer a História. Precisamos fazer mais do que isso, muito mais. Que métodos e conceitos foram e são utilizados para compreender a Antigüidade? Como interpretar as culturas antigas?

Já foi dito que "a verdade é um castelo construído para satisfazer nossas vontades" (VEYNE, 1989, p. 16), então, o melhor caminho é ter consciência desses perigos e unir o trabalho de historiadores, filólogos, arqueólogos, especialistas em literatura, filósofos, antropólogos, sociólogos, estudiosos de arte etc. Todos devem trabalhar em conjunto para a obtenção de elementos que nos permitam ter uma noção mais abrangente do mundo antigo, prestando atenção às questões de ordem teórica e metodológica, abrindo o leque da investigação, buscando a compreensão das teias de significação existentes nas culturas antigas. Decerto, essa é uma tarefa difícil, mas não é impossível. Nesse ponto, concordamos com Finley (1989, p. 72):

Obviamente, não se pode exigir de nenhum historiador que esclareça cada termo, conceito, pressuposto ou inter-relação que emprega, e muito menos que faça um estudo pessoal sistemático dos mesmos. Se ele o fizesse, nunca poderia realizar nada. As conclusões que extraio do que acabei de afirmar são simplesmente: 1) os historiadores nunca deixam de generalizar, nem no início nem durante todo o estudo que fazem, e quanto mais conscientes disso, mais cuidadosos serão com suas generalizações; 2) visto que a generalização é inerente ao trabalho do historiador, é absurdo e até contraditório que ele se torne

repentinamente “cauteloso” e se recuse a generalizar ao fim de um estudo, o que significa uma recusa em explicar de um modo adequado as mesmas instituições e acontecimentos a cujo estudo ele se dedicou (FINLEY, 1989, p. 72).

Temos que usar conceitos e modelos explicativos para falar sobre o mundo e sobre os nossos objetos de estudo. Falamos com palavras e usamos o vocabulário do nosso mundo. Não escapamos a eles. Sem eles, não compreenderíamos sequer a nós mesmos. A função do historiador é compreender e explicar, e toda compreensão e explicação envolve palavras, conceitos e modelos explicativos. Conceitos e modelos são mediadores necessários entre o sujeito que pensa e a realidade. Desse modo, devem ser definidos com clareza e precisão, uma vez que são eles que irão definir a forma e o conteúdo do nosso conhecimento. É imprescindível, para ser um bom historiador, que busquemos a “precisão conceitual”, ou seja, que conheçamos os limites, o significado, a extensão e as possibilidades de aplicação dos conceitos e modelos explicativos.



Atende ao Objetivo 1

1. Leia o texto e responda à pergunta.

O enfoque tradicional considerou que, no momento do surgimento das primeiras cidades-Estado na antiga Mesopotâmia, no terceiro milênio antes de Cristo, as primeiras instituições centrais – o templo e o palácio – controlavam totalmente todos os aspectos da vida social, política e econômica. Dois pesquisadores de inícios do século XX, Anna Schneider e o padre Anton Deimel, criaram uma tese, denominada “Estado-templo”, segundo a qual toda a terra e os habitantes da cidade pertenciam ao deus patrono. Portanto, segundo esse modelo explicativo, o templo teria sido todo-poderoso e onipresente nas sociedades mesopotâmicas do período.

As fontes da pesquisa foram os vestígios arqueológicos e os documentos das próprias instituições centrais, o templo e o palácio, tábuas de argila escritas com caracteres chamados *cuneiformes* (em forma de cunha). Porém, na década de 1960, outros pesquisadores, como Gelb y Diakonoff, refutaram a tese demonstrando que o templo só possuía entre 1/6 e 1/3 das terras. A relativização do papel do templo foi deduzida a partir da reavaliação das mesmas fontes e com a inclusão de fontes textuais que mencionavam vendas de terras por parte do templo, o que permitiu inferir a existência de outros grupos possuidores de terra, que inclusive concorriam com o templo. Isso conduziu à formulação de modelos mais flexíveis para explicar o desenvolvimento das cidades-Estado, inclusive destacando mais o elemento de diversidade e conflito.

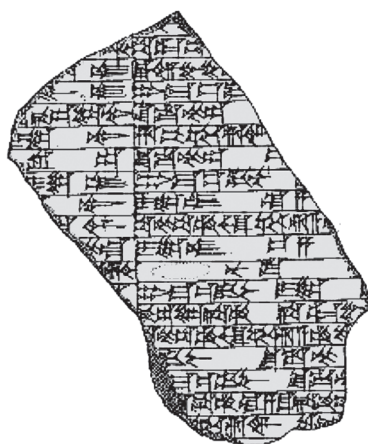


Figura 3.3: Exemplo de tábuas de argila com escrita cuneiforme da Babilônia.

a. Por que o modelo criado a partir da tese do “Estado-templo” foi considerado inexato? Se os pesquisadores citados só tivessem as fontes escolhidas para fundamentar a sua pesquisa, essas fontes teriam sido adequadas e suficientes para explicar o modelo?

Resposta Comentada

O modelo construído a partir da tese do “Estado-templo” foi considerado inexato a partir da década de 1960 por vários motivos. Em primeiro lugar, os documentos utilizados para criar o modelo foram, basicamente, os registros oficiais do templo. Portanto, é lógico que eles só refletissem as preocupações administrativas e os interesses econômicos dessa instituição central. O problema é que esses documentos foram considerados como representativos de uma organização global da sociedade. Assim, podemos considerar que a seleção de fontes provocou um desvio na pesquisa, evitando que se considerassem outros setores da sociedade. Como dissemos anteriormente, os modelos são instrumentos de pesquisa que devem ser reavaliados e modificados ao longo do tempo.

O Mediterrâneo e o Oriente Próximo

Afinal o que é o Mediterrâneo? Mil coisas ao mesmo tempo. Não uma paisagem, mas inumeráveis paisagens. Não um mar, mas uma sucessão de mares. Não uma civilização, mas civilizações empilhadas umas sobre as outras. O Mediterrâneo é uma encruzilhada muito antiga. Desde há milênios, tudo confluía para ele, misturando-se, enriquecendo a sua história [...] (BRAUDEL, 1987, p. 23).

Durante muito tempo, a História privilegiou o tempo, em certo sentido dando as costas ao espaço. Os historiadores costumavam considerar o espaço simplesmente como uma paisagem onde se sucediam os fatos, um simples cenário onde agiam os homens, entrando e saindo de cena como se fosse uma peça de teatro.

A escrita da História, contudo, mudou desde meados do século XX. Vários historiadores perceberam esse esquecimento e começaram a incluir a dimensão espacial e a natureza nos seus trabalhos. Entre essas novas abordagens historiográficas, sem dúvida os historiadores marxistas e os historiadores ligados ao grupo dos **Annales**, coincidentes em vários aspectos, ocuparam um lugar fundamental, mudando os rumos da pesquisa histórica.

Um dos historiadores que mais se destacaram nesse caminho foi Fernand Braudel, um dos fundadores do chamado grupo dos Annales. A nova forma de compreender os processos históricos incluiu nas pesquisas não só o espaço, mas também diversos outros elementos, mudando o foco e permitindo que os historiadores comessem a considerar vários aspectos até então esquecidos ou pouco estudados.

Segundo essa nova visão historiográfica, as culturas e civilizações passaram a ser consideradas como espaços que se localizam em um mapa, áreas culturais, sociedades, economias e mentalidades coletivas.

Criada na primeira metade do século XX por Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel, entre outros, a escola dos **Annales** foi uma corrente historiográfica que mudou significativamente o olhar dos historiadores. Segundo Fontes Ciro Flamarion Cardoso (apud: Cardoso; Vainfas, 1997, p. 7 e, 8), podemos definir como alguns dos seus pontos ou tendências básicas:

1. a crença no caráter científico da História;
2. a procura de trabalhar de forma interdisciplinar;
3. o objetivo de formular uma síntese histórica global do social, vinculando economia, técnicas, poder e mentalidades;
4. o abandono da História centrada em fatos isolados, preferindo fatos coletivos e sociais;
5. menor ênfase nas fontes escritas;
6. a percepção da existência de diversos níveis de temporalidade (curta duração, tempo médio e longa duração);
7. a preocupação com o espaço;
8. a História vista ao mesmo tempo como História do passado e do presente.

E foi justamente Braudel quem escreveu uma obra monumental em torno do que será o centro geográfico do nosso curso, o mar Mediterrâneo.

Vamos pensar um pouco no que é um mapa. Aprendemos quando crianças, na escola básica, que um mapa é a imagem real de uma cidade ou região, de um determinado país ou mesmo do mundo, não é mesmo? Pois bem, uma das coisas que o estudo da História nos ensina é que devemos pôr em causa tudo aquilo que temos como certo e perguntar pelo que são as coisas. Um mapa não é exatamente uma reprodução fiel de um lugar, pelo contrário. Existem mapas de diversos tipos e todos, sem exceção, devem ser vistos como *imagens*, ou seja, representações de uma dada realidade.

A percepção do espaço muda, dependendo da sociedade. A percepção e a experiência do espaço são dependentes de uma série de fatores, dos quais provavelmente o principal é a concepção que uma dada sociedade tem de si mesma e de seu lugar no mundo. Quando observamos mapas antigos, ou mapas desenhados por outras sociedades, percebemos bem o quanto estes diferem dos nossos. Às vezes, temos até dificuldade de reconhecer algum lugar, pois está representado de um modo distinto daquele com que o representamos. Vamos dar um exemplo.

O mapa a seguir é um dos primeiros mapas-múndi encontrados pela arqueologia. Foi achado na Babilônia e mostra esta cidade como centro de um mundo circular, circundado por um grande rio. Olhando para ele, certamente você não reconhecerá o mundo com o qual os mapas ocidentais modernos nos habituaram a imaginar, não é mesmo?



Figura 3.4: Mapa-múndi da Babilônia (século VI a.C.).

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/image:babylonianmaps.jpg>

Vejamos um outro mapa, de séculos mais tarde:

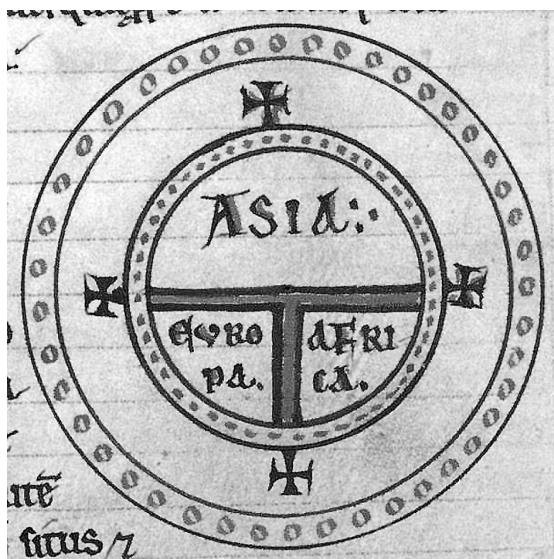


Figura 3.5: Cópia feita no século XII d.C. do mapa "T-O", com base em Isidoro de Sevilha.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/image:diagrammatic_to_world_map_-_12th_c.jpg

Você viu um dos mapas-múndi que tiveram mais longevidade e sucesso na representação do mundo. O Ocidente, por mais de oito séculos, imaginou o mundo com base nesse esquema "T-O", com a Ásia representada em cima, o mar Mediterrâneo como o "T", que divide a Ásia da Europa (à esquerda) e da África (à direita). Você pode notar que, também nesse caso, a representação do mundo é muito diferente da nossa, e tem como eixo o mar Mediterrâneo, com a Terra redonda circundada por um grande rio, o rio do fim do mundo, o *Okeanós* ("invólucro", em português).

Como você pode notar, a imaginação geográfica foi permanentemente alterada, e a visão do espaço geográfico foi transformada pelas sociedades, em sua experiência no mundo.

Os mapas são os instrumentos do discurso geográfico. Descrevem e medem o mundo, especulam sobre a sua natureza, hierarquizam e "reinventam" o mundo, localizando e situando objetos, refletindo os sistemas de idéias, valores e crenças de uma dada época. Mapas são, então, modelos gráficos do espaço, nos quais vemos a lógica territorial dos povos que os elaboraram. A elaboração dos mapas segue um raciocínio lógico-modelar que articula a percepção do mundo para as sociedades.

Se você observar um mapa político atual da região do Mediterrâneo, verá que o território está fragmentado em uma grande quantidade de países. Ao longo da História, é possível observar nesse espaço elementos de união e desunião, forças de sentido contrário que, dependendo do momento histórico, fizeram com que essa fragmentação política sofresse mudanças consideráveis.



Figura 3.6: Mapa mediterrâneo atual.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/imagem:mediterranean_relief.jpg

Apesar de a ação dos seres humanos orientar o processo de representação do espaço, o Mediterrâneo foi um importante protagonista dos acontecimentos. Foi meio de vida, de transporte e de comunicações para todos os grupos humanos que viveram no seu entorno. A sua influência no clima, na flora e na fauna permitiu a existência de alguns denominadores comuns nas comunidades que viveram em torno dele.



Figura 3.7: O Mediterrâneo.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/imagem:mediterranean_sea_16.61811e_38.99124n.jpg

O mar Mediterrâneo teve vários nomes ao longo da História. Os romanos, por exemplo, o chamavam Mare Nostrum (nosso mar) ou Mare Internum (mar interno); os gregos o denominavam Mesogeios Thalassa (mar interior), e seu nome atual provém do latim e significa justamente isto: "situado entre terras".

O Mediterrâneo está quase totalmente cercado por terras: Europa, ao norte; Ásia, ao leste, e África, ao sul. A sua única saída para o Atlântico é uma estreita passagem no extremo oeste, o estreito de Gibraltar (na Antigüidade, Colunas de Hércules), tão estreito que tem só 14,4km em seu ponto de menor largura.

A leste, encontra-se comunicado com o mar Vermelho através do canal de Suez, inaugurado em 1869. No seu extremo oriental, o Mediterrâneo está conectado com outros dois mares interiores, o mar de Mármara (considerado geralmente como parte do Mediterrâneo) e o mar Negro. Entre as grandes ilhas do Mediterrâneo, podemos mencionar Creta, Chipre, Lesbos, Corfu e Rodes, ao leste; Sardenha, Córsega, Sicília e Malta, na parte central, e as Ilhas Baleares, Maiorca, Menorca e Ibiza, na parte oeste. O Mediterrâneo se divide numa série de pequenos mares, cada um deles com a sua designação específica, como o Tirreno, o Adriático, o Jônico e o Egeu, entre outros.

No referente ao clima, o Mediterrâneo se caracteriza por possuir um clima temperado, com médias térmicas superiores aos 20°C, verões quentes e secos e invernos úmidos e instáveis. Esse clima é propício para alguns cultivos (cereais, videira, oliveira) que serão fundamentais e comuns para vários grupos humanos que estudaremos ao longo do curso.

Como dissemos anteriormente, nosso programa de estudos em História Antiga é resultado de uma série de escolhas entre várias opções possíveis. As quatro grandes civilizações que estudaremos – Mesopotâmia, Egito, Grécia e Roma – se desenvolveram na região do Mediterrâneo e do Oriente Próximo; porém, elas não surgem e desaparecem de cena uma atrás da outra, em uma sucessão seqüencial e desconexa. Somos nós, os historiadores, que as colocamos em cena em determinados momentos que nos resultam interessantes por algum

motivo. Assim, o nosso trabalho de seleção faz com que dediquemos a atenção a alguma delas durante um período determinado da sua evolução constante e que depois mudemos o nosso foco para outro grupo humano. É importante assinalar que o que muda é o nosso foco, quem estabelece a sucessão de abordagens e a relevância do estudo de determinados momentos somos nós, seres humanos do século XXI. Os grupos humanos não deixam de existir simplesmente porque tiramos a nossa atenção deles. Trata-se, mais uma vez, do resultado de um processo de seleção deliberada, um recorte temporal e espacial de acordo com o nosso interesse. E também somos nós os que privilegiamos alguns aspectos ao estudá-las, nos centramos em problemas específicos, abordamos temas particulares, isto é, utilizamos uma estratégia de abordagem que faz com que nos centremos em alguns assuntos pontuais. Mas o nosso objetivo último é a compreensão do global, é a compreensão daquilo que confere unidade e personalidade aos grupos humanos.

Dedicaremos a cada um dos “nossos clássicos” seis aulas. Em cada uma delas, destacaremos principalmente um aspecto de cada civilização como elemento principal, porém sem nunca deixar de estabelecer relações com o resto dos aspectos de cada grupo humano, já que a decisão de focar uma determinada abordagem nunca pode fugir à concepção de que as civilizações são unidades complexas, e que as diversas esferas, seja a economia, a cultura, a política, a religião ou a arte, para mencionar somente algumas, encontram-se inter-relacionadas de forma indivisível.

A primeira aula de cada civilização será dedicada a apresentar as fontes de que dispomos para o seu estudo e a descrição da geografia onde se desenvolveu. Isso implica aceitar que existe uma relação entre o espaço físico e os grupos humanos, que as condições ecológicas influenciam as civilizações colocando desafios que as sociedades superam de diversas maneiras, desafios que têm a ver com a sua própria subsistência e visão de mundo.

O **determinismo**

geográfico foi uma teoria surgida como resultado de uma simplificação abusiva do pensamento de Karl Ratzel, geógrafo alemão da segunda metade do século XIX. Esta corrente sustentava a idéia de que o desenvolvimento das nações e a cultura dos grupos humanos eram determinados por fatores geográficos, principalmente o clima e as características do solo. O determinismo conduziu a interpretações preconceituosas, às vezes francamente racistas, como a afirmação de que a vegetação e o clima tropicais faziam com que as pessoas das culturas africanas fossem agressivas e desconfiadas.

Isso não quer dizer, contudo, que cairemos em critérios **deterministas**, isto é, na consideração de que as características dos diferentes povos se devem exclusivamente à influência do meio natural, e sim no reconhecimento de que a natureza coloca desafios aos homens, e cada grupo humano vai enfrentando-os de modo diferente, interagindo com a natureza e modificando-a.

A segunda aula de cada um dos nossos “clássicos” será dedicada às estruturas econômicas, isto é, à forma pela qual cada um dos grupos abordados desenvolveu as suas forças produtivas, isto é, como organizaram a produção e a circulação dos bens; como interagiram com seu entorno natural para obter alimentos e com outros povos para intercambiar aqueles bens que não eram capazes de produzir; que obras de infra-estrutura tiveram de construir para aumentar a sua produtividade.

A terceira aula abordará as estruturas políticas. Veremos nela a forma com que as civilizações organizaram o governo e as instituições que criaram para administrar o seu território e a sua população, com especial destaque para o modo de funcionamento da política.

A quarta aula abordará as estruturas sociais, priorizando a experiência humana, os comportamentos e identidades coletivas. Nela, trataremos das formas pelas quais se organizam as famílias, os diversos grupos que constituem as sociedades, as hierarquias que se estabelecem, as formas de hierarquização e os conflitos sociais.

A quinta aula será dedicada aos traços culturais, às formas de ver e representar o mundo, à religião, à literatura e à arte.

A sexta e última aula de cada civilização será dedicada a analisar a forma como cada uma delas se inter-relacionou com outros grupos humanos, como influíram e foram influenciados, as relações comerciais e políticas que estabeleceram.

CONCLUSÃO

Nesta aula, você deu mais um passo em nossa viagem: conheceu o uso de modelos explicativos e sua importância para o estudo da História Antiga e a construção do conhecimento nesta área. Você viu, também, um elemento fundamental para a abordagem do mundo antigo: o espaço geográfico, que também é uma questão de interpretação do mundo. Os mapas, como você pôde perceber, são imagens do espaço geográfico, que não é um espaço puramente físico, mas também um espaço social e político, ou seja, é um espaço simbólico, no qual as representações do mundo são fundamentais para a sua compreensão. Dessa forma, estudar as sociedades e civilizações do Mediterrâneo e do Oriente Próximo antigos é estudar grupos humanos no tempo e no espaço, a partir da documentação, dos vestígios que chegaram até nós, com base no uso de modelos explicativos, que nos permitem uma imagem coerente das sociedades do passado.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 2

Observe o mapa a seguir. É *orbi terrarum*, o primeiro mapa-múndi feito pelos romanos, cuja elaboração se estendeu por cerca de vinte anos, sendo finalizado no ano 2 ou 10 d.C. Esse mapa, feito por Marco Agripa, geógrafo e político romano, em mármore e pedras preciosas, foi instalado no Pórtico Vipsânica, atualmente Via del Corso, em Roma, e reproduções pintadas dele foram divulgadas em diversas cidades e territórios conquistados por Roma.

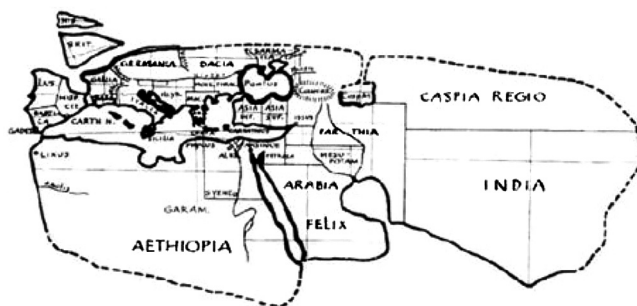


Figura 3.8: Mapa de Agripa (reconstrução a partir de fontes literárias).

Fonte: http://www.heladeweb.net/N1%202001/norma_musco_mendes_2001.htm

Leia o trecho a seguir e responda às questões:

A concepção de domínio universal também é expressamente veiculada por este mapa elaborado possivelmente entre o ano 2 e 10 d. C. atribuído a Agripa. Os dois espaços fundamentais que estruturavam o universo mental dos romanos são a *urbi et orbi terrarum*. A *urbi* é o centro do mundo, a cidade da vida social, do prazer, dos templos, da riqueza, da cultura e do poder. O *orbi terrarum* é representado gradualmente no momento da conquista por ocasião das cerimônias de triunfo. Ao longo do desfile eram apresentados os mapas com a lista das cidades, os nomes das montanhas e rios conquistados, projetando-se, conforme o conhecimento cartográfico da época, a forma e a distância das regiões submetidas. Após a cerimônia, estes mapas eram pintados nos muros dos templos de acordo com o ritmo das conquistas. Evidentemente, por razões políticas e administrativas, estes mapas tinham como objetivo visualizar a posse do mundo (MENDES, 2001, p. 44).

- Analise atentamente o mapa (**Figura 3.8**) e o texto da historiadora Norma Musco Mendes. O que você pode concluir sobre a representação do mundo feita pelos romanos?
- O que você pode concluir sobre as diversas representações cartográficas que povos distintos fazem para explicar o mundo e nele se situarem?

Resposta Comentada

O mapa de Agripa, o *orbi terrarum*, apresenta a lógica espacial romana. Apresenta a cidade (*urbi*) e o mundo (*orbi*) de modo hierarquizado – o centro do mundo e os povos que se localizavam fora do território imperial, apresentando – não somente por sua imagem física, mas pelo tipo de “ritual” com que era apresentado aos olhos de todos – a idéia da superioridade romana em todo o mundo. Este mapa expressa, então, a ideologia imperial romana. O mapa de Agripa é um exemplo do fato de que os mapas são os instrumentos do discurso geográfico, pois apresentam e representam o mundo para os olhos dos grupos humanos. Assim, os mapas “recriam” o mundo, hierarquizando o espaço e informando a todos o que o mundo “é” ou “deveria ser”, articulando a percepção do mundo para uso das sociedades. Os mapas são, portanto, fontes para o estudo da História, por serem modelos gráficos pelos quais as sociedades humanas explicam o mundo para si mesmas e para as demais sociedades.

RESUMO

Modelos explicativos são fundamentais no trabalho do historiador. Para além das suas fontes documentais, sempre fragmentárias e esparsas, os historiadores dependem de modelos explicativos, que conectam e conjugam teorias e conceitos que lhes permitem dar unidade e coerência ao seu objeto de estudo. Há diversos modelos teóricos à disposição do historiador, que aborda as sociedades a partir de problemas que formula a respeito delas. Sem os modelos, não é possível a construção do conhecimento

histórico. A compressão do espaço e sua representação imagética, os mapas, são partes integrantes do ofício do historiador, pois as sociedades humanas interpretam e explicam, para si mesmas e para as outras sociedades, o seu lugar e a sua visão de mundo. O Mediterrâneo e o Oriente Próximo já foram objeto de inúmeras representações geográficas, cada qual expressando e informando uma visão de mundo particular. Desse modo, o espaço humano não é um espaço puramente físico, mas um espaço construído pelas experiências dos diversos povos e expresso em um discurso imagético, os mapas.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, conheceremos o nosso primeiro “clássicos”: a Mesopotâmia. Vamos conhecer o seu espaço e os povos que o habitaram. Conheceremos, também, os principais tipos documentais com os quais estudamos a Mesopotâmia.

Aula 4

Antiga
Mesopotâmia:
o espaço dos
primeiros
assentamentos
urbanos

Metas da aula

Apresentar a história do Oriente Próximo e a Mesopotâmia;
apresentar as fontes que permitem estudar as civilizações que
ocuparam a região entre 3000 a.C. e 500 a.C.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. identificar o significado da palavra civilização;
2. reconhecer a área geográfica denominada Mesopotâmia para compreender as vantagens e os desafios colocados pela geografia e o clima aos primeiros grupos humanos que se instalaram nesses assentamentos urbanos;
3. identificar as fontes utilizadas para a reconstrução da história da Mesopotâmia e as dificuldades e potencialidades que oferecem.

Pré-requisitos

Para que você encontre maior facilidade na compreensão desta aula, é importante ter em mãos um bom dicionário da Língua Portuguesa e um atlas.

A primeira "civilização"?

O historiador brasileiro Jaime Pinsky iniciou um pequeno livro, intitulado *As primeiras civilizações*, com um relato interessante:

Como toda criança, o autor deste livrinho brigava com seus irmãos toda vez que havia uma oportunidade. Como nem sempre o pai considerasse propícia a ocasião para nossa atividade belicista, chamava-os – achando que nos ofendia muito – de não-civilizados. Para ele, a conotação era clara: civilizados eram os adultos que não se cutucavam durante as refeições, não pisavam no sapato novo do outro, não puxavam o rabo-de-cavalo da irmã (PINSKY, J. 1987, p. 4).

Podemos considerar um tanto inusitado o uso do termo “civilizado” na fala do pai do historiador citado, mas esse é um sentido muito comum do vocábulo na fala cotidiana. No *Dicionário Michaelis*, define-se “civilização” como:

1. estado de adiantamento e cultura social;
2. ato de civilizar;
3. o conjunto de todas as características da vida de um país, quanto ao aspecto social, econômico, político e cultural;
4. cortesia e boa educação.

Lembramos, aqui, que os dicionários apresentam as definições possíveis e usuais dos verbetes, incluindo as definições mais preconceituosas, pois o objetivo de um léxico comum é simplesmente apresentar as acepções possíveis das palavras, e não discutir tais sentidos.

Os seres humanos têm geralmente a tendência de dar às palavras conotações valorativas, pouco parando para pensar em seu significado. Nós temos tendência a considerar nossos valores, comportamento, religião e práticas como sendo os “corretos” e, infelizmente, os usamos como ponto de referência de tudo. Desse modo, acreditamos que somos o “umbigo do mundo”, a “civilização” por excelência. Ocorre que há

outros modos possíveis de viver, de pensar e de agir. Por exemplo: escrevemos sobre os deuses dos outros usando artigo definido e letra minúscula, não é mesmo? Falamos “o deus dos sumérios”, “a deusa dos romanos” e, desse modo, os desqualificamos, ao restringirmos sua ação como um dos deuses de um povo específico em um momento histórico determinado. O nosso, porém, é referido como “Deus”, sem artigo e com letra maiúscula, aliás, sem qualquer qualificação, pois pretendemos que o nosso deus seja absoluto. Da mesma forma, consideramos exóticos os hábitos alheios, sem nos darmos conta de que muitos dos nossos hábitos são ou seriam considerados ridículos por outros povos.

Durante muito tempo, e por inspiração dos filósofos europeus do século XVIII, a palavra “civilização” significou um conjunto de instituições e modos de agir capazes de instaurar a ordem, a paz e a felicidade – conforme acreditavam serem essas coisas –, favorecendo o “progresso” intelectual e moral da humanidade. Haveria, como se acreditava então, uma separação nítida entre não-civilizados e civilizados, sendo que os primeiros eram assim considerados por terem um comportamento distinto do comportamento dos europeus, sendo considerados inferiores, como seres que criaram sociedades que deveriam ser suplantadas pela “civilização”.

O termo “civilização”, que surgiu no século XVI da nossa era com um significado muito diferente do atual – pois era um substantivo do vocabulário jurídico que significava o “ato de tornar civil uma causa criminal” –, no século XVIII, no período revolucionário francês, foi ressemantizado, recebendo novas acepções. “Civilização” passou a designar, como demonstrou Jean Starobinski (2001, p. 11-36), um *processo*: o desenvolvimento da atividade social e o da atividade individual. O termo passou a designar, então, um processo no qual o ser humano se *aperfeiçoaria* e aperfeiçoaria o mundo social, visando à sua “perfeição”. Civilização e progresso foram, na modernidade européia, termos destinados a manter as mais estreitas relações e passaram a ser usados de uma maneira global, vaga, geralmente tendenciosa e, mesmo, preconceituosa, posto que significavam, então, um processo de “aperfeiçoamento

individual e coletivo”, e sua contrapartida era uma situação ou estado “imperfeito”. Civilização passou a designar o que devia ser querido, desejado e buscado, em contraposição a “barbárie”, o seu antônimo a partir de então.

Segundo Benveniste:

Da barbárie original à condição presente do homem em sociedade, descobria-se uma gradação universal, um lento processo de educação e de depuração, em suma, um progresso constante na ordem do que a civilidade, termo estático, já não bastava para exprimir e que era preciso chamar de civilização para definir-lhe simultaneamente o sentido e a continuidade (E. BENVENISTE, citado por STAROBINSKI, 2001, p. 15).

E os europeus modernos acreditaram em um “ciclo natural” que ia da barbárie à civilização, mas reconheciam como civilizada apenas a sua própria sociedade. Note que o termo “barbárie” não significava um estado de selvageria, mas um estágio das sociedades ditas “primitivas”, ou seja, aquelas que “ainda” não tinham passado pelo processo da civilização.

Civilização é um termo que faz parte, na nossa língua, de uma família de conceitos que só existem em relação a um oposto. Civilização, para o senso comum, se contrapõe à barbárie assim como a urbanidade se contrapõe à rusticidade, a polidez se contrapõe à grosseria etc., sendo o primeiro termo de cada par sempre considerado um valor a se atingir e o outro, algo desprezível, que deve ser abandonado, transformado ou destruído.

A palavra “civilização” subsiste em diversas acepções paralelas, ou mesmo contraditórias (como quando falamos na “barbárie da civilização”), sendo todas estas concepções mais ou menos familiares para todos nós. Hoje em dia, as ciências sociais a utilizam com muito cuidado, mas ainda está longe de estar fora de uso na linguagem do senso comum e nos manuais escolares. Os historiadores ainda a utilizam, com todo cuidado, geralmente no plural, falando de “as

civilizações”, cada qual com sua legitimidade própria. Os manuais escolares e os meios de comunicação de massa, contudo, ainda fazem inventários quase cartográficos de civilizações, determinando-lhes as datas de nascimento, a área de atuação e as datas de aniquilamento, como se fossem seres biológicos.

É importante, então, despir a palavra “civilização” das conotações valorativas e não compreender o termo como sendo um elogio. Dada a presença constante do termo nos manuais escolares e nos meios de comunicação, retomamos esse substantivo no nosso curso, buscando defini-lo de modo mais rigoroso.

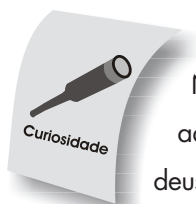
Temos, pois, de caracterizar a civilização com parâmetros claros e objetivos, a fim de permitirmos a compreensão do processo histórico. Não podemos atribuir a nenhuma das civilizações nem superioridade, nem inferioridade, nem podemos acreditar que a “nossa civilização” é a melhor delas, seja lá em que sentido for.

Uma civilização, via de regra, implica uma organização política formal com regras estabelecidas para governantes e governados, sejam elas quais forem; implica uma organização do trabalho e uma administração, mínimas que sejam. Uma civilização implica também algum tipo de corpo de sustentação do poder (guerreiros, militares, funcionários, magistrados etc.); implica, do mesmo modo, uma produção artística e intelectual que garanta a sua vida espiritual e a transmissão formal de sua cultura. Por fim e mais importante, uma civilização, como o próprio nome diz, implica cidades. O termo será usado, por nós, em referência à *cidade* e ao fenômeno da *urbanização*.



Nosso uso do termo "civilização" é restrito, então, ao significado primeiro do substantivo, oriundo do vocábulo latino *civitas*, que designava "cidade" simultaneamente como um centro sagrado e um centro jurídico, e relacionado à urbanização, do latim *urbi*, o corpo material dessa realidade (essencialmente) abstrata que é a cidade.

Daí, então, é justificado afirmar que a Mesopotâmia viu surgirem as primeiras civilizações. Há seis mil anos, não havia referências ou parâmetros para a criação de cidades, e a origem das primeiras delas decorre de uma série de circunstâncias tão complexas que não há unanimidade entre os pesquisadores a respeito desse tema. Assim, abordaremos o tema apresentando, em primeiro lugar, a história da escrita da história da Mesopotâmia, para depois abordarmos aquilo que o estado atual das pesquisas nos permite entrever, bem como as dúvidas e dissensões entre os especialistas.



No épico babilônico da criação (o *Enuma Elish*), tudo se inicia no caos aquático. O deus Apsu, a água doce que origina rios e riachos, e a deusa Tiamat, o mar ou as águas salgadas, combinaram seus poderes para criar o universo e os deuses. Essas águas primordiais correspondiam ao abismo universal, indistinto e caótico. Apsu, porém, não gostou do resultado e decidiu exterminar seus filhos. As crianças-deuses descobriram seu plano de destruí-los e uma delas, Ea (o Enki sumério), o deus da sabedoria e das águas, matou Apsu. Tiamat não apoiava os planos de Apsu para destruir seus filhos, mas reprovou a ação de Ea e seus irmãos e irmãs e, diante da morte de Apsu, passou a lutar contra seus filhos, gerando monstros e fazendo o universo retornar ao caos das águas iniciais.

Os filhos-deuses temiam enfrentar Tiamat, mas Marduk, filho de Ea, decide enfrentá-la. Os demais lhe prometeram então que, em caso de vitória, ele seria coroado rei dos deuses. Marduk matou Tiamat e dividiu seu corpo em duas partes. Com metade do corpo da deusa fez o céu e com a outra metade, a terra. Os seres humanos foram criados com seu sangue. Em seguida, Marduk criou uma habitação para os deuses no céu, fixou as estrelas no firmamento e regulou a duração do ano.

O caos mesopotâmico, onde água e terra não tinham separação definida, de onde tudo se originou, inspirou o Gênesis, muito conhecido entre nós. Sabemos que muito do que lemos nos primeiros livros bíblicos são adaptações ou tem inspiração em relatos dos povos semitas da Mesopotâmia (lembramos que os hebreus constituíam um povo semita de origem mesopotâmica). Os nomes desses deuses são pouco familiares para nós, e a topografia de seu mundo é, à primeira vista, tão peculiar que uma explicação mais pormenorizada se faz necessária. Decerto, não falaremos de deuses criando mundos, mas de seres humanos separando terra e água, abrindo canais para irrigar os campos e secar os pântanos; construindo plataformas para proteger pessoas e gado das enchentes, dominando a água por meio de diques e definindo a terra entre os juncos. Falaremos dos seres humanos criando, do caos, a terra para viver.



Atende ao Objetivo 1

1. No trecho a seguir, Jean Starobinski apresenta uma excelente análise do uso e do abuso da palavra "civilização" na modernidade. Leia-o com atenção e responda ao que se pede:

...a palavra "civilização" não designará apenas um complexo de refinamento dos costumes, de organização social, de equipamento técnico, de aumento dos conhecimentos, mas se carregará de uma aura sagrada (...) que demoniza tudo aquilo que não lhe corresponde.(...) os povos considerados "anticivilizados", os "bárbaros", devem, então, em nome da "civilização", ser contidos ou eliminados, se não podem ser "educados" ou "convertidos" a ela (STAROBINSKI, 2001, p. 32).

- a. Busque exemplos do uso dos pares antinômicos "civilizado" x "bárbaro"/"selvagem"/"primitivo", "civilização" x "barbárie"/"selvageria"/"primitivismo" na fala do senso comum e na mídia.
- b. Reflita, à luz do trecho de Starobinski, sobre os vocábulos "civilização", "barbárie", "selvageria" e seus termos correlatos ("civilizado", "bárbaro", "selvagem", "primitivo") e comente, a partir das suas reflexões e do que você aprendeu nesta aula, os usos e os abusos do termo "civilização".

Resposta Comentada

Você deve buscar em jornais, revistas, noticiários etc. e recolher da fala quotidiana exemplos do uso dessas palavras e repensar esses usos. A palavra civilização, que foi equiparada aos padrões ocidentais modernos de vida e de organização social, política, econômica, religiosa etc., tornou-se um “valor” incontestável, e o critério de julgamento de todas as demais formas possíveis de os seres humanos viverem e se organizarem. Tudo o que não é igual aos padrões ocidentais modernos fará figura de “primitivo” ou “atrasado”, ou “monstruoso”, ou de “mal absoluto”. Com isso, a possibilidade de se perceber a alteridade, o “outro”, o “diferente”, torna-se inexistente. O termo “civilização”, assim, deve ser reconduzido à sua relação com a cidade (civitas), e não com padrões de juízos de valor.

O interesse pela história do Oriente Próximo

Muitos historiadores e pesquisadores afirmam que a história do Ocidente começa no Oriente Próximo, no vale do rio Nilo (no Egito moderno) e na Mesopotâmia. Você deve ter ouvido dizer que a Mesopotâmia é o *berço* da civilização ocidental; talvez tenha lido alguma coisa sobre seus reis e seus códigos de leis; ou sobre a invenção da escrita, o surgimento das primeiras cidades ou as pesquisas relacionadas a referências bíblicas. A região que corresponde ao moderno Iraque viu surgirem, há alguns milênios, os primeiros esforços comprovados para a domesticação de animais e a agricultura; além disso, nessa região surgiram as primeiras cidades da História. E, ao que tudo indica, foi nas planícies banhadas pelos rios Eufrates e Tigre que foram escritas as primeiras obras literárias, quando, pela primeira vez, uma língua foi escrita. E tais experiências

matriciais deixaram suas marcas na paisagem, na forma de centenas de cidades, em vestígios arqueológicos de diversos tipos, cuja maior parte encontra-se ainda no subsolo do atual Iraque.

Apesar da importância que hoje se lhe reconhece em termos históricos, até finais do século XVIII o conhecimento dos europeus sobre a Mesopotâmia e a sua história era quase nulo. Foi precisamente nesse momento que a Europa, interessada na ocupação de territórios coloniais e no estabelecimento de rotas comerciais com o Oriente, começou a interessar-se pelo Oriente Próximo.

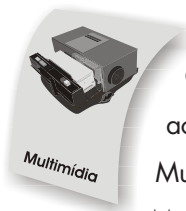
A maior presença européia na região fez com que surgisse um interesse por ruínas e outros vestígios arqueológicos, não por parte de arqueólogos profissionais (lembramos que a Arqueologia ainda não existia como ciência), mas por parte de diplomatas, oficiais militares, exploradores e aventureiros que percorreram a região por diversos motivos. Esses personagens pioneiros, entre os quais podemos mencionar Niebuhr, Karsten, Rich e Rawlinson, eram motivados por uma mistura de romantismo e sede de aventuras; de interesse científico e histórico, vinculado, sobretudo, aos acontecimentos e lugares mencionados na Bíblia. Na primeira metade do século XIX, a pesquisa arqueológica na Mesopotâmia continuava dependendo da iniciativa pessoal, e era financiada por recursos privados.

À medida que o interesse dos europeus pela região crescia por motivos *geopolíticos* e *econômicos* – principalmente com a expansão colonial da Grã-Bretanha, França e Alemanha –, foi aumentando também o interesse pela história da Mesopotâmia. Inclusive, uma das formas com que se expressou a concorrência entre essas potências coloniais foi uma carreira desenfreada para obter as melhores peças arqueológicas que assentaram as bases de coleções de importantes museus europeus, como o Louvre (Paris), o Museu Britânico (Londres) e o Museu Pergamon (Berlim), entre outros.



Figura 4.1: Museu do Louvre, Paris.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Museu_do_Louvre



Os museus atuais permitem, em suas páginas eletrônicas, visitas virtuais aos seus acervos. Uma boa pedida é acessar as páginas:

Museu do Louvre – www.louvre.fr

Museu Britânico – <http://www.britishmuseum.org/>

Museu Pergamon – <http://www.smb.spk-berlin.de/smb/standorte/index.php?lang=en&p=2&objID=27&n=1&r=4>

Museu J. P. Getty – <http://www.getty.edu/museum/>

Instituto Oriental da Universidade de Chicago – <http://oi.uchicago.edu/>



Hoje, a região continua sendo importante do ponto de vista geopolítico e econômico, principalmente por causa do petróleo. A sangrenta Guerra do Iraque, iniciada em 2003, e a ocupação do país por uma força militar multinacional são provas disso. Infelizmente, além de numerosas mortes de civis e militares, a guerra ameaçou diversos sítios arqueológicos e, em meio ao caos, uma turba invadiu o Museu do Iraque, em Bagdá, resultando no roubo ou destruição de aproximadamente 170 mil objetos arqueológicos únicos, datados de milhares de anos.

Monumentos inteiros foram removidos e enviados para cidades européias. Hoje em dia, murais assírios encontram-se em Londres; o touro alado de Khorsabad está no Louvre, ao lado da estela que contém o Código de Hammurabi; a Porta de Ishtar, deusa do amor, uma das oito entradas da Babilônia, está em Berlim. Na modernidade, quando o Iraque fazia parte do Império Otomano (1410-1918), autorizações para escavações eram dadas com a simples contrapartida de serem enviadas algumas peças para os museus de Istambul e de Ankara. O “desvio” das peças para a Europa só teve um certo limite em 1932, com a independência do Iraque, quando foi promulgada uma lei de proteção das antiguidades nacionais. A partir desse momento, os objetos e achados resultantes de escavações obrigatoriamente ficaram no Iraque (à exceção dos roubos frequentes).



Figura 4.2: Touro alado de Khorsabad.

Fonte: http://www.hiru.com/es/artea/monumentuak/monumentua_72



O debate sobre a devolução de obras de arte atualmente em grandes museus, como o Louvre, o Museu Britânico e o Museu Getty, de Nova York, aos países de origem tem crescido nos últimos anos. O argumento dos principais museus da Europa e dos Estados Unidos é de que deve prevalecer a idéia de universalidade, isto é, que se trata de peças que conformam o patrimônio da humanidade; os museus estariam permitindo que as peças fossem acessíveis ao grande público internacional, além de garantir a sua conservação. Por sua vez, diversos museus nacionais e governos, como os da Grécia, do Egito e da Itália, entre outros, vêm tentando recuperar valiosas obras de arte, algumas delas compradas e outras simplesmente retiradas ilegalmente dos países de origem ao longo do tempo.

A concorrência foi especialmente acirrada entre os ingleses e os franceses, e foi em grande parte motivada por uma tentativa de achar as raízes da própria civilização européia. Isto fez com que, gradualmente, museus e governos começassem a financiar as expedições arqueológicas para poder enriquecer os seus acervos e compreender melhor o desenvolvimento dessas culturas. No final do século XIX, as escavações e pesquisas arqueológicas foram estimuladas pela criação de sociedades e organizações dedicadas a essa finalidade, bem como pelo fato de a Arqueologia deixar de ser um passatempo para tornar-se uma ciência.

As informações arqueológicas aumentam a cada ano. As escavações e os achados fortuitos contribuem para esse crescimento, mas são, sobretudo, o desenvolvimento das técnicas e o desenvolvimento conceitual desta ciência que proporcionam novas interpretações de antigos dados, pois é uma falsa crença pensar que um novo resultado arqueológico consiste numa escavação ou num achado: uma escavação e um achado são somente o começo, o início de um processo pelo qual o arqueólogo é o principal responsável e os historiadores são beneficiários.

O desenvolvimento atual da Arqueologia atingiu enormes proporções.



Seus dados e materiais contêm e fornecem informações cuja diversidade é prodigiosa e cujos limites cronológicos estenderam-se e podem se estender muito mais. Em face destes materiais, a Arqueologia vem trazendo uma necessidade constante de reinterpretação da História.

Para conhecer um pouco mais a Arqueologia, recomendamos a leitura do livro *Introdução à Arqueologia*, de Carl-Axel Moberg, disponível em português na coleção Lugar da História, das Edições 70, Lisboa, Portugal.

O cenário

Embora descartemos análises de tipo determinista (ver a Aula 3 do Módulo 1), é inegável que a geografia e o clima são elementos de grande importância para compreender o desenvolvimento das civilizações da antiga Mesopotâmia entre o terceiro milênio a.C. e o século I a.C. Ignorar esses fatores seria desconhecer as bases materiais sobre as quais se construíram os primeiros assentamentos urbanos da História.

A região conhecida como Oriente Próximo encontra-se numa encruzilhada entre três continentes: Europa, ao oeste; África, ao sul e Ásia, ao leste. Dentro dessa região, a Mesopotâmia ocupa a metade oriental do chamado Crescente Fértil, uma área em forma de meia-lua cujo extremo ocidental é o mar Mediterrâneo (aproximadamente desde os atuais Egito, Israel e Líbano), continua para o leste atravessando o chamado corredor sírio e depois segue o percurso de dois rios paralelos, o Tigre e o Eufrates, até a sua desembocadura no Golfo Pérsico (atual Iraque). É justamente a terra compreendida entre estes dois rios que é conhecida como Mesopotâmia, nome de origem grega formado pelo prefixo *meso* (médio) e a palavra *potamos* (rio), significando, portanto, “terra entre rios”.

Considerar a Mesopotâmia como uma unidade geográfica talvez seja um tanto abusivo, dado que a região pode dividir-se em duas partes, no ponto onde os rios mais se aproximam. A noroeste, podemos identificar a Alta Mesopotâmia, região mais montanhosa, e, a sudeste, a Baixa Mesopotâmia, uma planície localizada ao norte do Golfo Pérsico e potencialmente fértil devido à presença do Tigre e do Eufrates, porém pouco propícia à agricultura de chuva. Apesar das suas diferenças, ambas as regiões possuem uma característica similar: a ausência de recursos minerais e de madeiras aptas para a construção (a madeira das palmeiras é inadequada para essa finalidade). Como veremos posteriormente, isso impulsionou os habitantes da Mesopotâmia a estabelecer relações comerciais com regiões vizinhas para obter esses produtos.

Centraremos o nosso foco na Baixa Mesopotâmia, já que justamente nessa região se assentaram os grupos humanos que estudaremos ao longo do módulo. O norte da Baixa Mesopotâmia encontra-se enquadrado pelos montes Zagros, e o oeste e o sul, por duas áreas desérticas extremamente áridas.

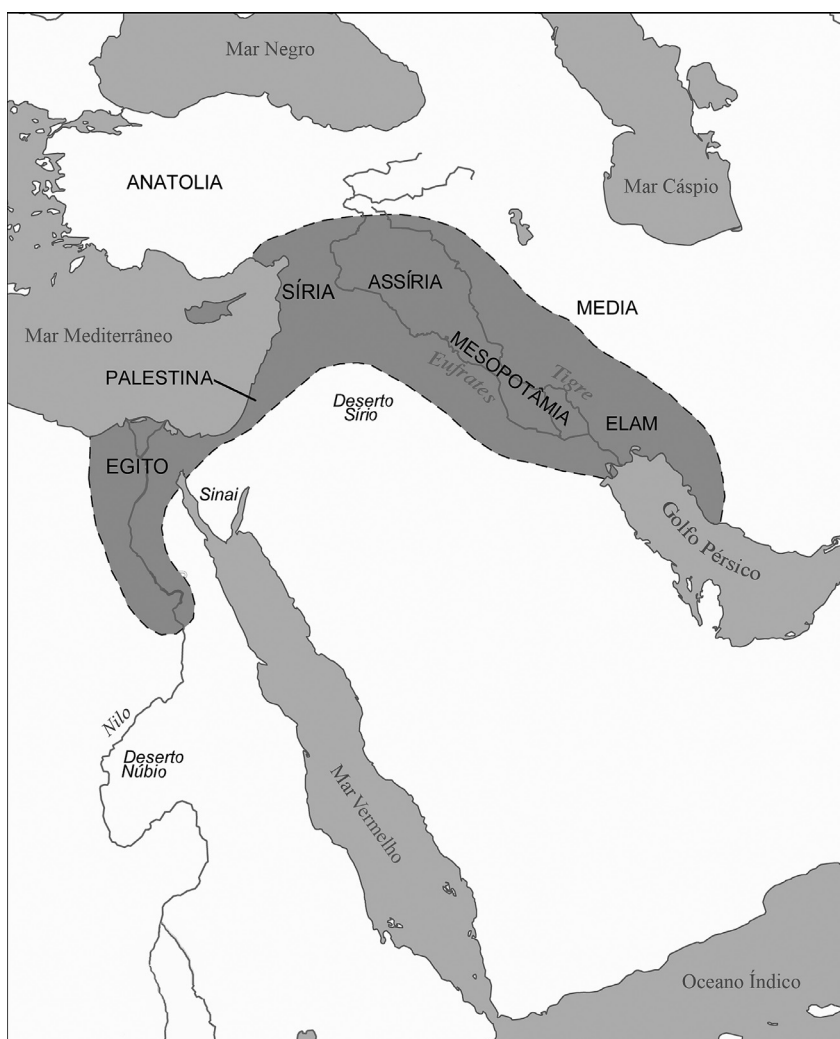


Figura 4.3: O Crescente Fértil.

Fonte: Wikipedia http://es.wikipedia.org/wiki/Creciente_f%C3%A9rtil

Os dois rios que delimitam a Mesopotâmia, o Tigre, ao norte, e o Eufrates, ao sul, têm uma importância fundamental no nosso cenário: sem eles, teria sido impossível o desenvolvimento da agricultura que deu a base material à formação das primeiras cidades. O Tigre nasce no planalto da Anatólia e desce em direção sudeste. Depois de receber dois afluentes, o Grande e o Pequeno Zab, penetra na planície mesopotâmica e se aproxima do Eufrates perto da atual cidade de Bagdá. O Eufrates nasce no planalto da Armênia e, depois de atravessar o atual território da Síria, onde recebe o seu principal afluente, o rio Khabur, desce em direção sudeste. Ambos os rios confluem a uns 60km da atual cidade de Bassora, formando o estuário de Shatt al-Arab, que desemboca no Golfo Pérsico.

Tanto o Tigre quanto o Eufrates têm uma cheia irregular. As águas sobem entre março e maio e baixam entre junho e setembro, e a enchente se caracteriza por ser muito violenta, já que se trata de rios que descem de regiões montanhosas e penetram numa área totalmente plana. A enchente do Tigre é mais violenta, e devido ao seu leito baixo em relação às margens, acaba sendo menos útil para irrigação. Por correr acima do nível da planície, o Eufrates oferece mais possibilidades de aproveitamento para as obras de irrigação.

Ao descerem das montanhas, ambos os rios arrastam uma grande quantidade de aluviões, isto é, limo e cal, depositando-os na planície, e alagam uma importante área próxima, alimentando lagos e pântanos. Esse é justamente um dos problemas que apresenta a região: o fato de ser totalmente plana faz com que seja difícil o escoamento da água. A água permanece retida e impregna o solo de sal e outros minerais arrastados pelos rios. Se, por um lado, as cheias permitem a agricultura de irrigação numa região onde a agricultura de chuva seria inviável, a planície não é totalmente fértil e, em alguns lugares, as áreas cultiváveis se apresentam em forma de espaços dispersos. Por outro lado, as condições ecológicas fazem com que as tarefas agrícolas exijam um trabalho colaborativo, embora não necessariamente em grande escala, para evitar a destruição que pode provocar a violência das enchentes e aproveitar o momento

da cheia. Tanto o Tigre quanto o Eufrates já mudaram seu curso várias vezes ao longo dos milênios, o que implicou transformações nos assentamentos humanos, que tiveram de se deslocar para áreas mais favoráveis à vida humana.

No que se refere ao clima, a Baixa Mesopotâmia é predominantemente desértica, com escassas precipitações e temperaturas médias anuais entre 20 e 25°C. No verão, as temperaturas são muito elevadas, podendo superar os 40°C.

Os antecedentes

Na passagem do sétimo para o sexto milênio a.C., o Oriente Próximo foi cenário de grandes transformações no que se refere à vida e à organização dos grupos humanos. Os especialistas datam dessa época uma lenta e gradual transformação no *modus vivendi* dos grupos neolíticos, com mudanças tão profundas que o processo ocorrido no período foi denominado “revolução neolítica”.

Apesar de várias críticas serem atualmente apresentadas ao fato de este termo, “revolução neolítica”, cunhado pelo arqueólogo V. Gordon Childe (GORDON CHILDE, 1981, p. 77), ter virado um artigo de fé indiscutível para as interpretações da História durante décadas, o fato é que podem ser detectadas mudanças fundamentais na região que alteraram os antigos hábitos da caça e da coleta de alimentos dos agrupamentos humanos, a partir do cultivo dos campos. Conseqüentemente, esse fato fez com que permanecessem mais tempo em determinada região, e, paulatinamente, sedentarizando grupos no Oriente Próximo. Provavelmente, os antigos hábitos de caça e coleta foram combinados com o pastoreio e com a agricultura, que foi incrementada ao longo dos séculos.

Essas inovações permitiram a formação de comunidades mais estáveis, que se caracterizavam pelo cultivo de algumas gramíneas e leguminosas, pela criação de cabras, ovelhas, suínos e bovinos

e pela introdução de técnicas como a tecelagem e a produção cerâmica. Segundo o historiador brasileiro Emanuel Bouzon (BOUZON, 1998, p. 137-141), a Arqueologia indica, entre os anos 6.000 e 4.500 a.C., uma grande expansão dos níveis demográficos e tecnológicos. As diversas técnicas produtivas foram disseminadas nas regiões da Anatólia e da Mesopotâmia. Nesta última região, com a proximidade dos rios Tigre e Eufrates, as possibilidades de produção eram melhores do que nas regiões montanhosas, que dependiam da chuva para a obtenção de água.

Os dados arqueológicos permitem observar aglomerações muito antigas, de estrutura circular, que parecem ter sido substituídas de forma gradual por aldeias de estrutura retangular. Bouzon nos relata que as casas eram construídas a partir de uma planta retangular, com uma área de 25 a 35m². As aldeias tinham organização aparentemente simples, sendo constituídas por poucas famílias extensas. Segundo esse historiador, a Arqueologia não encontrou dados que pudessem ser interpretados como sinais de edifícios públicos nesse período. Provavelmente, a economia dessas aldeias se caracterizava pelo que chamamos economia de subsistência de base agropastoril.

Em meados do IV milênio, os dados arqueológicos indicam um significativo aumento da população do sul da Baixa Mesopotâmia, talvez provocado por imigrações de novas populações em direção à planície mesopotâmica, atraídas pela melhores condições de vida nesta região. Verifica-se, a partir de então, um aumento demográfico crescente, um domínio cada vez mais aprimorado das técnicas de irrigação artificial dos campos e das aglomerações humanas, o que levou a um crescimento econômico que trouxe consigo, conseqüentemente, um maior desenvolvimento tecnológico e cultural. E, segundo Bouzon, a Arqueologia encontrou dados, datados de 4.500 a 3.500 a.C., no período chamado Tell el-Obed, considerados os primeiros vestígios de uma organização proto-urbana.



Atende ao objetivo 2

2.

O Dilúvio universal

Em 1872, num encontro da Sociedade de Arqueologia Bíblica, G. Smith apresentou a tradução de um trecho do texto considerado a obra literária mais antiga da humanidade, a Epopéia de Gilgamesh, da qual existem diversas versões, algumas datadas do segundo milênio a.C. A presença de um relato similar ao bíblico em um texto “pagão”, aparentemente mais antigo, gerou grande impacto. A História diz que, durante uma viagem à procura do segredo da imortalidade, Gilgamesh, rei de Uruk, encontrou um homem imortal, Utnapishtim, que lhe contou a história do Dilúvio. Segundo esse relato, os deuses, desconformes com a sua criação (os seres humanos), resolveram um dia eliminá-la da face da Terra. Os homens multiplicavam-se e faziam grande alvoroço e certa vez acordaram o grande deus Enlil (deus da atmosfera). Reunindo todos os deuses em conselho, Enlil disse que o barulho que os homens faziam era tão grande que já não conseguia mais dormir. Os deuses decidiram, então, exterminar a humanidade. Ea (deus da sabedoria e das águas) avisou Utnapishtim em um sonho das intenções de Enlil e lhe disse: “...põe abaixo tua casa e constrói um barco. Abandona tuas posses e busca tua vida preservar; despreza os bens materiais e busca tua alma salvar. Põe abaixo tua casa, eu te digo, e constrói um barco. Eis as medidas da embarcação que deverás construir: que a boca extrema da nave tenha o mesmo tamanho que seu comprimento, que seu convés seja coberto, tal como a abóbada celeste cobre o abismo; leva então para o barco a semente de todas as criaturas vivas. (...) Eu carreguei o interior da nave com tudo o que eu tinha de ouro e de coisas vivas: minha família, meus parentes, os animais do campo – os domesticados e os selvagens – e todos os artesãos.” Então, Enlil mandou a sua tempestade: “Por seis dias e seis noites os ventos sopraram; enxurradas, inundações e torrentes assolaram o mundo; a tempestade e o dilúvio explodiam em fúria como dois exércitos em guerra” (SANDARS, 1992,

p. 149-153). Assim, a humanidade foi exterminada, com exceção de Utnapishtim e daqueles que o acompanhavam na embarcação.

Considerando as características geográficas da Baixa Mesopotâmia, você consegue imaginar algum evento ou eventos naturais que possam ter inspirado o relato do Dilúvio universal?

Resposta Comentada

Como vimos, a Baixa Mesopotâmia é uma planície onde aconteciam freqüentemente grandes inundações. No período da enchente, tanto o Eufrates como o Tigre desciam das montanhas com grande violência, abandonando o curso normal e destruindo tudo o que se interpunha no caminho. Como agravante, as próprias condições do terreno faziam com que a água demorasse a escoar, deixando alagadas e, portanto, inutilizáveis do ponto de vista da agricultura grandes extensões de terra. O mito do Dilúvio universal pode ter sido inspirado por uma ou mais catástrofes naturais desse tipo, e foi adaptado por diversas civilizações, tanto na Mesopotâmia como em outras regiões. A versão mais conhecida desse relato é, sem dúvida, a do Antigo Testamento. Daí a surpresa que provocou no momento da descoberta a constatação de que a versão do Antigo Testamento não era inteiramente original e poderia ter sido inspirada no relato contido na Epopéia de Gilgamesh. A relação entre o relato bíblico e o mesopotâmico ficou ainda mais clara quando diversas pesquisas concluíram que o texto hebraico do Gênesis era um texto composto que integrava e adaptava diversas tradições. Outra confirmação surge ao considerar as características geográficas da Palestina, que fazem com que inundações como as que poderiam ter inspirado o relato do Dilúvio universal resultem quase impossíveis de acontecerem.



Figura 4.4: Gilgamesh com um leão. Figura do palácio de Sargão II em Khorsabad (713-706 a. C.).

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Poema_de_Gilgamesh

As fontes para a história da Mesopotâmia

Até o século XVIII, quando começaram a surgir estudos sistemáticos da história da Mesopotâmia, o conhecimento histórico da região se limitava a alguns autores gregos e latinos e, fundamentalmente, à Bíblia. Ainda que esses testemunhos tenham possibilitado a construção de certo quadro histórico, não tardaram em revelar-se como um pequeno subconjunto de testemunhas dentro de um conjunto bem mais amplo de

fontes de diversos tipos. A seguir, faremos um breve comentário sobre as diversas fontes utilizadas para construir o nosso conhecimento sobre a Mesopotâmia.

As fontes escritas e a decifração

A escrita foi inventada aproximadamente no ano 3000 a.C. na Baixa Mesopotâmia, onde se desenvolveu pela primeira vez na história uma cultura urbana importante sem nenhuma influência de experiências anteriores. A definição de escrita não é simples, basicamente refere-se a signos e símbolos utilizados para transmitir informação que têm conexão com uma forma fonética, diferenciando-se de outras formas de comunicação anteriores que utilizavam signos, mas sem que representassem sons. As inscrições se faziam com estiletes sobre tábuas de argila úmida, o que impedia a realização de traços complexos ou curvilíneos, motivo pelo qual se limitava a traços curtos e retos. Esta particularidade fez com que a escrita tivesse um aspecto de cunha, motivo pelo qual é conhecida como escrita “cuneiforme”. Devemos destacar ainda que a escrita cuneiforme não era utilizada para escrever em uma só língua, e sim em diversas línguas, como o sumério, a língua acádica e outras línguas semíticas ou indo-européias. Por esse motivo, a *decifração* das escritas chamadas cuneiformes implicou lidar com uma grande diversidade lingüística.



A decifração das línguas da Mesopotâmia foi resultado do trabalho de vários pesquisadores, principalmente ao longo dos séculos XVIII e XIX. Do mesmo modo que aconteceu com outras línguas mortas, a decifração das línguas mesopotâmicas se deu a partir de comparações com línguas próximas já conhecidas e de inscrições redigidas em mais de uma língua. Entre os principais pesquisadores que participaram desse processo, podemos mencionar Rawlinson (que teve um papel fundamental), Hincks e Oppert. Cada um deles foi aportando novos elementos ao quebra-cabeça da decifração dos signos babilônicos e, em 1857, teve lugar uma prova decisiva. A Royal Asiatic Society pediu aos três que traduzissem, de forma independente, um texto inédito. Cada um deles entregou de volta o texto traduzido em um envelope lacrado e se constituiu uma comissão para comparar os resultados. Mesmo sem ser absoluta, as concordâncias entre as três versões foram consideradas suficientes, o que confirmou que as bases da decifração estavam solidamente assentadas.



Figura 4.5: Tablete de argila com caracteres cuneiformes.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Escrita_cuneiforme

A documentação escrita é muito abundante, porém, apresenta grandes dificuldades. Além dos problemas próprios de qualquer trabalho epigráfico – mau estado de conservação do documento, erros de interpretação, grafia feita às pressas etc. –, a própria massa de documentos implica uma dificuldade. Por exemplo, Oppenheim calculou que o material conservado na biblioteca de Assurbanipal (rei assírio do século VII a.C.) compreendia aproximadamente um milhar de grandes tábuas, formando um *corpus* que incluía desde obras literárias, presságios e listas de palavras, sinônimos e nomes, até cartas privadas, relatórios administrativos, contratos e notas de contabilidade.

O trabalho dos especialistas se concentrou em algumas áreas, e outras foram deixadas de lado. Uma das primeiras preocupações dos pesquisadores foi a de estabelecer marcos cronológicos, isto é, determinar a ordem de sucessão das dinastias. Também se deu atenção ao aspecto religioso, ao Direito e às composições épicas e literárias. Outras abordagens, como a das relações familiares, por exemplo, só começaram a ser realizadas nos últimos anos, a partir de arquivos pessoais e familiares.

Outros textos foram obtidos a partir de inscrições talhadas em pedra, um elemento inexistente na região, geralmente utilizada como monumentos comemorativos.

Os vestígios arqueológicos

Como dissemos, até a primeira metade do século XVIII a exploração arqueológica era muito superficial, além de ser obra de aventureiros e exploradores independentes. Sendo a Baixa Mesopotâmia uma planície, uma coisa que chamou a atenção desses viajantes foram os chamados *tells*, colinas artificiais formadas pela acumulação de ruínas antigas. O processo de decifração e os achados arqueológicos resultaram no envio de várias expedições, com o objetivo de realizar prospecções mais detalhadas. Entre

1842 e 1845, foram realizadas importantes descobertas, como as escavações de Nínive, o palácio de Sargão II e a descoberta de Larsa, Ur e Eridu. Até a Primeira Guerra Mundial, as escavações de arqueólogos como M. von Oppenheim e F. Hezfeld trouxeram à luz os primeiros grandes sítios pré-históricos da região; os trabalhos subseqüentes realizados por arqueólogos vinculados a instituições como o Instituto Oriental da Universidade de Chicago, o Museu Britânico, a Universidade da Pensilvânia, entre outras, permitiram organizar o conhecimento, até então fragmentário, e estimularam a especialização. De fato, hoje os estudiosos já não se consideram “orientalistas”, e sim assiriólogos, sumeriólogos, hititólogos, hebraístas etc. (GARELLI, 1982, p. 3-4).



Segundo o historiador brasileiro Marcelo Rede, a atividade de escavação arqueológica na Mesopotâmia centrou-se, durante muito tempo, nas grandes estruturas dos palácios e templos, assim como nos contextos funerários. Mais recentemente, porém, com a nova Arqueologia, assistiu-se a uma valorização de outros fenômenos e espaços, como os espaços domésticos. Decerto, a abordagem arqueológica contribui bastante, segundo este historiador, para a compreensão dos diversos aspectos da função das residências, para a formação de uma tipologia arquitetônica, para o estudo da articulação entre as casas e o tecido urbano e mesmo para o entendimento das implicações simbólicas das caves funerárias nos subsolos das casas (REDE, M. *Família e patrimônio na antiga Mesopotâmia*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 23).

No caso da Mesopotâmia, os vestígios arqueológicos incluem palácios, templos, esculturas, sinetes, quarteirões residenciais, milhões de tabletes de argila em que os antigos sumérios, assírios e babilônios registraram desde simples contratos de compra e venda, casamentos, heranças, adoções, até os mais antigos textos literários da humanidade, como os poemas épicos *Epopéia de Gilgamesh* e o *Enuma Elish*. As imagens obtidas a partir de sinetes e presentes em murais, vasos e outros objetos têm sido utilizadas de forma crescente para ilustrar diversos aspectos da vida na antiga Mesopotâmia. A maior parte desses vestígios ainda se encontra no subsolo iraquiano e nos *tells*, as colinas que os encobrem. Já foram repertoriados cerca de dez mil sítios arqueológicos nesta região. Na antiga Mesopotâmia, uma região na qual faltavam pedra, madeira e metais, as construções eram feitas basicamente de argila, e os *tells*, verdadeiros depósitos de informação sobre o passado, são formados pelo acúmulo contínuo de areia e construções posteriores, ameaçadas de destruição pelas constantes guerras naquela região (Guerra Irã-Iraque, 1980-1990; Guerra do Golfo, 1990-1991 e, atualmente, a invasão americana no Iraque).



Para conhecer melhor os danos causados pelas guerras atuais na região que corresponde à antiga Mesopotâmia aos sítios arqueológicos e ao patrimônio histórico-cultural, leia uma interessante entrevista sobre o tema com o historiador e professor da UFF Marcelo Rede, disponível no Jornal da USP, em <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2003/jusp640/pag0607.htm>.

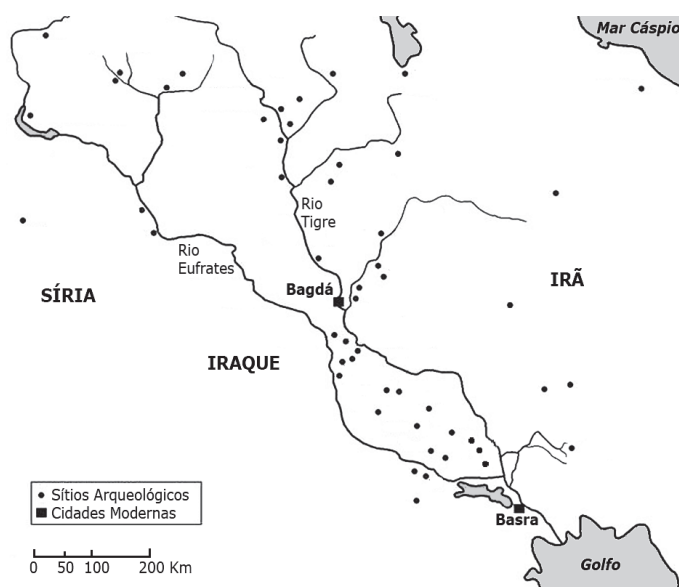


Figura 4.6: Sítios arqueológicos da Mesopotâmia.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/Mesopotamia>



Atende ao Objetivo 3

3. Leia os textos, observe a imagem e responda às perguntas.

A interpretação de elementos míticos e religiosos da antiga Mesopotâmia tal como ilustrados na arte apresenta dificuldades maiores do que quanto a outras civilizações. Por exemplo, no caso mesopotâmico inexistem na maioria das vezes (havendo, no entanto, exceções) “legendas” e outros textos escritos que, ocorrendo junto como as figuras, as expliquem. Em certas ocasiões, o contexto de uso pode ajudar a identificar as representações: assim, se estas ou os objetos que as contêm se vincularem a rituais conhecidos, ou ainda a operações mágicas passíveis de

reconhecimento, fica mais fácil tal identificação. No conjunto, há uma forma de arte que tem sido a mais útil para tentar correlações entre textos e iconografia míticos: a glíptica, ou seja, os sinetes de pedra ou argila incisos com cenas que envolvem deuses e outros temas mitológicos [...] (CARDOSO, 1997, p. 1).

Epopéia de Gilgamesh

- Tablete VI

Assim que Anu ouviu estas palavras de Ishtar,
a Ishtar ele deu as correias do Touro celeste
e as pôs na mão dela. Ishtar o conduziu sobre a Terra.
Quando ele chegou ao país de Uruk...
ele desceu ao rio; em sete tragos ele o secou.
Ao arrote do Touro se abriu uma fenda,
e cem guerreiros de Uruk caíram dentro,
duzentos guerreiros de Uruk, trezentos.
Ao seu segundo arrote, se abriu uma outra fenda,
onde duzentos guerreiros de Uruk, trezentos guerreiros caíram.
Ao seu terceiro arrote, abriu-se uma fenda perto de Enkidu,
Enkidu caiu lá dentro, mas Enkidu saltou e pegou o Touro pelos chifres.
O Touro celeste lançou sua baba em seu rosto,
e pela grossura de sua cauda o golpeou.
Enkidu, abrindo a boca, fala e diz a Gilgamesh:
– Meu amigo, glorificamo-nos por muitas vitórias,
como iremos agora enfrentar este Touro?
– Meu amigo, eu vi o meio de o abater,
e nossas forças bastarão para vencê-lo.
Eu quero arrancar seu coração para oferecê-lo a Shamash.
– Eu, eu vou perseguí-lo,
eu o pegarei pela espessura de sua cauda,
eu o segurarei fortemente com as duas mãos,
diante dele, tu te manterás
e entre o pescoço, os chifres e o garrote

com teu punhal o golpearás mortalmente.
Ora, Enkidu, perseguindo-o, agarrou o Touro,
ele o pegou pela espessura de sua cauda
e o segurou fortemente com as duas mãos.
Então Gilgamesh como um bestiário de ofício,
valeroso e potente, o enfrentou,
entre o pescoço, os chifres e o garrote, com seu punhal ele o golpeou.

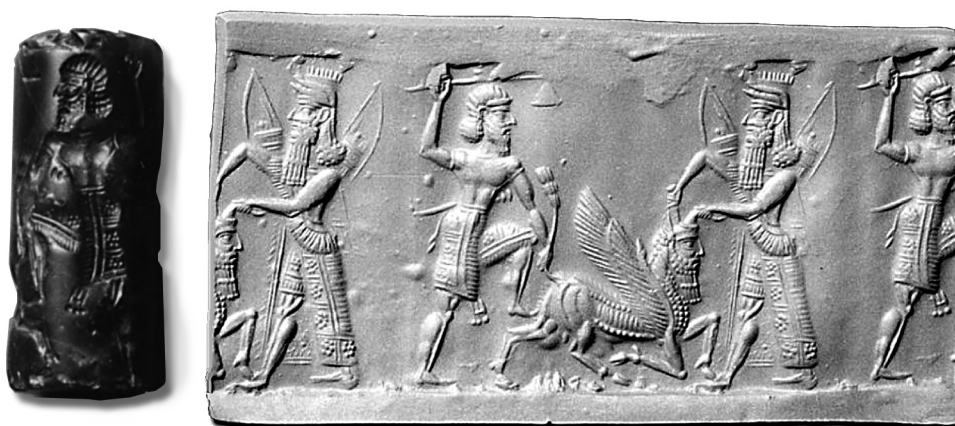


Figura 4.7: À esquerda, sinete assírio de ágata marrom, século VII a.C. À direita, impressão obtida a partir do sinete.

Fonte: http://www.schoyencollection.com/assyrianlit_files/ms1989.jpg

Laba, R; Caquot, A.; Sznycer M. e Vieyra, M. - *Les Religions du Proche-Orient asiatique*. Paris: Fayard/Denoël, 1970, p. 145-226. Fonte: http://www.fflch.usp.br/dh/heros/historica/apontamentos/bronze/antigo/sumer/textos/gilgamesh/gilgamesh06.html#*

- a. Você consegue estabelecer uma relação entre a imagem e o texto? É possível reconhecer os personagens e a cena que se apresenta na fonte iconográfica?
- b. Que informação complementar podemos obter a partir da imagem?

Respostas Comentadas

a. A cena que aparece na impressão feita a partir do sinete representa a luta de Gilgamesh e Enkidu contra o touro celeste. Neste caso, a coincidência entre a iconografia e o relato escrito não deixa lugar a dúvidas. À esquerda podemos ver a figura de Enkidu segurando o touro pela cauda, enquanto à direita Gilgamesh assesta com o seu punhal o golpe mortal no animal. A estreita correlação entre a imagem e o texto permite determinar que se trata exatamente da mesma cena: o artista representou fielmente essa versão do relato. Ao existirem verdadeiras séries de sinetes interligados, resulta mais fácil estabelecer novas correlações com um maior grau de certeza.

b. A imagem permite obter informação complementar como, por exemplo, as armas utilizadas, a vestimenta, os cortes de cabelo e os atributos que identificam os reis (no caso de Gilgamesh). Por sua vez, esses elementos podem ser úteis para datar outras fontes iconográficas bem como para identificar personagens presentes em outras fontes que compartilhem características similares.

Quadro cronológico

Apresentamos, agora, um quadro cronológico simplificado do período que abordaremos nas próximas aulas. A idéia é que ele sirva como referência para todo o período considerado; portanto, esperamos que você volte a observá-lo para localizar temporalmente os eventos e os personagens que serão tema das próximas aulas.

Cronologia sumária da antiga Baixa Mesopotâmia		
Períodos	Fases da metalurgia (correspondência aproximada)	Datas aproximadas (a.C.)
Jemdet-Nasr (revolução urbana)	Época Inicial do Bronze	3100-2900
Protodinástico: época suméria arcaica, ou pré-sargônida		2900-2371
Império de Akkad		2371-2230
Domínio dos gútios e início do renascimento sumério		2230-2112
III Dinastia de Ur	Época Média do Bronze	2112-2004
Larsa e Isin		2004-1792
Império Paleobabilônico		1792-1595
Saque de Babilônia pelos hititas e Babilônia cassita	Época Tardia do Bronze	1595-1157
Divisão e enfraquecimento político; migrações dos arameus e dos caldeus	Época do Ferro	1157-731
Domínio assírio direto		
Império neobabilônico		731-626
Domínio persa		626-539 539-331

Fonte: CARDOSO, 1986, p. 31.

RESUMO

O estudo das características ecológicas da Antiga Mesopotâmia permite observar a relação que existe entre elementos como o clima, os recursos naturais e a hidrografia, entre outros, e a forma pela qual as sociedades dessa região desenvolveram a sua economia e outros aspectos da civilização. Essa análise faz com que, mesmo descartando considerações de tipo determinista, compreendamos o importante papel da ecologia de uma região com relação à vida dos grupos humanos que nela se assentam. Assim, por exemplo, o regime dos rios Tigre e Eufrates, com as suas enchentes violentas e sazonais, junto com um clima seco que impede a agricultura de chuva, obrigou a cooperação dos camponeses para a realização de obras de infra-estrutura como barragens e canais de irrigação.

Em contrapartida, o número limitado e a divergência das fontes que possuímos para conhecer as civilizações da Antiga Mesopotâmia nos colocam limites e fazem com que devamos abordá-las visando achar respostas para nossas perguntas e hipóteses concretas. Cada tipo de fonte (fontes escritas, iconográficas, arqueológicas etc.) deve ser analisado levando em consideração as suas características próprias e considerando de que forma podem iluminar algum aspecto da cultura dos grupos humanos que nos interessam.

Informações sobre a próxima aula

Em nossa próxima aula, estudaremos os fundamentos econômicos das civilizações da Baixa Mesopotâmia, estabelecendo vínculos entre as relações de produção e as estruturas econômico-sociais.

Aula 5

Desenvolvimento
das forças
produtivas e
organização
social do trabalho
na antiga
Mesopotâmia

Meta da aula

Apresentar os modos pelos quais os historiadores têm abordado o estudo da economia no mundo antigo e as formas de organização das atividades econômicas, assim como suas implicações em outros aspectos do desenvolvimento das sociedades.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer as estruturas econômicas das civilizações da antiga Mesopotâmia;
2. identificar a relação existente entre o desenvolvimento das atividades produtivas e a vida urbana.

Pré-requisitos

Para que você encontre maior facilidade na compreensão desta aula, é importante ter em mãos um bom dicionário da Língua Portuguesa e um atlas.

A economia das civilizações antigas

Tomando Enkidu pela mão, como a uma criança,
Ela o conduziu ao **aprisco**, para as tendas dos pastores...
Eles depositaram pão à sua frente...
A mulher então disse: Enkidu, come o pão,
É o suporte da vida; bebe o vinho, é o costume da terra.
Ele ficou alegre, seu coração exultou e seu rosto se cobriu de
brilho...
Ele se transformara num homem.
(Gilgamesh, I)

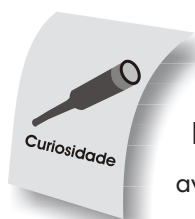
Aprisco

Curral (especialmente o que se destina às ovelhas); redil. (Dicionário Aurélio Século XXI.)

Um dos momentos principais da *Epopéia de Gilgamesh*, um ciclo de poemas que contam as aventuras do rei de Uruk, na Mesopotâmia, é aquele no qual **Enkidu** se “humaniza” ao ser limpo e vestido por uma mulher (agricultora) e ao desfrutar de uma refeição com um grupo de pastores. O pão e o vinho, *suporte da vida* e *costume da terra*, como a mulher lhe diz, o tornam um “homem”. Enkidu se alimenta dos frutos das mãos humanas, obtidos a partir da organização da vida em comum.

Enkidu

Moldado em argila por Aruru, deusa da criação, segundo a imagem e a essência de Anu, deus do céu, era o companheiro do herói Gilgamesh, representando o ser humano em estado selvagem. Divinizado após sua morte, tornou-se o deus dos animais.



Muitas histórias e mitos foram escritos sobre Gilgamesh em diversas línguas, como o acádio e o sumério. A versão mais completa das suas aventuras que chegou até nós é uma cópia do século VI a.C. escrita em 12 tabuletas de pedra, proveniente da biblioteca de Assurbanipal, antiquário e último dos grandes reis do Império Assírio, e que foi descoberta em escavações arqueológicas realizadas século XIX.

A organização econômica das sociedades da Antigüidade é um tema de grande interesse para a pesquisa histórica. No decurso das últimas décadas, a vida econômica das sociedades vem sendo estudada em articulação com as suas organizações sociais, políticas, culturais etc.

O estudo da economia das civilizações antigas, contudo, não é um tema sobre o qual exista uma visão consensual entre os historiadores. Assim como muitos outros assuntos, o tema suscitou e continua suscitando muitos debates. Para começar, lembremos que o termo **economia** provém do grego, embora na antiga Grécia o significado da palavra não tivesse o mesmo sentido que lhe atribuímos na atualidade.

A palavra **economia** é uma derivação moderna da tradução latina para o termo grego *oikonomia*. Os latinos o traduziram por *oeconomia*, também significando a arte de gerir bem o seu *oikos*, a sua casa. Entre os antigos, aquilo que designamos por economia, isto é, o conjunto de fenômenos referentes à produção e à troca de bens materiais, não tinha adquirido a autonomia que, a partir do século XVIII, passou a caracterizá-la.

Para os gregos, palavras como *oikonomos* e *oikonomia* se referiam à manutenção de uma casa ou de uma propriedade rural (*oikos* = casa). Contudo, não existia nenhuma palavra que servisse para definir o que hoje entendemos por *economia*. A palavra *economia* só começaria a ser utilizada com o sentido moderno após o século XVII, e ainda passaria muito tempo até a consolidação da economia como uma disciplina específica.

É precisamente isso que torna arriscado todo empreendimento de tentar apresentar uma visão geral das sociedades antigas num contexto econômico, buscando nas entrelinhas da documentação textual, imagética e arqueológica informações sobre como os grupos humanos produziam e trocavam bens, geriam as terras cultivadas etc. Arriscado não só porque a nossa documentação é fragmentária e não nos permite reconstituir de modo preciso as várias atividades econômicas que caracterizavam as sociedades antigas, mas principalmente porque, na Antigüidade, não se separavam essas atividades do modo de vida integral do qual elas eram parte. Além disso, essas sociedades não parecem ter sentido a necessidade de teorizar sobre elas do mesmo modo que os modernos sentiram.

Com isso em mente, uma das primeiras coisas que temos de considerar ao abordar o assunto é que, no mundo antigo, não existia nenhuma disciplina parecida com a que hoje conhecemos por

economia. Isso não implica que, por exemplo, os habitantes do Egito e da antiga Mesopotâmia não se preocupassem com a sua subsistência, com alimentar-se e obter as coisas necessárias para a vida, como roupas, alimentos e jóias, manter produtivas as terras ou, inclusive, acumular riquezas. No entanto, devemos levar em conta que essas atividades tinham implicações totalmente diferentes para as sociedades antigas, e que a economia não existia nem como atividade, nem como área do conhecimento identificada e definida.

Se nos propomos a analisar aqui a economia na antiga Mesopotâmia, devemos ter consciência de que se trata de uma abordagem que nos convém em termos práticos e para fins analíticos, a fim de compreender melhor o desenvolvimento dos grupos humanos que habitavam a região nesse momento histórico. Entretanto, essa abordagem é determinada por *nossa* preocupação, como historiadores do século XXI, e não pelo interesse dos próprios habitantes das civilizações estudadas.

De forma simplificada, podemos dizer que uma das principais divergências entre os historiadores da Antigüidade é se as economias antigas devem ser consideradas “modernas” ou “primitivas”. A identificação dessas duas linhas, que marcavam os estudos da economia antiga, foi mapeada na década de 1960, momento em que diversos historiadores tentaram atualizar os estudos da economia antiga focando-se, principalmente, na Grécia e em Roma. A primeira corrente, a dos “modernistas” e “formalistas”, considerava que existiam fortes analogias entre as sociedades antigas mais desenvolvidas e o capitalismo moderno, enquanto a segunda, a dos “primitivistas”, afirmava que as economias antiga e moderna eram radicalmente distintas. Embora esse debate tenha sido superado parcialmente, ainda permanece presente, sob vários aspectos, nas pesquisas.

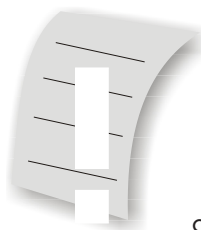
Simplificando as posições, já que existem nuances e diferenças entre os diversos pesquisadores que compõem ambas as correntes, os historiadores e antropólogos chamados “formalistas” consideram que as sociedades antigas já mostravam um desenvolvimento de elementos que poderíamos classificar como capitalistas, motivo pelo

qual diferem das sociedades atuais só em termos quantitativos, e não qualitativos. Com base nesse ponto de vista, as economias antigas estariam fundadas sobre os mecanismos que governam um mercado constituído pela oferta e pela demanda.

Na posição oposta, os pesquisadores englobados na denominação de “primitivistas” ou “substantivistas” afirmam que as economias pré-capitalistas (como a economia da antiga Mesopotâmia) eram tão radicalmente diferentes da economia capitalista que seria totalmente impossível aplicar os modelos e conceitos da economia ocidental atual no estudo delas. Segundo esse ponto de vista,

a chave da articulação dos mecanismos econômicos não seria o mecanismo de oferta e demanda, mas, segundo a situação, fatores ligados ao universo do parentesco, relações de poder, etc. [...] A economia seria, assim, incrustada no social, ao contrário do que ocorre sob o regime capitalista, em que ela imporia a sua lógica às demais dimensões da vida (REDE 2007, p. 82).

Entre as duas posições já explicadas, o ponto de vista “primitivista” ou “substantivista” é claramente dominante entre os pesquisadores que formularam teorias consistentes sobre a economia na antiga Mesopotâmia. Por tal motivo, a nossa abordagem ficará mais próxima desse enfoque.



Um dos principais pensadores que desenvolveu as idéias substantivistas foi o austríaco Karl Polanyi (1886-1954). Podemos encontrar a formulação do substantivismo no capítulo IV da sua obra mais conhecida, *A grande transformação*. Dois dos principais pontos que dele se deduzem são:

1. A economia, tal como nós a percebemos, é uma construção socialmente determinada.
2. Nas sociedades primitivas e nos impérios antigos, a economia não constituía uma esfera de atividade separada, mas estava incrustada (ou imbricada) no resto das instituições sociais.

Entre os historiadores da Mesopotâmia que se apoiaram, em maior ou menor medida, nas idéias de Polanyi, podemos mencionar os autores marxistas I. M. Diakonoff e M. Liverani, além de outros como I. J. Gelb, A. L. Oppenheim e J. Renger.



Atende ao Objetivo 1

1. Leia com atenção o trecho do historiador brasileiro Emanuel Bouzon, que apresenta algumas conclusões sobre o sistema econômico mesopotâmico a partir de dados provenientes de pesquisas arqueológicas:

Nas cidades sumérias o sistema econômico era, eminentemente, redistributivo. (...) O templo do deus principal da cidade-Estado parece ter sido, pelo menos inicialmente, o centro para o qual fluíam a produção dos grandes domínios templários, as contribuições e tributos que eram armazenados nos silos e depósitos da administração

central e onde, também, iniciava o processo de redistribuição. Continuava, pois, o mesmo sistema do oikos (em sumério É = casa) de economia, já encontrado nas comunidades rurais do período neolítico. O oikos indica, em si, uma comunidade doméstica e representa uma unidade socioeconômica. Mas agora toda a cidade-estado era gerida como um grande oikos (em sumério É.GAL), administrado pelo governante da cidade e todos os habitantes dessa cidade-estado dependiam desse grande oikos de uma ou outra maneira desse oikos (BOUZON, 1999, p. 143).

Análise o trecho do professor Bouzon a partir dos pressupostos dos dois modelos interpretativos (modernista e primitivista) que você conheceu nesta aula e comente em que medida esses modelos são aplicáveis às cidades da Mesopotâmia.

Resposta Comentada

A primeira posição reúne estudiosos que, *grosso modo*, consideravam que as economias antigas partilhavam dos mesmos princípios das economias ocidentais modernas e que seu funcionamento era, essencialmente, semelhante. Acreditavam, pois, que as formas de organização econômica antigas eram economias de mercado, e as diferenças seriam simplesmente uma questão de grau. Em oposição a essa posição, outros estudiosos reconhecem uma especificidade própria em cada formação econômica, afirmando a impossibilidade de analisar as sociedades antigas com os mesmos conceitos e modelos interpretativos adequados às sociedades ocidentais modernas, esforçando-se por estabelecer modelos apropriados ao mundo antigo. O trecho de E. Bouzon insere-se na posição primitivista, buscando caracterizar as especificidades da economia suméria, fugindo ao anacronismo.

O desenvolvimento da economia na antiga Mesopotâmia

Para compreender o desenvolvimento da economia na baixa Mesopotâmia no período analisado, utilizaremos três eixos:

- a. a evolução das atividades produtivas;
- b. o papel das cidades;
- c. o surgimento do templo e do palácio.

Mais uma vez, devemos esclarecer que o fato de separar esses elementos para abordar o nosso tema não significa que se trate de elementos independentes – muito pelo contrário, os três eixos que escolhemos encontram-se profundamente imbricados, como veremos no decorrer da nossa explicação.

É também importante lembrar que as técnicas agrícolas e pecuárias utilizadas na antiga Mesopotâmia a partir do terceiro milênio foram criadas e aprimoradas ao longo de milhares de anos, durante a lenta evolução que caracterizou a passagem do nomadismo ao sedentarismo. Isso implica pensar numa difícil evolução por meio de tentativa e erro na seleção das melhores sementes, na domesticação de animais e na criação e no aprimoramento de instrumentos e técnicas agrícolas.

Evolução das atividades produtivas

Começaremos analisando a principal atividade econômica da antiga Mesopotâmia, a agricultura, que constituiu a base da vida urbana e da economia como um todo.

Como vimos na aula anterior, as condições geográficas e climáticas faziam com que a chamada “agricultura de chuva”, isto é, aquela que depende da chuva para o seu desenvolvimento, não fosse possível. Essas condições fizeram com que a agricultura exigisse a realização de trabalhos significativos, basicamente a

construção de obras de irrigação e proteção para evitar a destruição provocada pelas enchentes, violentas e relativamente irregulares. Entre essas tarefas, podemos mencionar o corte das margens dos rios principais, a canalização de rios tributários, a construção e manutenção freqüente dos canais e diques e a construção de tanques para conservar a água das enchentes.

A dependência desse tipo de obras para a sobrevivência era tão grande que existem casos que mostram que a destruição dessa infra-estrutura, provocada, por exemplo, por uma enchente violenta demais, podia conduzir a uma reversão à vida nômade (CARDOSO, 1991, p. 33).

A realização das obras antes descritas seria impossível para um agricultor individual ou para um grupo familiar isolado; demandava um esforço por parte de um grupo maior, embora não necessariamente ultrapassando a esfera local. E a necessidade de contar com um contingente humano mais numeroso trouxe uma série de conseqüências fundamentais para explicar o desenvolvimento de cidades e agrupamentos importantes, capazes de controlar um território mais ou menos extenso. Assim, houve a necessidade de organizar o esforço coletivo, de disciplinar os trabalhadores, de regulamentar a utilização dos canais e reservatórios de água etc.

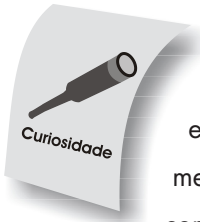
Seguindo esse raciocínio, alguns autores desenvolveram a denominada “hipótese causal hidráulica”, que explicava o surgimento do estado a partir da necessidade de dirigir, de forma centralizada, as obras relacionadas com a irrigação.



O modelo explicativo da “hipótese causal hidráulica” foi desenvolvido pelo historiador Karl Wittfogel (1896-1988). O modelo indicava que o estado despótico oriental teria surgido principalmente da necessidade de controlar e coordenar o trabalho de grandes contingentes humanos, com o objetivo de criar e manter um complexo sistema de irrigação. Essas idéias foram defendidas também por outros historiadores e arqueólogos, como G. Childe, J. Vercoutter, H. Pirenne e H. Saggs. Atualmente, a maioria dos historiadores considera a “hipótese causal hidráulica” uma explicação insuficiente e forçada, já que simplifica processos que, na verdade, são multicausais e altamente complexos. Para superar esse modelo, os historiadores se apóiam em fontes escritas e vestígios arqueológicos que demonstram que, no momento do surgimento das cidades e das organizações de tipo estatal, ainda não existiam grandes obras de irrigação, que só seriam desenvolvidas a partir da metade do terceiro milênio a.C.

O esforço produtivo era recompensado com um alto rendimento. Se bem que seja difícil a obtenção de cifras confiáveis, diversos autores, com base em documentação da própria Mesopotâmia, aceitam rendimentos entre 8 e 100 grãos colhidos por cada grão semeado. Acrescentando a isso a possibilidade de obter duas colheitas anuais, o rendimento do trabalho agrícola era bastante significativo. Mas o importante rendimento não deve conduzir a exageros. Em termos de tecnologia, o instrumental agrícola era bastante elementar, e podemos afirmar que o sistema de produção agrícola se mostrou bastante estável ao longo do período estudado.

Durante muitos séculos, os arados, bem como outros instrumentos agrícolas, foram feitos de madeira. Porém, devemos salientar que o uso do arado puxado por animais de tiro, utilizado na antiga Mesopotâmia, é considerado por diversos pesquisadores como uma “segunda revolução agrária”, com uma importância similar à da primeira domesticação dos animais.



Pode-se observar a importância que os animais de tiro tinham na economia da antiga Mesopotâmia pela presença de leis que os mencionam na maioria dos códigos legais e documentos similares, como as Leis de Lipit Ishtar, as Leis Hititas e o Código de Hammurabi (1780 a.C.). Neste último documento, aparecem as seguintes leis referentes aos bois:

245° – Se alguém aluga um boi e o faz morrer por maus tratamentos ou pancadas, deverá indenizar ao proprietário boi por boi.

246° – Se alguém aluga um boi e lhe quebra uma perna, lhe corta a pele cervical, deverá indenizar ao proprietário boi por boi.

247° – Se alguém aluga um boi e lhe arranca um olho, deverá dar ao proprietário uma metade do seu preço.

248° – Se alguém aluga um boi e lhe parte um chifre, lhe corta a cauda, e lhe danifica o focinho, deverá pagar um quarto de seu preço.

As foices utilizadas para a ceifa também eram de madeira, e tinham pedras cortantes (de sílex) incrustadas. A madeira só foi substituída pelo metal com a difusão do ferro, no final do segundo milênio a.C.

Inicialmente, as enxadadas, picaretas e outros instrumentos eram de cobre e, mais tarde, de bronze. Outros instrumentos utilizados para as tarefas agrícolas eram o trenó, instrumento formado por uma prancha de madeira na qual se inseriam pedras pontudas, e o *shaduf*, um instrumento para elevar água mediante um contrapeso, que aparece representado em imagens datadas aproximadamente do ano 2.000 a.C.



Figura 5.1: Shaduf.

Um documento que permite reconstruir as diversas tarefas agrícolas na antiga Mesopotâmia é o chamado *Almanaque do lavrador*, um texto datado aproximadamente de 1700 a.C., em que um agricultor dá instruções a seu filho a respeito das atividades agrícolas anuais.

Assim como outros textos antigos que abordam o trabalho no campo, não se trata de um manual, mas pressupõe vasto conhecimento no assunto. Segundo Powell (In: POTTS, 1994), o texto nada tem de inovador, o que o faz similar a outros textos antigos do mesmo tipo, já que a história da agricultura se caracteriza por seu conservadorismo, pelo simples fato de que ninguém arriscaria utilizar técnicas muito inovadoras sob o risco de passar fome devido ao fracasso da colheita. O autor presume que podemos considerar que os procedimentos descritos no *Almanaque do lavrador* eram, provavelmente, os procedimentos-padrão nas civilizações da Mesopotâmia. Por outra parte, existem numerosos pontos similares entre as instruções do almanaque e as técnicas de cultivo tradicional pré-mecanizadas do atual Iraque.

Segundo a descrição do citado do *Almanaque do lavrador*, as tarefas agrícolas iniciavam-se depois das chuvas de outubro e novembro, com a preparação da terra. Primeiramente, a terra era “lavada”, para que fosse retirado o sal, e em seguida se drenava a água. O texto adverte que se devia prestar atenção nos diques e canais para que o nível das águas não se elevasse demais. As terras eram aradas utilizando-se um arado puxado por bois. Os sulcos eram limpos depois da semeadura, e as sementes deviam ser protegidas para evitar a ação de insetos e pássaros, além de ser regadas quatro vezes.

No outono, efetuava-se uma avaliação dos cultivos para estimar a produtividade, atividade que se realizava novamente na primavera, quando os cultivos estavam maduros e prontos para a colheita. Entre abril e julho, procedia-se à colheita, realizada mediante a ceifa utilizando-se foices. Posteriormente, os animais de tiro eram liberados para pastar nas terras.

Como afirmamos, o desenvolvimento da atividade agrícola foi bastante limitado ao longo do período estudado, e o equilíbrio da economia era bastante instável. As fontes históricas permitem observar a ocorrência de diversas crises de subsistência que provocavam situações de fome. As crises eram provocadas por diversos motivos, como guerras, que conduziam à destruição das obras de irrigação e à descontinuidade do trabalho agrícola, e calamidades naturais (como cheias extremamente violentas).

O principal cultivo era a cevada, tanto é que a palavra suméria utilizada para esse cereal (*se*) era usada para mencionar qualquer tipo de grão. A preferência pela cevada pode explicar-se devido ao fato de que apresenta uma maior tolerância ao sal, além de um rendimento maior do que o trigo em terras pobres, marginais e com pouca irrigação. A cevada era utilizada para a alimentação humana, para a fabricação de cerveja e também para alimentar o gado.

Além da cevada, também se plantavam diversos tipos de trigo, tanto selvagem como domesticado; sésamo (*gergelim*), utilizado para extrair o óleo, que servia para alimentação e para iluminação;

diversas ervas, especiarias e legumes (como lentilhas, ervilhas, alho e cebola). As fontes também mencionam árvores frutíferas, como tamareiras, figueiras, pereiras, macieiras e parreiras. As tamareiras eram aproveitadas tanto pelo seu fruto, a tâmara ou datil (importante fonte de carboidratos) como pela sua madeira.

A atividade pecuária também era importante, com a criação de caprinos, ovinos, bovinos, suínos e muars. Como vimos anteriormente, os bovinos eram principalmente utilizados como animais de tiro, tanto para o arado como para carros de transporte. Também forneciam leite e carne, esta última considerada um alimento de luxo, só consumido pela elite. A lã das ovelhas era utilizada na produção de tecidos, embora também fossem utilizados o linho e, em períodos mais recentes, o algodão.

Outras atividades econômicas que merecem menção são as extrativistas: a pesca (com anzol e rede), a caça (que constituía uma atividade suplementar) e a coleta de junco nas áreas pantanosas (usado para a confecção de cordas, cestas, barcos, cabanas etc.). A argila constituía um material de grande importância, basicamente para a fabricação de cerâmica e tijolos, que, devido à escassez de pedra e madeira, eram o principal material de construção.

Tanto as fontes escritas quanto as iconográficas permitem observar o desenvolvimento de diversas atividades artesanais. Os textos mencionam, entre outros artesãos especializados, escultores, carpinteiros, cortadores de pedra, curtidores, alfaiates, forjadores de metais, tecelões e **calafates** (CARDOSO, 1991, p. 40).

O comércio, tanto o local quanto o de longo curso, também era uma atividade de certa relevância. O comércio local era realizado principalmente por meio dos rios e canais, e o comércio de longo curso era mais importante devido à necessidade de se obter elementos vitais que não eram achados na região: metais, pedra e madeira. Assim, excedentes da produção agrícola eram destinados ao intercâmbio com esses elementos de grande importância, bem como artigos de luxo.

○ **calafate** era o artesão que vedava as fendas, as juntas e os buracos do casco das embarcações.



Figura 5.2: Desenho a partir de um baixo-relevo assírio (Nínive).

O papel das cidades

Como dissemos, a Mesopotâmia é o único lugar, sem considerar a Mesoamérica, onde o processo de urbanização surgiu e se desenvolveu de forma espontânea, sem modelos anteriores nos quais se apoiar, sendo um movimento nativo e independente. O tempo transcorrido entre os primeiros assentamentos permanentes e as primeiras cidades foi muito longo, entre 5.500 a.C. e 3.500 a.C., aproximadamente.

Como não temos fontes escritas que sirvam para reconstruir esse processo – lembremos que a escrita só começa a aparecer por volta de 3.000 a.C. –, o nosso conhecimento sobre o assunto é bastante imperfeito, e existem diversas visões conflitantes. O que resulta inegável é que não podemos ver o surgimento das cidades como algo isolado e repentino: devemos compreendê-lo como a culminação de um processo demorado e complexo.

Entre as teorias que explicam o surgimento das cidades, podemos mencionar uma que teve grande aceitação entre os estudiosos do Oriente Próximo. Trata-se da teoria Robert Mac Adams, desenvolvida na sua obra *A evolução da sociedade urbana*. De forma resumida, podemos dizer que Adams reconheceu três etapas no processo:

- a. primeiro, o desenvolvimento da agricultura conduziu ao aumento da estabilidade dos assentamentos humanos e ao crescimento da produtividade agrícola, que incentivou o aumento da população;
- b. posteriormente, as classes substituíram as relações de parentesco em que se apoiavam os grupos. A diferença com relação ao acesso aos meios de produção foi o elemento que definiu esse processo de estratificação social. Os indivíduos começaram a identificar-se mais com outros indivíduos do seu mesmo *status* do que com as suas relações familiares. De todas as formas, obviamente isso não implicou o simples desaparecimento das relações de parentesco;
- c. por fim, as classes mais ricas dentro da nova estratificação social tomaram conta da administração dessas sociedades, agora mais complexas.

Segundo Adams, o primeiro grupo a assumir o poder dentro dessas classes foi o dos *sacerdotes*, provavelmente justificando a sua liderança através da religião. Assim, os templos, cada vez maiores e mais complexos, surgiram como o centro que organizava as interações entre os diversos grupos da sociedade.

Adams considera que a cidade foi o primeiro passo do surgimento do Estado, isto é, uma sociedade organizada hierarquicamente sobre bases territoriais e políticas, e não de parentesco.

Devemos destacar que, nesse processo, o aumento da produtividade agrícola foi fundamental. O baixo rendimento fazia com que o grupo todo tivesse de dedicar seu esforço quase que exclusivamente para a produção de alimento, ocupando-se de outras atividades só quando o ritmo das tarefas agrícolas assim o permitisse.

À medida que a produtividade aumentava, já não era necessário o trabalho de todos os membros do grupo para providenciar a subsistência, o que permitiu que alguns indivíduos se dedicassem a tarefas diferentes da produção de alimentos. Isso iniciou o processo de especialização, característico da civilização urbana.

Conforme os grupos foram diferenciando-se em agricultores, comerciantes, sacerdotes, burocratas, artesãos etc., a cidade transformou-se no local onde esses grupos interagiam. Em termos econômicos, podemos afirmar que as primeiras cidades mesopotâmicas, Ur, Eridu e Uruk, tornaram-se grandes centros de redistribuição dos bens e serviços proporcionados por esses grupos diferenciados. Assim, a interação entre esses produtores especializados foi controlada por um pequeno segmento da população, inicialmente ligado ao *templo*.



O arqueólogo Gordon Childe estabeleceu dez critérios para distinguir as cidades primitivas de outros tipos de assentamentos:

1. tamanho do assentamento: a concentração de um número relativamente importante de pessoas numa área restrita;
2. especialização de agricultores e artesãos;
3. pagamento de pequenas somas como imposto a uma deidade ou rei divinizado;
4. presença de uma arquitetura monumental;
5. estratificação social e uma classe dirigente que se apoiava na produção de excedentes;
6. escrita;
7. emergência de ciências exatas e preditivas (como a Astronomia);
8. expressão artística;
9. comércio exterior para importar matérias-primas;
10. presença de classes em lugar de afiliação por parentesco.

Embora os critérios de Childe sejam parcialmente contestados por outros pesquisadores, sem dúvida podemos identificá-los nas primeiras cidades da baixa Mesopotâmia.

Como dissemos anteriormente, abordar a cidade como um elemento de certa forma isolado com o propósito de análise não implica desconsiderar que existiam íntimas relações entre a cidade e as regiões rurais que a circundavam. De fato, cada cidade tinha um território sobre o qual exercia controle e com o qual mantinha uma relação simbiótica, já que dependia dele para a sua subsistência. Os arquivos das cidades mencionam abundantemente as atividades rurais e inclusive algumas cidades, como a de Surupak, mantinham suas próprias equipes de semeadores.

O templo e o palácio

Veremos agora como surgiram duas instituições fundamentais para a organização das sociedades da antiga Mesopotâmia: o templo e, posteriormente, o palácio. Nesta aula, abordaremos exclusivamente o seu caráter de unidades produtivas e suas implicações econômicas. Em aulas posteriores, veremos essas duas instituições sob outras luzes.

Como você já viu, na passagem do quarto para o terceiro milênio nas sociedades da baixa Mesopotâmia, determinado segmento da população, inicialmente ligado ao sacerdócio, começou a concentrar poder. Esse grupo já aparece mencionado nas fontes na fase de Jemdet-Nasr (ver cronograma na Aula 4): entre eles, destacam-se funcionários, o chefe dos agentes comerciais, a suma sacerdotisa e o chefe da cidade, que também era o sumo sacerdote (chamado *en*).

A leitura das fontes permite observar o surgimento de outros elementos ligados a uma estrutura estatal incipiente: o pagamento de tributos *in natura*, isto é, em grão, e através da chamada “corvéia”, ou seja, o trabalho forçado durante um determinado período no exército ou nas obras públicas e serviços às ordens da classe dominante, recebendo uma ração de alimento em troca.

O pólo do templo foi preponderante durante longo tempo, até o surgimento de um novo pólo de poder: o palácio. Ambos os pólos, templo e palácio, estavam vinculados, mas a tendência durante o terceiro milênio foi a substituição gradual dos sumos sacerdotes por chefes que assumiram o título de “rei” ou *lugal*. No período de Akkad (2.350 a.C.), os reis assumiram caráter divino ocupando o lugar do sacerdócio, e é possível observar o aumento do controle territorial e político do palácio em detrimento do templo.

Analisando documentos do período dinástico de Lagash, em meados do terceiro milênio, alguns historiadores, dentre os quais podemos mencionar A. Schneider e o padre Anton Deimel, sugeriram que a base da economia das cidades-Estado sumérias estava organizada pela instituição do templo, que seria onipresente, englobando toda a sociedade. Essa teoria, que teve grande sucesso até a metade do século XX, foi conhecida como a tese da “economia-templo” ou “Estado-templo”. A teoria sustentava a idéia de que todas as terras cultivadas e os habitantes pertenciam ao deus patrono da cidade e estavam sob o controle do templo.

Por meio do estudo de fontes escritas da comunidade da deusa Baba, de Lagash, inferiu-se que nessa cidade, durante o reinado do rei Urukagina, o templo possuía e administrava 2.500 hectares de terra e, além disso, controlava armazéns, oficinas, animais de carga e inclusive o comércio de longa distancia, fundamental na baixa Mesopotâmia.

Na década de 1960, o trabalho de outros historiadores, como Gelb e Diakonoff, demonstrou que a tese da “economia-templo” era falsa. Sem dúvida, as sociedades da baixa Mesopotâmia tinham uma orientação fortemente teocrática, mas isso não deve conduzir a exageros. O fato de que as fontes indiquem que as cidades pertenciam

ao deus patrono não implica que o templo fosse o dono da totalidade das terras. Apoiando-se nas mesmas fontes utilizadas para construir a tese da “economia-templo”, o investigador russo Diakonoff calculou que a área total das propriedades do templo ligado à deusa Baba compreendia entre 1/6 e 1/3 da totalidade das terras da cidade-Estado.

Por outro lado, pesquisas posteriores de Diakonoff e Gelb estudaram documentos de vendas de terras de propriedade dos templos, demonstrando a existência de um amplo setor independente dessas instituições agindo na área rural, inclusive concorrendo com o templo nas mesmas atividades econômicas.

Apesar da relativização do peso do templo, e posteriormente o do palácio, como instituição centralizadora e integradora das sociedades mesopotâmicas, templos e palácios tornaram-se atores econômicos de importância, unidades econômicas em certa forma auto-suficientes que desenvolviam atividades agrícolas, mantendo rebanhos, manufaturando diversos produtos e participando ativamente do comércio, especialmente de longa distância.



Figura 5.3: Zígrate de Nanna em Ur (final do terceiro milênio a.C.).

– Os zigurates eram torres piramidais construídas junto a um templo, ou separadamente, que possuíam na parte superior um pequeno santuário.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/jmcfall/46769923>

Para esclarecer o papel do templo e do palácio na economia na baixa Mesopotâmia, consideramos úteis as idéias desenvolvidas por M. Liverani. Este historiador reconheceu duas estruturas econômicas fundamentais: o “modo de produção palatino” e o “modo de produção doméstico” ou “aldeão”. O primeiro inclui os complexos econômicos que se organizaram em volta do templo e do palácio, controlando grandes extensões de terra com seus correspondentes sistemas de irrigação, e apropriando-se de excedentes por meio da percepção de tributos e a imposição da corvéia.

Uma parte desses excedentes era redistribuída mediante a entrega de rações aos trabalhadores, o resto era utilizado para a manutenção do grupo que controlava o templo e aqueles que os serviam, e para a compra de artigos diversos, muitos deles de luxo. Com a utilização desses artigos ostentatórios, os grupos dominantes reforçavam o respeito e a admiração do resto da sociedade.

A segunda estrutura, o “modo de produção doméstico”, inclui as atividades econômicas desenvolvidas pelas comunidades aldeãs, que possuíam terras de propriedade comunal, cuja exploração se baseava no trabalho comunitário. Essas aldeias continuaram existindo e produzindo do mesmo jeito que o faziam antes. Alguns autores, inclusive, sustentam a idéia de que, além dessas duas estruturas econômicas centrais, existiriam proprietários individuais disputando a concentração de excedentes com o templo, o que parece bastante possível. Portanto, essas esferas parecem ter existido paralelamente durante um longo tempo.

No que se refere à organização do templo, o nosso principal referencial é o mencionado santuário da deusa Baba, o segundo mais importante da cidade-Estado. Além de possuir aproximadamente vinte santuários, o complexo templário incluía aproximadamente 4.500 hectares de terra, trabalhadas por 1.200 homens. As terras do templo se dividiam em três partes: aproximadamente 1/4 da terra era explorada pelo próprio templo, mediante o trabalho de escravos, mas principalmente, por algum tipo de trabalhador

dependente livre. Esses trabalhadores começaram a trabalhar nos complexos templários por diversos motivos. Alguns deles eram escravos, outros simplesmente seriam migrantes chegados de outras regiões ou camponeses que abandonaram as suas aldeias.

O resto das terras do santuário dividia-se em “terras de labor”, arrendadas a particulares em troca de uma parte da produção agrícola, e “campos de subsistência”, distribuídas entre agricultores, artesãos, escribas e outros indivíduos ligados ao templo que, além disso, recebiam uma ração em grão.

Além das terras, os complexos templários incluíam rebanhos, oficinas artesanais e reservas de pesca, e desempenhavam também um papel importante no comércio de longa distância. A sua estrutura organizacional incluía cargos como o de sacerdote-administrador, inspetores, capatazes, escribas e funcionários que se ocupavam da administração do comércio.

A estrutura de divisão de terras não ficou inalterada ao longo do período estudado. Entre o fim do terceiro milênio e o início do segundo milênio, a ação de templos e palácios na economia da Mesopotâmia restringiu-se. O palácio, que nesse momento tinha se tornado o centro das sociedades, cada vez mais complexas, deixou de administrar uma parte importante da atividade agrícola. À medida que isso acontecia, foi se desligando da obrigação de fornecer rações àqueles que lhe serviam, e foi transferindo a eles lentamente os meios de subsistência. Isso fez com que o palácio mudasse a forma de controle, passando a apoiar-se na capacidade de acumular, centralizar e distribuir recursos.

Assim, o templo, como posteriormente o faria o palácio, tornou-se um ator fundamental tanto no desenvolvimento das cidades como na criação da nova dinâmica econômica que, pela apropriação de excedentes e pela redistribuição de parte deles, estimulou a divisão do trabalho e a estratificação social.

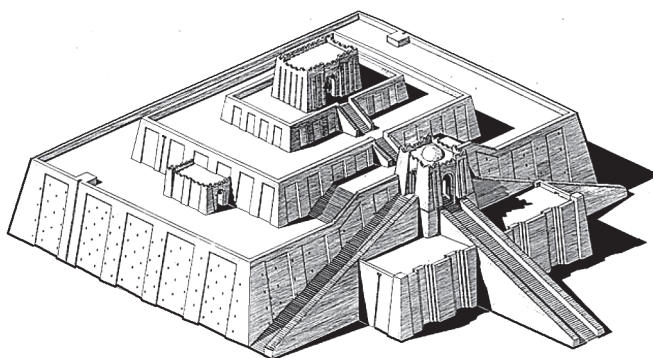


Figura 5.4: Zígrate de Nanna em Ur. – (reconstituição).



Atende ao Objetivo 2

2. Leia o seguinte texto e responda às perguntas, considerando o exposto ao longo desta aula.

Considero a sociedade urbana como uma sociedade com uma divisão do trabalho complexa, isto é, a existência de especialistas em atividades diferentes das relacionadas com a produção de bens de subsistência; com instituições que coordenam processos econômicos e, finalmente, com especialistas em tomadas de decisões que moram num centro urbano subministrando serviços específicos às regiões circundantes, como a distribuição de uma grande quantidade de bens (MANZANILLA, 1996).

Podemos considerar as civilizações da Mesopotâmia no período analisado como sociedades urbanas? Por quê?

Resposta Comentada

Sem dúvida, a partir do terceiro milênio, é possível reconhecer, nas civilizações da Mesopotâmia, as características definidas por Manzanilla. Em primeiro lugar, o aumento da produtividade agrícola permitiu que alguns membros das agrupações pudessem se dedicar

a outras tarefas, especializando-se em atividades como artesanato, metalurgia etc. Por outro lado, o templo, e posteriormente o palácio, emergiu como uma instituição capaz de coordenar os processos econômicos, inicialmente ocupando-se de forma direta da produção agrícola e da redistribuição de alimentos por meio da entrega de rações e, mais tarde, mediante o controle e a alocação de recursos. Isto foi possível justamente porque o grupo que controlava essas instituições especializou-se na tomada de decisões, e conseguiu controlar um território que excedia o da própria cidade.

RESUMO

Lidar com o âmbito do econômico em sociedades tão remotas no tempo é uma tarefa que apresenta grandes dificuldades, pois não somente nossa documentação é plena de lacunas, como também os antigos mesopotâmicos não se dedicaram à análise e à teorização de sua vida econômica *per se*. Modelos interpretativos como os apresentados nessa aula, fornecem instrumentos intelectuais e ferramentas analíticas para o seu estudo, mas há que se ter em mente, como condição prévia de todo e qualquer estudo da economia antiga, a sua natureza formal. Muito nos escapa da economia das cidades-Estado dessa região, cidades que, paradoxalmente para os nossos padrões, tinham na agricultura a atividade principal da maioria de seus membros. O mundo das cidades mesopotâmicas era, fundamentalmente, um mundo de camponeses e era, sobretudo, a terra que garantia ao ser humano os meios que lhe permitiam viver.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, trataremos das sociedades mesopotâmicas enfatizando as estruturas políticas. Você conhecerá o estado atual da pesquisa histórica sobre as formas de organização política e as principais instituições das diversas cidades-Estado.

Aula 6

Das cidades-
Estado aos
primeiros
impérios

Metas da aula

Apresentar as formas de organização política na antiga Mesopotâmia e observar a tendência à formação de organizações capazes de controlar um espaço e uma população cada vez maiores, passando das cidades-Estado sumérias aos primeiros impérios.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer o modo de organização da cidade-Estado na antiga Mesopotâmia;
2. analisar a formação dos primeiros grandes impérios da História.

Pré-requisitos

Para que você encontre maior facilidade na compreensão desta aula, é importante ter em mãos um bom dicionário da Língua Portuguesa e um atlas; também será útil consultar o quadro cronológico do final da Aula 4.

A evolução das organizações políticas

No livro *Nações e nacionalismo desde 1780*, o historiador Eric Hobsbawm propõe uma situação interessante. Suponhamos, afirma Hobsbawm, que, depois de uma guerra nuclear que culminasse na extinção do gênero humano, um historiador de outro planeta chegasse à Terra para investigar o motivo que provocou essa pequena catástrofe, registrada pelos sensores da sua galáxia. Depois de consultar bibliotecas, arquivos e vestígios arqueológicos, o observador chegará à conclusão de que seria impossível compreender os últimos séculos da história humana sem compreender o que significa o termo “nação”.

De fato, não só a imagem do extraterrestre imaginário de Hobsbawm, mas a nossa própria imagem do mundo está fortemente marcada pela existência do Estado moderno. Costumamos pensar em termos de países, Estados organizados que controlam vastos territórios e nos quais não se admite nenhum outro poder equivalente capaz de disputar a supremacia. Pensamos em funções concentradas nas mãos de uma burocracia estatal, que opera com base em códigos e leis instituídos em uma organização gerida por funcionários profissionais; em Estados que são reconhecidos como tais por outros Estados, e que exercem o monopólio dos meios de coerção dentro do território que controlam através da polícia e do exército. Pensamos em organizações políticas que têm a capacidade e a decisão de gerar nos habitantes um sentimento de “pertencer” e de criar laços de solidariedade para responder só a esse Estado; e que também possuem uma instância para a tomada de decisões importantes, que podem marcar o rumo, e para a manutenção de uma determinada ordem: um sistema de governo. Pensamos numa bandeira, numa língua, numa moeda.

A imagem que acabamos de descrever brevemente é a do chamado Estado moderno, uma organização cujas origens remontam aos séculos XV e XVI, e que foi delineada com mais precisão a partir da Revolução Francesa, em 1789. Porém, o Estado moderno

é a conclusão de um longo processo que se iniciou nas primeiras tentativas de organização dos grupos humanos. Um processo que teve avanços e retrocessos, um processo complexo que se foi construindo a partir de tentativas diferentes, que respondiam a momentos, mentalidades, realidades econômicas, ecológicas e territoriais muito diversas.

Desde que o ser humano começou a viver em grupos maiores e criou assentamentos fixos, deu início à tentativa de organizar e controlar o território, de estabelecer normas que possibilitassem a convivência e a dominação, de criar condições para a reprodução e o desenvolvimento desses grupos organizados. Essas tentativas nem sempre foram pacíficas e nem sempre foram bem-sucedidas, mas foram assentando lentamente algumas bases que se desenvolveram até transformar-se nos pilares dos nossos Estados modernos, como a lei, o exército, a burocracia e o governo.

Nesta aula, estudaremos as formas de organização política que se desenvolveram na Mesopotâmia, a partir dos primeiros assentamentos urbanos e até a formação dos primeiros impérios. Como o período abarcado é muito extenso, quase 3.000 anos, obviamente nesse processo podemos identificar momentos e direções muito diversos. Uma das características que marcam a evolução política da antiga Mesopotâmia é a alternância entre momentos de concentração de poder e construção de unidades políticas e territoriais maiores, e momentos de desordem e fragmentação, nos quais uma multiplicidade de cidades geria individualmente o seu próprio espaço e as terras e aldeias circundantes. As fontes escritas e arqueológicas apóiam essa visão. Mas, se olharmos o processo no longo prazo, é possível identificar uma tendência à criação de unidades territoriais cada vez mais amplas, numa passagem que vai das cidades-Estado aos primeiros grandes impérios.

Muitos trabalhos sobre a evolução política da Mesopotâmia têm resultado numa listagem de dinastias e reinados. Talvez isso se deva à natureza fragmentária e insuficiente das fontes de que dispomos, como as listas que relatam a ascensão e a queda das

diversas dinastias. Dada a necessidade de selecionar o nosso conteúdo, por motivos de espaço, mas também de estratégia de abordagem, escolhemos analisar dois exemplos de organização política representativos da antiga Mesopotâmia, a cidade-Estado suméria (no III milênio a.C.) e o Império Paleobabilônico (no século XVIII a.C.).

A cidade-Estado suméria

Gilgamesh, o sábio universal que conheceu todas as coisas:

Ele viu as coisas secretas e relatou o que era oculto, transmitiu-nos
um saber mais velho que o Dilúvio. Regressado de rota longínqua,
fatigado e sereno, gravou sobre estela todos seus duros trabalhos.
Mandou construir Uruk entre muralhas, e do sagrado Eanna
o tesouro maravilhoso.

(*Gilgamesh*, I)

Como você viu na aula anterior, o processo de formação dos primeiros assentamentos urbanos foi demorado, e a ausência de fontes escritas fez com que a sua reconstrução tenha sido difícil e a sua interpretação complexa, e não livre de opiniões divergentes.

As fontes escritas começam a apontar alguma luz no período protodinástico, conhecido também como época suméria arcaica ou pré-sargônida, entre 2900 e 2371 a.C. Se bem que essas fontes escritas sejam posteriores, permitem obter uma imagem bastante clara do período que aqui nos interessa. Em tal sentido, dois documentos, os *Hinos do templo* e as *Listas reais sumérias*, são de grande importância pela informação que oferecem.

O primeiro deles, os *Hinos do templo*, é uma compilação de hinos que data de 1800 a.C. e está composta por breves alocações individuais dedicadas a todos os grandes templos da região. Cada

discurso descreve o santuário e o seu deus ou deusa em linguagem figurada. No total, são 42 hinos que falam de 35 cidades (já que algumas cidades têm hinos dedicados a mais de um templo), a maioria delas na Baixa Mesopotâmia: desde Ur, Lagash e Eridu, próximas ao Golfo, até Sippar, Kazallu e Der, indo para o norte, para mencionar só algumas delas. Como afirma Postgate (1992), os hinos, bem como outros textos do mesmo período, transmitem a idéia de que nessa região existiam diversas cidades independentes e de importância similar, cada uma delas com seu santuário e a sua divindade. E as fontes arqueológicas confirmam essa concepção da Suméria como uma região em que existiam várias cidades com uma população relativamente importante e uma identidade fortemente marcada pela sua devoção a uma deidade específica.

As *Listas reais sumérias* também oferecem informação significativa, embora pareçam ter sido escritas muitos anos depois, no século XVIII a.C., e com uma finalidade muito clara: justificar as pretensões imperialistas da cidade de Isin sobre a Baixa Mesopotâmia (GARELLI, 1982). Isso faz com que devamos analisar o documento com certo cuidado. De fato, os dados que indicam a duração dos diversos reinados não são confiáveis, assim como também não resulta muito plausível a idéia de que a região teria sido anteriormente um território unificado. O que, sim, podemos deduzir da fonte é a instabilidade da região, onde as “realezas” das diversas cidades eram continuamente destituídas pela agressão militar de outras cidades, num esforço contínuo por submeter as cidades vizinhas, e onde a capacidade de controle de áreas mais vastas encontrava limites evidentes.



A região da Baixa Mesopotâmia de que estamos falando é conhecida também como Babilônia, já que esse território seria unificado politicamente sob o domínio dessa cidade em 1792 a.C, com as conquistas do Hammurabi. É denominada Suméria devido à predominância, na região, da língua e da cultura sumérias durante o período que estamos analisando.

Cada uma dessas cidades, junto com uma série de aldeias ao redor, constituía um pequeno Estado: é o que conhecemos com o nome de “cidade-Estado”. Portanto, e apesar do título desta seção, A cidade-Estado suméria, na verdade devemos esclarecer que não existiu uma cidade-Estado suméria, mas um conjunto de cidades com as suas peculiaridades, cada qual com identidade própria. Essas cidades-Estado estavam isoladas, separadas por áreas pantanosas ou desérticas mais ou menos extensas. Se bem que o isolamento tenha lhes permitido desenvolver características peculiares, esse fato não impediu que se desenvolvesse na região toda uma civilização com uma grande quantidade de elementos comuns, que inclusive se difundiria em regiões mais distantes.

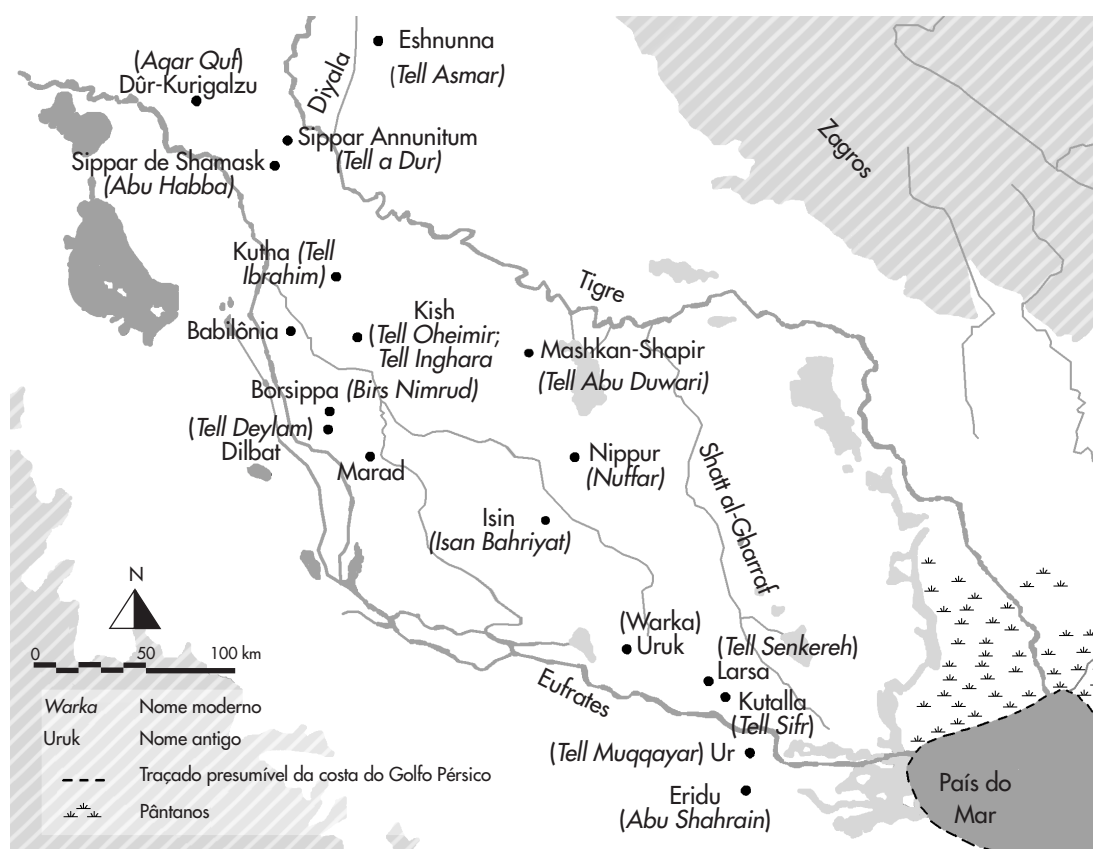


Figura 6.1: Mapa da Mesopotâmia.

No início do terceiro milênio (3.000 a.C.), é possível identificar duas linhas de cidades relativamente paralelas ao Eufrates. As fontes permitem reconhecer entre trinta e cinquenta cidades-Estado na baixa Mesopotâmia, entre as quais podemos mencionar Lagash, Nippur, Kish e Uruk, como centros urbanos de maior importância. Um fato chama a atenção no momento que estamos analisando: as cidades começaram a rodear-se de muralhas. E as muralhas, junto com os palácios e os templos, são justamente as três estruturas arquitetônicas que diferenciam as cidades sumérias.

A cidade de Uruk, por exemplo, possuía muros de 9,5km de extensão, com aproximadamente 900 torres circulares, englobando uma área de 5km², e com uma população aproximada de 40.000 habitantes (WESTENHOLZ, 2002). Segundo a tradição, quem ordenou a construção dessas muralhas foi Gilgamesh, um rei e herói legendário.



Gilgamesh é um herói que protagoniza diversos relatos épicos recolhidos por várias civilizações, com algumas variantes. A duração fantástica do seu reinado em Uruk, a sua consideração como herói sobre-humano e a sua menção nas listas reais sumérias junto às divindades fez com que, durante muito tempo, fosse considerado pelos historiadores como uma figura imaginária. Mesmo reconhecendo um grande exagero dos diversos fatos da vida do rei Gilgamesh, segundo apresentada pelas fontes, e sem que seja possível comprová-lo, muitos especialistas acreditam que o rei realmente existiu.

Mesmo que a grande maioria da população morasse nas áreas rurais, a cultura suméria era altamente urbana. Era na cidade onde se praticava o culto, que garantia a subsistência aos olhos dos seus habitantes. Era também na cidade que se organizavam o comércio exterior e as obras de infra-estrutura, como canais e diques, que permitiam a produção agrícola. A cidade subministrava proteção em caso de guerra, além de ser o lugar onde se desenvolviam as atividades artesanais e de especialização.

O rei, a assembléia e a burocracia

Para conseguir desenvolver, organizar e centralizar atividades tão diversas, as cidades sumérias contavam com uma estrutura burocrática de relativa importância. Segundo o que sabemos, essa burocracia estava formada por vários oficiais com obrigações e áreas de atuação bastante diversas e precisas. Como acontece em outros aspectos da organização, vários de seus elementos podem ser deduzidos das características que os sumérios atribuíam aos seus deuses. Em tal sentido, a especialização burocrática também se fazia presente entre os deuses, como se observa na atividade do deus Kulla, que era o patrono da fabricação de tijolos de barro.

No que se refere à tomada de decisões mais importantes, as cidades eram governadas por uma assembleia de anciãos presidida por um “grande homem” (ou *lugal*), que decidia sobre a paz e a guerra e resolvia as disputas com outras cidades. O título desse personagem variava segundo a cidade: em algumas delas era chamado *lugal*, em outras, *ensi* (palavra cuja origem desconhecemos) e às vezes ambas as denominações parecem ter sido intercambiáveis.

O fator militar pode representar um fator de peso para o surgimento dessas figuras principais, isto é, algumas delas podem ter se destacado no combate, constituindo o que Garelli (1982) denomina de uma monarquia militar. Assim, o poder militar parece ter aumentado gradativamente a sua preponderância sobre o poder religioso.

Inicialmente, o pólo dominante dentro do âmbito do Estado parece ter sido o templo, porém, ao longo do III milênio, é possível perceber o fortalecimento progressivo de outro pólo de poder, o palácio. Esses dois centros de poder não eram opostos e sim inter-relacionados, e as fontes indicam a ascensão dos senhores em detrimento das autoridades religiosas: o comando do monarca sobre as milícias, agora estáveis e diferenciadas das milícias camponesas que só eram convocadas em tempos de guerra, foi se ampliando, e as terras reais tenderam a superar as dos templos, transformando o palácio no pólo de poder mais importante da sociedade (CARDOSO, 1991).

Apesar de não possuímos informação detalhada sobre a organização do palácio, segundo o que parece, estava organizado de forma similar aos templos. A organização palacial se transformou numa organização de tipo estatal que se beneficiava do sistema de tributos *in natura*, ou seja, em produtos agrícolas, e das “corvéias”, isto é, o trabalho forçado durante um período determinado que podia ser no exército, na construção de obras públicas, em trabalhos agrícolas etc. Os textos de Shuruppak permitem concluir que o palácio estava organizado como um grande domínio territorial e que existiam diversos corpos de ofícios vinculados a ele.

Mas o fortalecimento do palácio e o lento declínio do poder dos templos não significam que o aspecto religioso da realeza fosse um elemento menor. De fato, o monarca agia como representante do deus principal da cidade, administrava os ativos da cidade e era responsável pela manutenção dos templos. Isso se expressava simbolicamente em diversas estelas comemorativas, nas quais o rei era representado carregando na cabeça uma cesta com materiais para a construção do templo. Além dos templos, o monarca era responsável pela manutenção de outras construções, como muralhas e canais de irrigação, e também agia como juiz e presidia o conselho de anciãos. Com exceção das cidades de Uruk e Lagash, a figura real não parece ter tido funções cultuais.



Figura 6.2: Estela comemorativa da reconstrução do templo de Esaglila pelo rei Assurbanipal (Babilônia, 672 a.C.), que carrega materiais para a fabricação ritual do primeiro tijolo. (Fonte: http://www.hp.uab.edu/image_archive/ue/uer.html)

No que se refere à assembleia, temos pouca informação sobre o lugar que ela ocupava na tomada de decisões e o seu mecanismo de funcionamento. Sua existência aparece indicada em diversas fontes, como os Hinos do rei Shulgi, de Ur (2050 a.C.). Nesse documento se menciona a existência de uma assembleia (*unken*) cujas decisões afetavam a totalidade do território da cidade-Estado.

Mais uma vez, os relatos mitológicos iluminam o conhecimento dos mecanismos de governo na cidade. Neles se apresenta a existência de uma assembleia dos deuses, que funcionava sob a direção dos deuses An e Enlil, patronos de Uruk e Nippur, respectivamente. Nessa assembleia, as decisões eram tomadas sempre que existisse a aprovação de todos os deuses. Os Hinos do rei Shulgi não parecem mostrar um mecanismo tão democrático. Nesse texto, o rei afirma: “Na assembleia, eles me escutam” (WESTENHOLZ, 2002), o que pode conduzir a pensar que o organismo poderia ter sido simplesmente consultivo. Mesmo assim, provavelmente o rei devia persuadir a assembleia para contar com a sua aprovação. Novamente destacamos o estado fragmentário das evidências, que permitem diversas leituras, muitas delas divergentes, e dificultam a construção de um consenso entre os pesquisadores.

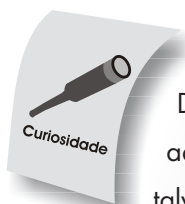
Além dos mecanismos de governo de cada cidade-Estado, as cidades sumérias integravam uma espécie de confederação sem uma estrutura de funcionamento muito rígida. Na assembleia dessa confederação participavam os reis de cada cidade, e ela era presidida por um dos reis que ocupava o lugar de cabeça da assembleia com o título de *lugal*. Segundo o que pode se deduzir da análise das fontes, o *lugal* cumpria funções de culto nos festivais religiosos e mediava as disputas entre as cidades, em tempos de paz. Em tempos de guerra, coordenava as atividades militares em caso de invasões externas. Aparentemente, a base dessa espécie de confederação era uma cultura comum, e a consciência dessa unidade pode se observar no fato de que existia, tanto em língua suméria como acadiana, um termo para referir-se, como um todo, à planície que incluía as cidades-Estado sumérias: *kalam* (o país) (POSTGATE, 1992).

O fim das cidades-Estado sumérias

Como dissemos no início desta aula, na antiga Mesopotâmia houve uma tendência à unificação política e à criação de organizações capazes de controlar territórios cada vez maiores. Assim, em 2330 a.C., as cidades-Estado sumérias sucumbiram perante a conquista do rei Sargão, do Akkad, uma região localizada no extremo nordeste da Babilônia. O rei Sargão venceu o Lugal-zagesi e os outros cinquenta reis que o acompanhavam no campo de batalha.

Mesmo considerando que os acadianos eram um povo de língua semita, não podemos considerar que a conquista tenha sido resultado de conflitos étnicos. Os grupos semíticos parecem ter tido uma presença constante na Mesopotâmia, e os movimentos migratórios parecem ter sido constantes e nem sempre violentos. Uma vez derrotado o Lugal-zagesi, Sargão teve de vencer uma a uma a maioria das cidades sumérias, unificando o território e controlando-o por intermédio de um poder central. Embora não se saiba exatamente onde ficava a capital do império, Agade, possivelmente estava localizada nas proximidades de Kish. O império de Sargão não tinha limites muito precisos e dependia, basicamente, das possibilidades de controle administrativo; era, portanto, bastante vulnerável.

Sargão, também chamado às vezes Sargão, o Velho, foi um personagem de grande importância na história da Mesopotâmia. A sua história de conquistas bem-sucedidas o transformou em uma figura mítica, herói de muitos relatos épicos.



Dentro das lendas que se escreveram a respeito de Sargão, aqueles episódios que correspondem a sua infância são, talvez, os mais curiosos. A lenda diz que o pai de Sargão era desconhecido e a mãe, uma sacerdotisa. Nascido numa pequena aldeia às margens do rio Eufrates, Sargão teria sido abandonado pela mãe que, para livrar-se dele, colocou-o dentro de um cesto e o jogou nas águas do rio. Ele foi recolhido por um horticultor que o criou e lhe ensinou o seu ofício. A semelhança com a lenda de Moisés mostra, mais uma vez, a existência de coincidências entre a Bíblia e algumas lendas da antiga Mesopotâmia.



Atende ao Objetivo 1

1. A seguir apresentamos dois fragmentos do prólogo do Código de Hammurabi. Leia-os atentamente e, depois de observar com atenção as **Figuras 6.2 e 6.3**, mais adiante nesta aula, responda às perguntas.

Quando o sublime Anum, rei dos Anunnaku, (e) Enlil, o senhor do céu e da terra, aquele que determina o destino do país, assinalaram a Marduk, filho primogênito de Ea, a dignidade de Enlil sobre todos os homens, (quando) eles o glorificaram entre os Igigu, (quando) eles pronunciaram o nome sublime de Babel (e) a fizeram poderosa no universo, (quando) estabeleceram para ele e seu meio uma realeza eterna, cujos fundamentos são firmes como o céu e a terra, naquele dia Anum e Enlil pronunciaram o meu nome, para alegrar os homens, Hammurabi, o príncipe piedoso, temente a

deus, para fazer surgir justiça na terra, para eliminar o mau e o perverso, para que o forte não oprima o fraco, para, como o sol, levantar-se sobre os cabeças-pretas e iluminar o país.

Quando o deus Marduk encarregou-me de fazer justiça aos povos, de ensinar o bom caminho ao país, eu estabeleci a verdade e o direito na linguagem do país, e promovi o bem-estar do povo (BOUZON, 2003).

- a. Como se manifesta o aspecto religioso na legitimação do poder dos reis das cidades-Estado e dos primeiros impérios da antiga Mesopotâmia?
- b. Qual era a relação que os reis demonstravam ter com os deuses, segundo o que se deduz tanto dos textos como das imagens?

Respostas Comentadas

a. Por meio da leitura do prólogo do Código de Hammurabi, é possível observar que o rei justificava o seu direito divino ao trono, isto é, afirmava ter sido escolhido pelos deuses Anum e Enlil para fazer justiça na terra e defender o povo dos abusos, promovendo o seu bem-estar. Dessa forma, estabelecendo um vínculo entre ele e os deuses, legitimava a sua origem e se colocava no papel de intermediário entre os deuses e os homens.

b. Tanto na imagem do rei Assurbanipal como na imagem que aparece na estela do Código de Hammurabi, podemos observar que os reis se colocam numa posição de submissão. Seja carregando simbolicamente materiais para a construção do templo (**Figura 6.1**), como recebendo ajoelhado as insígnias do poder (**Figura 6.3**), o rei se mostrava como um servidor do deus, e não como o próprio deus, como era o caso, por exemplo, dos faraós egípcios.

O Império Paleobabilônico

Depois do Império de Akkad, houve novas tentativas de unificação conduzidas por outras cidades, como Ur, ou até por novas potências, como a Assíria, no norte da Mesopotâmia. Mas agora centraremos o nosso foco no reino da Babilônia.

Na primeira metade do segundo milênio, um grupo nômade amorita fixou-se num lugar chamado Babila (traduzido nas línguas modernas como Babel), às margens do Eufrates. Longe de aceitar a hegemonia das cidades de Isin e Larsa, Sumuabum, um líder amorita, começou um processo de expansão geográfica. Seu sucessor, Sumula'el, consolidou definitivamente o seu controle sobre as cidades vizinhas e a independência política de Babel, estabelecendo as bases para a continuação de uma dinastia que durou aproximadamente 300 anos. Os novos habitantes parecem ter adotado rapidamente a cultura acádica, o que se torna evidente observando os nomes adotados pelos reis. Esse padrão mostra, mais uma vez, que a chegada de grupos migratórios, mesmo sendo contínua, nem sempre provocava mudanças culturais profundas.

Em 1792 a.C., chegou ao poder Hammurabi (ou Hammurapi), que conseguiu manter a sua autonomia política graças a uma grande habilidade que lhe rendeu alianças poderosas, podendo assim reunir sob seu controle quase toda a Mesopotâmia ao finalizar seu reinado. Além de um grande estrategista e conquistador, Hammurabi foi um excelente administrador que foi construindo o seu império através de campanhas militares, mas também de obras de infra-estrutura e reformas administrativas. Um exemplo são as suas obras hidráulicas para melhorar a navegação e a irrigação, que permitiram um aumento significativo no comércio e na produção agrícola.

Entre as principais preocupações do rei estava a implantação do direito e a ordem no país. Um dos documentos mais completos para compreender a obra legislativa de Hammurabi é o seu conhecido código. Mesmo que os especialistas não considerem que o Código

de Hammurabi fosse um corpo de leis semelhante aos nossos códigos modernos, mas uma estela de tipo comemorativo, sem dúvida demonstra a iniciativa do rei de unificar a legislação existente em todo o território controlado por meio das suas conquistas militares. Como afirma Garelli (1982), o código não atende a preocupações de promoção social, mas de regulamentar a ordem social estabelecida.



O exemplar mais conhecido do Código de Hammurabi é o gravado numa estela de pedra (diorito) de 2,25 metros de altura, encontrada por uma expedição arqueológica francesa na cidade de Susa. Na parte superior da estela encontra-se um alto-relevo em que se vê um homem, o rei, em atitude humilde diante de uma divindade, o deus solar Shamash. Essa divindade, que aparece sentada em um trono, entrega ao rei as insígnias do poder. Na parte inferior encontra-se uma inscrição com uma extensão de 51 colunas escritas com sinais cuneiformes do período paleobabilônico. A estela de pedra encontra-se atualmente no Museu do Louvre, em Paris, França. Podemos classificar as 282 leis que apresenta o código da seguinte forma:

Leis 1-5: Determinam as penas a ser impostas em alguns delitos praticados durante um processo judicial.

Leis 6-126: Regulam o Direito patrimonial.

Leis 127-195: Regulam o Direito de família, filiação e heranças.

Leis 196-214: Determinam as penas para lesões corporais.

Leis 215-240: Regulam os direitos e obrigações de algumas classes de profissionais.

Leis 241-277: Regulam preços e salários;

Leis 278-282: Contêm leis adicionais sobre a propriedade de escravos.

O sistema administrativo do reino era bastante centralizador, como se evidencia num grande volume de correspondência; o rei mantinha firmemente em suas mãos o controle do poder. Justamente por intermédio da correspondência de Hammurabi com alguns governadores provinciais, como Shamash-hasir, conhecemos a forma de exploração das terras reais. Uma parte das terras do palácio era distribuída entre os funcionários para sua exploração como forma de pagamento através do sistema chamado *ilkum*. Outra parte das terras era explorada pelo próprio palácio (sistema *biltum*) e trabalhada pelos lavradores independentes que cumpriam a “corvéia real”. Além dessas duas modalidades de exploração, mantinha-se certa quantidade de terras para ser incorporada indistintamente a um dos sistemas anteriores. Essas terras eram outorgadas a colonos que as trabalhavam em troca do pagamento de um tributo *in natura*. Embora o palácio fosse proprietário de imensa quantidade de terras, é possível reconhecer também a presença de propriedades privadas. Prova disso são diversos documentos que testemunham a venda de terras por parte do próprio rei para cidadãos de Sippar.



Figura 6.3: Estela do Código de Hammurabi: o deus solar Shamash, sentado num trono, entrega ao rei Hammurabi as insígnias do poder.

No aspecto econômico, houve um importante desenvolvimento das transações creditícias e mercantis, mesmo não existindo moeda cunhada. Uma figura de grande importância na sociedade babilônica era o *tamkarum*, um tipo de vendedor itinerante que possuía uma organização de agentes que prestavam serviços para ele. Ele vendia produtos e efetuava empréstimos de dinheiro. Além dos seus negócios particulares, o *tamkarum* também fazia parte de uma organização governamental que possuía um síndico, o *wakil tamkari*, responsável por várias tarefas administrativas como a arrecadação de taxas e a realização de compras por parte do poder central.

A necessidade de regulamentar as atividades particulares e manter a paz social fez com que Hammurabi publicasse diversos decretos para regulamentar as atividades dos arrendatários e outros trabalhadores agrícolas, controlar o preço do aluguel de animais e materiais de cultivo e regularizar as transações comerciais. Em certos casos, como catástrofes naturais ou momentos de inquietação social, o rei podia decretar o *misharum* (justiça), uma espécie de edito que perdoava as dívidas e anulava a escravidão por dívidas, protegendo o pequeno proprietário que devia ocupar um lugar de importância na sociedade (CARDOSO, 1991).

É interessante destacar outros dois aspectos do Império Paleobabilônico. O primeiro está relacionado com a crescente importância da escrita na organização do Estado. O importante volume de correspondência e as tentativas de codificação do Direito demonstram que a escrita foi ocupando um papel cada vez mais importante na regulamentação do funcionamento de sociedades, que se tornavam cada vez mais complexas. Ao mesmo tempo, essa utilização da escrita permitia aos reis “construir” uma determinada ordem do mundo e legitimar o seu poder como representante dos deuses.

O segundo aspecto que queremos destacar diz a respeito à natureza dos Estados mesopotâmicos. Como afirma Garelli (1982, p. 133), seus territórios não estavam definidos por fronteiras étnicas e lingüísticas precisas; as que porventura existissem não correspondiam a realidade alguma, se não fosse o poder de expansão militar dos

monarcas. Assim, as populações dentro do Império falavam várias línguas semíticas (babilônio, assírio etc.) e não eram homogêneas, e a influência do poder central diminuía à medida que aumentava a distância do centro; inclusive, regiões mais distantes, mas dentro do Império, eram percorridas por nômades amoritas e hurritas sem controle algum.

Em resumo, o Império Paleobabilônico não parece ter provocado uma revolução no mapa da Mesopotâmia em termos de eficiência do Estado: simplesmente a habilidade do monarca para agir e a sua capacidade militar foram os motores da expansão. Porém, o reino da Babilônia não tinha bases suficientemente fortes para subordinar os seus vizinhos de forma duradoura nem de incluí-los numa estrutura estatal nova.



Figura 6.4: Império de Hammurabi.

A queda do Império Paleobabilônico

Por volta de 1700 a.C. ocorreram importantes movimentos migratórios na Mesopotâmia. Esses movimentos, mal conhecidos, duraram aproximadamente duzentos anos. O nono ano do reinado do sucessor de Hammurabi, Samsu-iluna (1740 a.C.), é conhecido como "o ano dos invasores cassitas". Mesmo quando alguns ataques foram aparentemente repelidos, finalmente a Babilônia foi ocupada. Essa ocupação foi precedida por uma penetração pacífica de vários grupos e indivíduos isolados. Se bem que a presença cassita pode ter tido um papel desestabilizador, não é possível identificar diretamente a queda da Babilônia com a ação desse grupo; ela foi obra do rei hitita Mursili I (aproximadamente 1620 a.C.). Temos pouca informação a respeito do processo de queda do Império Paleobabilônico, já que as fontes escritas disponíveis foram se reduzindo até quase desaparecer e só ressurgiriam algum tempo depois. Talvez, como sugerem alguns autores, os novos dominadores da região fossem mais atrasados e, portanto, não deixaram documentos escritos desse período específico.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 2

Leia atentamente a citação e, considerando o conteúdo desta aula e das anteriores, responda à pergunta:

Falando sobre a antiga Mesopotâmia, Potts (1994, p. 236) afirma:

[...] a escrita acelerou os processos de elaboração social, econômica, religiosa e inclusive tecnológica até extremos nunca vistos. A escrita permitiu colocar novas soluções

administrativas aos problemas organizacionais ao alcance dos administradores de terras públicas e privadas, o que deu início a uma nova série de experimentos relacionados com a organização de grupos humanos [...].

Indique um ou mais exemplos da forma como a escrita impulsionou o aperfeiçoamento e a consolidação das primeiras organizações estatais na antiga Mesopotâmia.

Resposta Comentada

A escrita foi um instrumento muito significativo para o desenvolvimento de organizações sociais cada vez mais complexas e para o controle de territórios cada vez mais extensos.

Inicialmente, foi essencial na administração das primeiras organizações: o templo e o palácio. De fato, o controle das grandes extensões de terra que esses pólos de poder possuíam era altamente complexo, já que exigia o registro da distribuição da terra, dos tributos devidos, do grão que se guardava nos depósitos reais etc. Na medida em que as organizações estatais foram controlando territórios cada vez maiores, a escrita tornou-se um instrumento essencial para a manutenção do controle, superando a distância. Um exemplo disso, como vimos, é a extensa correspondência entre Hammurabi e os seus governadores.

Por outro lado, a escrita permitiu realizar tentativas de homogeneização e fixação do Direito e serviu como um instrumento eficaz para que os reis legitimassem seu poder a partir de uma suposta origem divina do direito a governar.

Considerações Finais

Na medida em que as sociedades da antiga Mesopotâmia foram tornando-se mais complexas, desenvolveram novos meios de controlar e administrar o território e as relações com os habitantes. A cada nova conquista, quando o número de habitantes crescia devido a guerras ou migrações, sempre que a Natureza colocava obstáculos, como secas ou inundações, os governantes e as suas organizações burocráticas deviam criar soluções para responder a esses desafios.

Dessa forma, da cidade-Estado suméria até os primeiros impérios, é possível observar um processo que, alternando momentos de unificação e fragmentação, foi assentando aos poucos as bases para o funcionamento de sociedades cada vez mais organizadas e capazes de controlar com maior efetividade territórios e populações.

Aula 7

Organização
social e cultura:
Direito, religião,
arte e literatura

Meta da aula

Apresentar as formas de organização social na antiga Mesopotâmia e alguns elementos culturais que caracterizaram as sociedades:
o Direito, a religião, a arte e a literatura.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer a organização social das civilizações da antiga Mesopotâmia;
2. identificar o Direito, a religião, a arte e a literatura dessas sociedades.

Pré-requisitos

Para que você encontre maior facilidade na compreensão desta aula, é importante ter em mão um bom dicionário da Língua Portuguesa e um atlas; também será útil consultar o quadro cronológico do final da Aula 4.

INTRODUÇÃO

Organização social e cultura

Como dissemos anteriormente, um dos pontos mais interessantes das civilizações da antiga Mesopotâmia é o fato de que foi nessa região e no período que estamos estudando que, pela primeira vez, surgiram cidades e que, portanto, grupos humanos cada vez mais numerosos foram obrigados a compartilhar um território comum e a organizar-se para conviver.

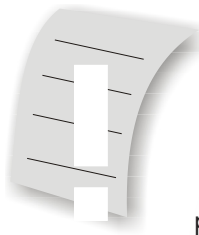
Essa organização não surgiu de forma espontânea nem livre de conflitos. Muito pelo contrário, as lutas entre diversos grupos tiveram como resultado uma cristalização, mesmo que provisória, de certas relações de poder que se plasmaram em formas culturais e institucionais, no Direito, na religião, na literatura, no modo de ver e compreender o mundo. Portanto, abordaremos aqui essas criações humanas, não como elementos separados da esfera social, mas como um processo central da conformação das sociedades, um espaço de luta social e política.

Antes de começar a abordar essas criações culturais, é bom lembrar que a descoberta da escrita ocupou um lugar de destaque nesse processo. Foi por meio dela que os homens conseguiram organizar a produção, regular o comportamento por meio do Direito e criar obras capazes de expressar a sua visão de mundo. Foi com a ajuda da escrita que os templos e os palácios puderam contabilizar seus bens, calcular o grão armazenado, organizar a cobrança dos tributos. E foi também em grande parte por meio dos testemunhos que ela permitiu que os historiadores compreendessem importantes elementos de civilizações de períodos tão longínquos como o terceiro milênio antes de Cristo. Assim, a reflexão sobre o lugar ocupado pela escrita na antiga Mesopotâmia permite pensar nela em termos similares ao desenvolvimento da burocracia do palácio ou das obras hidráulicas para conter as enchentes ou assegurar o abastecimento de água, isto é, como uma invenção à procura de soluções inéditas e originais para resolver os problemas enfrentados pelas sociedades pela primeira vez.

Porém, mais uma vez, devemos destacar o fragmentário de nossas fontes devido a que, como a escrita era usada especialmente para administrar os palácios e templos, as comunidades aldeãs, com suas manifestações culturais e formas de organização próprias, continuam sendo muito mal conhecidas.

O Código de Hammurabi: o Direito como cristalização de uma ordem social

A importância conferida ao Direito foi uma importante característica da civilização mesopotâmica que, nos três milênios em que se desenvolveu, criou os mais antigos códigos legais conhecidos: Ur-Nammu (2100 a.C.), Lipit-Ishtar (1930 a.C.), as Leis de Eshnunna (1800 a.C.) e o Código de Hammurabi (1750 a.C.). O surgimento do Direito foi impulsionado pelo desenvolvimento de sociedades cada vez mais complexas: a divisão social do trabalho e as novas organizações de tipo estatal fizeram com que surgisse a necessidade de regulamentar a ordem estabelecida. Para isso, era preciso obter certa uniformidade de comportamento, indispensável para o funcionamento dessas sociedades complexas. Além disso, os novos Estados precisavam legitimar continuamente suas ações, seu direito a arrecadar impostos e o monopólio da utilização da força, diferenciando-se e situando-se por cima de outros grupos poderosos.



Segundo Wolkmer (p. 20),

Na maioria das sociedades remotas, a lei é considerada parte nuclear de controle social, elemento material para prevenir, remediar ou castigar os desvios das regras prescritas. A lei expressa a presença de um direito ordenado na tradição e nas práticas costumeiras que mantêm a coesão social.

Mais uma vez, a escassez de fontes e a estratégia de abordagem fazem com que devamos concentrar-nos num dos documentos jurídicos melhor conhecidos da antiga Mesopotâmia, o Código de Hammurabi, que leva o nome do governante que expandiu e consolidou o Império Paleobabilônico em 1750 a.C, aproximadamente. Antes de abordar alguns detalhes do Código de Hammurabi, devemos dizer que não se trata do primeiro código de leis (e nem mesmo de um verdadeiro código, como veremos a seguir). Embora seja o mais extenso e conhecido, esse código não constitui o corpo legal mais antigo de Oriente antigo. Como antecedente, podemos mencionar as inscrições de Urukagina, em Lagash, no III milênio, que, se bem não transmitem propriamente leis ou normas legais, apresentam medidas sociais adotadas para coibir os abusos e corrigir determinadas injustiças. Podemos citar também o corpo de leis mais antigo conhecido até o momento, as leis de Ur-Nammu, que datam de 2100 a.C.

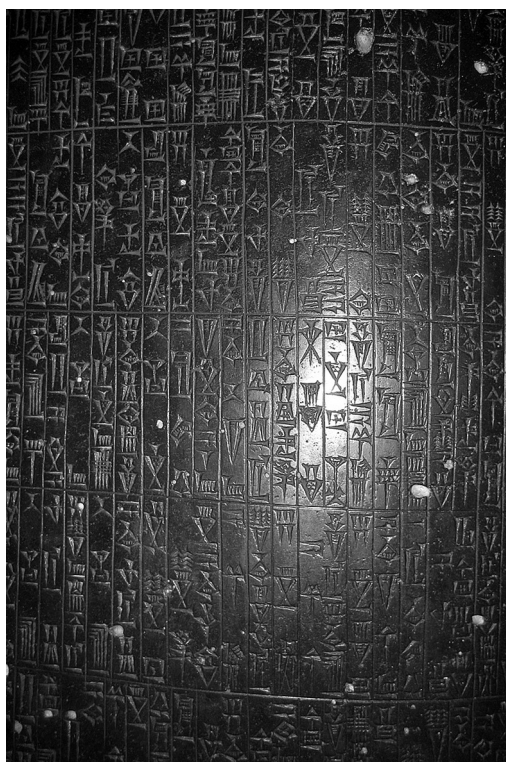


Figura 7.1: Código de Hammurabi (detalhe).

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/wallyg/1497561501/>

O Código de Hammurabi obedeceu ao desejo de um governante de uniformizar, do ponto de vista da ordem jurídica, um vasto império num momento de consolidação. O código estava dividido em três partes: um prólogo, um conjunto de leis e um epílogo. Como você viu na aula anterior, o melhor exemplar que chegou até nós encontra-se gravado numa estela de pedra, atualmente no Museu do Louvre, em Paris. Na parte inferior da imagem de Hammurabi recebendo as insígnias reais do deus Shamash, encontra-se uma inscrição com uma extensão de 51 colunas escritas com sinais cuneiformes do período Paleobabilônico. A estela apresenta uma rasura na parte inferior, provavelmente provocada no traslado do monumento para Susa, quando a Babilônia foi assediada e destruída, no século XII a.C. O epigrafista Scheil conseguiu identificar na estela 282 parágrafos que começam pela partícula acádica *summa* (se), e apresentam casos determinados e as penalidades correspondentes a ser impostas em alguns delitos praticados durante um processo judicial. Os casos abrangem muitas áreas que vão desde o Direito patrimonial, o Direito de família, filiação e heranças; os direitos e obrigações de algumas classes de profissionais; preços e salários até leis adicionais sobre a propriedade de escravos.

O código divide a sociedade babilônica em três grupos. Os homens livres (*awilum*) constituíam o grupo majoritário. Entre eles eram recrutados os sacerdotes, os funcionários, os escribas, os militares etc. Esse grupo também incluía os simples camponeses. A camada minoritária da população era formada pelos escravos (*wardum*/masculino – *amtum*/feminino). Estes não parecem ter ocupado um lugar de importância na sociedade babilônica. Do terceiro grupo, denominado *muskenum*, não temos muita informação. Segundo Bouzon (1976), parecem conformar uma camada da população babilônica situada entre os homens livres e os escravos, com uma forte dependência do palácio. Esses diferentes grupos tinham deveres, direitos e privilégios diferenciados. Uma pessoa do grupo dos *muskenum*, por exemplo, era livre, mas um delito cometido contra ela recebia punição menos severa que um delito contra um membro do grupo dos *awilum*. Os escravos, mesmo podendo ser comprados, vendidos e marcados, não eram

considerados como coisas e possuíam certos direitos como desposar uma mulher livre, possuir bens ou iniciar uma ação na justiça. Além disso, não se tratava de um grupo rígido e fechado, já que existia a possibilidade de libertação (GARELLI, 1982).

Não devemos esquecer, porém, que o quadro da organização sociojurídica que permite inferir o código está incompleto, já que só se mencionam aquelas categorias jurídicas que possuíam uma situação jurídica definida pela lei. Outros grupos da população não tinham um estatuto jurídico definido. Referimo-nos aos prisioneiros de guerra (*asiru*) e aos deportados, que eram verdadeiros escravos obrigados à prestação de serviços ao Estado sem receber nenhuma compensação.



As leis agrupadas no Código de Hammurabi abordam temas muito díspares. Como exemplo, transcrevemos a continuação das três leis. A primeira delas (Lei 6) refere-se à regulamentação do Direito patrimonial:

Se um *awilum* roubou um bem (de propriedade) de um deus ou do palácio: esse *awilum* será morto; e, aquele que recebeu da sua mão o objeto roubado, será morto.

A segunda lei que transcrevemos a seguir (Lei 142) encontra-se na seção que regulamente o Direito de família, filiação e herança:

Se uma mulher tomou aversão a seu esposo e disse-lhe: 'Tu não terás relações comigo', o seu caso será examinado em seu distrito. Se ela se guarda e não tem falta e o seu marido é um saídor e a despreza muito, essa mulher não tem culpa, ela tomará seu dote e irá para a casa de seu pai.

A terceira lei se inclui nas leis que regulam algumas das profissões (Lei 229):

Se um pedreiro edificou uma casa para um *awilum*, mas não reforçou o seu trabalho e a casa que construiu caiu e causou a morte do dono da casa, esse pedreiro será morto (BOUZON, 1976).

Inicialmente acreditou-se que o Código de Hammurabi constituía uma codificação do Direito consuetudinário (fundado nos costumes), um verdadeiro livro de leis que todos os juízes deveriam seguir em suas sentenças. Posteriormente, diversos trabalhos de pesquisa concluíram que o texto não se enquadra no que hoje conhecemos como código (como sustentam alguns autores, essa preocupação teria surgido só duzentos anos atrás). Kraus, inicialmente, e Bottéro, mais tarde, sustentaram a teoria, bem aceita, de que o texto seria simplesmente um conjunto de “justas sentenças” proferidas pelo próprio Hammurabi. Porém, alguns autores sustentam a teoria de que seria possível exigir a aplicação das leis enunciadas no código. Portanto, podemos nos perguntar: Qual foi a finalidade do texto? Tudo parece indicar, como afirma Zaccagnini (1988), que os “códigos” emoldurados por um prólogo e um epílogo não pertencem ao âmbito dos textos jurídicos senão ao das inscrições reais comemorativas, cuja finalidade principal era de caráter propagandístico.

A estela é uma inscrição real com o objetivo de celebrar o rei, como garante a justiça do país. A idéia de uma estela supera o simples texto: também pode ser vista como um símbolo de poder, do poder do domínio da escrita como uma forma de ordenar a sociedade. Nesse ordenamento, Hammurabi ocupa o seu lugar como representante dos deuses na terra, como uma amostra mais do caráter divino da monarquia e de um pensamento em que a religião ocupava um lugar central e indivisível, penetrando em todos os setores da vida social.



Figura 7.2: Estela do Código de Hammurabi – Museu do Louvre.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/wallyg/1498420246/>



Atende ao Objetivo 1

1. Leia o fragmento a seguir e responda às perguntas:

A ideologia estrutura sistemas de crenças, conhecimento e valores que servem para legitimar um determinado conjunto de interesses [...]. A ideologia funciona mascarando, naturalizando ou fazendo ostentação de uma determinada visão de mundo. A ideologia é apresentada às pessoas não só nas formas intangíveis das idéias, mas também através de produtos materiais, incluindo artefatos, a escrita e monumentos, ajudando a concretizar determinadas relações sociais. As expressões materiais são especialmente efetivas, já que continuam apresentando mensagens ideológicas muito depois de terem sido fabricadas (POLLOCK, 1999, p. 173-174).

- a. Por que o Código de Hammurabi foi gravado em uma estela de pedra e não simplesmente em tábuas de argila?
- b. Qual pode ter sido o papel da arquitetura monumental na legitimação de um conjunto de interesses, como se indica no texto anterior?

Respostas Comentadas

a. Como dissemos anteriormente, as pesquisas mais recentes concluíram que o Código de Hammurabi não pode ser considerado propriamente como um código. Portanto, se aceitarmos as opiniões dos historiadores no sentido de que a estela achada em Susa seria um monumento propagandístico, podemos considerá-lo como um objeto material com uma função ideológica clara, a de reforçar a legitimidade de Hammurabi como monarca. Assim, o rei aparece, tanto no texto como na imagem gravada na parte superior da estela, como representante direto do deus Shamash e encarregado de repartir justiça na terra.

b. No mesmo sentido, a arquitetura monumental tanto de templos como de palácios teria um objetivo similar: o de demonstrar aos súditos o poder do monarca e a sua legitimidade como garantia da ordem do universo. Em um mundo onde a grande maioria das pessoas era analfabeta, esse tipo de obra tem um peso maior, ainda mais levando em consideração que a sua construção demandava não só conhecimento, mas também a capacidade de mobilizar grandes contingentes de trabalhadores.

A invenção dos deuses

A diferença das nossas sociedades atuais julga impossível considerar a religião na antiga Mesopotâmia como um elemento separado do resto das esferas da sociedade, como a política e o Direito. A **religião** estava presente em todos os âmbitos e constituía o núcleo da visão de mundo, do modo que as pessoas explicavam a origem e o funcionamento das coisas, desde as enchentes até as leis e a legitimidade dos monarcas. De certa forma, permeava as decisões políticas e econômicas, já que a visão de mundo dos habitantes da antiga Mesopotâmia via as forças da Natureza e as ações humanas e divinas como elementos intimamente vinculados.

Religião

É uma palavra difícil de definir. O termo provém do latim *religio*, embora para os romanos a palavra não possuisse a acepção moderna do termo já que, apesar de referir-se a uma série de observâncias e regras que deviam ser cumpridas, não mencionava nem a adoração das divindades, nem a celebração das festas nem muitos outros elementos que hoje associamos ao termo. De fato, nenhuma civilização antiga, nem a egípcia nem a grega nem a romana, tem um nome que defina o conceito de religião. Do ponto de vista funcional, podemos mencionar a definição de Brelich (CARDOSO, 1999, p. 10), que identifica a religião como:

[...] um tipo dado de esforço criador realizado por distintas sociedades humanas, mediante o qual estas pretendem obter o controle daquilo que, em sua experiência concreta da realidade, parece escapar aos meios humanos restantes de controle.

Como você viu nas aulas anteriores, a grande quantidade de povos e a grande área geográfica dificultam o delineamento de um panorama de religião da antiga Mesopotâmia. Perante esse panorama, os pesquisadores adotaram duas posições. Vários deles sustentam que seria impossível estudar a religião da região procurando uma caracterização comum. A outra forma de abordar o assunto, que é a escolhida nesta aula, é sublinhar os elementos unificadores, isto é, considerar que à margem da multiplicidade de cidades, da presença de duas línguas (sumério e acádio) e de diversos povos, podemos centrar o nosso foco na unidade étnica (CARDOSO, 1999).

Os estudiosos foram capazes de identificar um grande número de deuses e deusas na Mesopotâmia. Alguns deles eram considerados mais importantes do que outros, e a popularidade e importância deles variava de região para região. O fato de a Mesopotâmia ser uma área de migrações e trocas culturais fez com que a religião fosse um elemento cultural altamente variável. Os nomes dos deuses, bem como suas características e principais atributos, sofriam contínuas mudanças, muitas vezes amalgamando-se e fusionando-se, o que dificulta a identificação clara do panteão ou conjunto de divindades, que incluía mais de 3.000 deuses.

Henoteísmo

Segundo Müller (1823-1900), orientalista alemão, forma de religião em que se cultua um só Deus sem que se exclua a existência de outros. *Dicionário Aurélio Século XXI.*

Já no terceiro milênio, cada cidade tinha seu deus patrono, com o seu templo correspondente, além de templos para outras divindades secundárias. Isso significa que, mesmo sendo politeístas, é possível identificar nos habitantes da antiga Mesopotâmia uma tendência ao avanço do **henoteísmo** (CARDOSO, 1999).

Os deuses da antiga Mesopotâmia eram antropomórficos, apresentados como figuras masculinas ou femininas, com um tamanho gigantesco e um poder superior ao dos homens comuns. Apesar dessas características, nos relatos míticos eles apresentavam muitos elementos humanos, como a inveja, a ira, brigas etc. Nas representações, os deuses sempre apareciam usando algum elemento diferenciador, como um capacete ou uma coroa, e às vezes eram representados de forma não-antropomórfica, como o sol, a lua crescente etc.



Figura 7.3: Representação de Marduk, deus principal da Babilônia.

Os deuses eram agrupados por famílias e por funções, isto é, deuses ministros, porteiros, mães, carregadores, etc. Um grupo de três deuses, ou tríade, era considerado como os deuses principais: An ou Anu (deus do céu e pai dos deuses), Enlil (deus do ar, guerreiro e legislador) e Enki (deus da água)



Figura 7.4: Representação do deus Enki (sentado, à direita).

Embora os atos de adoração se realizassem em lugares diversos, como capelas pequenas e oratórios domésticos, o lugar principal onde se desenvolvia o culto era o templo. Portanto, a religião centrada no templo girava em torno de rituais em festivais e da adoração da estátua do deus ou deusa. O templo era a morada dos deuses na terra, e a sua representação era uma estátua que recebia a adoração dos homens por meio das ações dos sacerdotes. Justamente esse era o núcleo do culto: o serviço e adoração da estátua divina (CARDOSO, 1999). Os sacerdotes vestiam, alimentavam e presenteavam os deuses fazendo oferendas de alimentos e libações das bebidas mais finas e caras. Às vezes os reis participavam do culto.

Inicialmente, os templos eram pequenos e construídos de tijolos (lembramos que a pedra era um material inexistente na região, e eles deviam ser importados de outras áreas). No terceiro milênio começam a aparecer templos mais importantes que incluíam, além do espaço para adoração da estatua do deus, diversas outras dependências, constituindo verdadeiros complexos amuralhados. Nesses complexos, o templo adquire uma arquitetura particular, a do chamado zigurate. Os zigurates eram estruturas sólidas de tijolos sem espaços internos. Para os rituais, os sacerdotes subiam utilizando rampas ou, às vezes, escadas encostadas. Se bem que vários estudiosos discordam das suas funções, a função ligada ao culto e testemunhada por diversos cilindros e selos que mostram cenas de adoração ligadas a símbolos divinos e aos zigurates (CARDOSO, 1999).

No que se refere à morte, os antigos habitantes da Mesopotâmia parecem ter acreditado que a morte fazia com que os homens voltassem a fazer parte da matéria original, o barro, do qual teriam sido criados. Em termos gerais, a morte é vista de forma negativa, como uma versão empobrecida da vida.

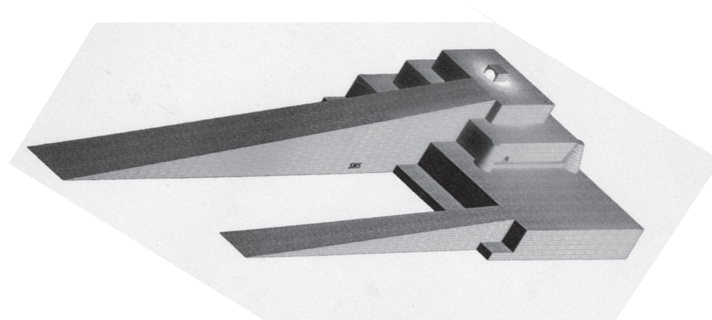


Figura 7.5: Reprodução em AutoCAD do zigurate de Sialk com base em evidências arqueológicas.

Fonte: <http://es.wikipedia.org/wiki/Zigurat>

Além do relato do dilúvio (mencionado na Aula 4) e da idéia da existência de um paraíso do qual os homens teriam sido expulsos, existem outros mitos que permitem reconhecer elementos que se repetem no Antigo Testamento. Um exemplo deles é um dos relatos míticos sobre a criação do mundo ou cosmogonia. Segundo ele, o deus Nammu criou o céu e a terra. Seu filho Enlil criou a atmosfera, o vento e a tormenta, e separou o dia e a noite. Enlil e Ki criaram os animais, as plantas e os homens, para servir aos deuses. De fato, resulta lógico supor que a religião de Abraão, que fugiu de Ur possivelmente ao final do II milênio a.C, tivesse um fundo comum com essas tradições mesopotâmicas.

A criação da literatura

Quando falamos no surgimento da escrita, mencionamos o seu papel fundamental para a organização da burocracia e o funcionamento das estruturas palaciais e templárias. Mas a escrita não só serviu para esses fins práticos, ela se tornaria também um instrumento que permitiria ao homem expressar a sua criatividade por meio de um tipo de obra diferente, as obras literárias.

As primeiras obras literárias conhecidas são um conjunto de composições narrativas sumérias que datam aproximadamente de 2500 a.C. Esses textos arcaicos só puderam ser compreendidos ao serem recuperados a partir de versões posteriores, mais completas e compreensíveis. Como você deve lembrar, o material utilizado na antiga Mesopotâmia como suporte para a escrita cuneiforme eram tábuas de argila, e uma grande parte delas foi encontrada com danos de diversa gravidade. Se adicionarmos a isso a dificuldade do deciframento das línguas suméria e acádica e um conjunto de tradições literárias complexas, construído através de um sistema de escrita ambíguo e extremadamente complicado, podemos compreender por que uma grande parte das histórias nunca chegou a ser conhecida de forma completa.

Em contrapartida, a forma que adota essa literatura é totalmente diferente das que conhecemos. O fato de termos recuperado muitas obras a partir de várias versões de períodos e lugares diferentes nos permite observar que, muitas vezes, um determinado relato pulava uma parte importante da história que era resgatada em outra versão. E as versões posteriores nem sempre são, como poderíamos supor, mais completas do que as anteriores. Portanto, muitas das histórias resultam incompreensíveis e só começam a fazer sentido a partir da leitura de um conjunto de versões.

Como os relatos orais continuaram existindo de forma simultânea ao surgimento da escrita, não podemos pensar que a fixação das histórias orais em versões escritas tivesse como finalidade a leitura por parte de um leitor individual. De fato, as histórias tinham diversos objetivos que vão desde rituais e encantamentos, até o puro entretenimento.

Sem dúvida, o relato que mais se destaca na literatura da antiga Mesopotâmia é a epopéia de Gilgamesh. Muitos estudiosos consideram atualmente que Gilgamesh foi, de fato, um rei real da cidade de Uruk, que viveu aproximadamente em 2700 a.C. Muitas histórias e mitos foram escritos a respeito de Gilgamesh em língua suméria e gravadas em tábuas de argila em escrita cuneiforme. Essas versões foram integradas num poema maior, do qual existem versões em língua acádica (língua semita relacionada como o hebraico falada pelos habitantes da Babilônia), hurrita e até hitita, escritas em diversos momentos históricos. A versão mais completa da epopéia é a que se decifrou a partir de doze tábuas de pedra, escritas em língua acádica, encontradas na biblioteca de Assurbanipal, rei da Assíria (669-633 a.C), em Nínive. Como a biblioteca foi destruída pelos persas em 612 a.C., uma grande parte das tábuas sofreu danos. As tábuas mencionam um autor, um fato extremamente estranho no mundo antigo, dessa versão específica da saga de Gilgamesh, Shin-eqi-unninni, talvez o autor mais antigo cujo nome conhecemos. A lenda de Gilgamesh resulta interessante porque aborda temas tão humanos e universais como a relação do homem com a Natureza, a amizade, o amor, a aventura, as lutas e a morte.

A história narra as aventuras do rei de Uruk, Gilgamesh, dois terços deus e um terço homem. Como o rei era demasiado severo com os seus súditos, estes reclamavam continuamente ao deus Anu, patrono da cidade. Para ir contra o poder de Gilgamesh, Anu cria um homem selvagem e poderoso, Enkidu, que, aos poucos, vai se civilizando em contato com pastores, e acaba brigando com Gilgamesh. Depois de uma longa e difícil luta, Enkidu acaba reconhecendo a superioridade de Gilgamesh e eles estabelecem uma grande amizade. A partir desse momento, começam a viver juntos diversas aventuras e enfrentam perigos diversos, como o monstro Humbawa e o Touro do céu, a quem acabam matando. Como castigo pela morte desses dois seres, os deuses decidem que alguém tem de pagar com a vida, e Enkidu morre. Gilgamesh fica muito afetado pela morte do amigo e decide empreender uma viagem à procura do sábio Utnapishtim e sua esposa, únicos sobreviventes do dilúvio e a quem foi concedida a imortalidade, para conhecer seu segredo e poder ser, também, imortal. Uma vez que encontra Utnapishtim, e depois de ouvir dele o relato do dilúvio, Gilgamesh aceita se submeter a uma prova. Para revelar-lhe o segredo da imortalidade, Gilgamesh deve permanecer seis dias e sete noites sem dormir. O nosso herói aceita o desafio, mas fracassa na tentativa de ficar acordado. Mesmo assim, a mulher de Utnapishtim o convence a revelar o segredo. Utnapishtim diz a Gilgamesh que ele poderia tornar-se imortal se conseguisse comer uma planta que se encontra no fundo do mar. Ele mergulha com pedras atadas nos pés e consegue achar a planta mágica. Mas quando Gilgamesh encontra-se descansando, uma serpente sobe ao bote e rouba a planta. Ele fica desolado, e a história finaliza do mesmo jeito que começou, com Gilgamesh chegando às portas de Uruk.

Os temas abordados pelo épico de Gilgamesh são o bem e o mal, a civilização e a barbárie, o humano e o animal, a amizade, o amor e a morte. Justamente por isso é considerada uma obra fundadora da literatura. Esses temas foram, e continuam sendo, abordados por diversos estilos literários e civilizações ao longo de muitos séculos.

O personagem Utnapishtim é o primeiro a introduzir o tema do dilúvio, que mais tarde voltará a aparecer na Bíblia. Gilgamesh deve superar diversas provas, como Héracles (ou Hércules, como o conheciam os romanos) na mitologia grega. O enfrentamento entre deuses e homens e a oposição entre selvagem e civilizado também serão temas recorrentes em diversas civilizações. A idéia da viagem para encontrar a sua própria essência e limites pode encontrar-se desde o Êxodo e a *Odisséia* até a literatura *beatnik* americana.

Arte e arquitetura

Gordon Childe destacou como uma das características das civilizações mesopotâmicas o surgimento da chamada arte monumental. Dentro dessa categoria podemos mencionar a arquitetura, a escultura e a pintura mural. Todas essas formas de expressão, que hoje denominamos artísticas, foram criadas com uma finalidade: o uso ritual e a comemoração de algum evento significativo.

As condições naturais da região não favoreceram o desenvolvimento da arquitetura monumental. Como você deve lembrar, a região compreendida entre os rios Tigre e Eufrates carecia de dois elementos básicos para a construção: pedra e madeira. Portanto, o material utilizado para construir os prédios mais importantes foram os tijolos de barro, um material pouco resistente e facilmente degradável. Porém, os habitantes da antiga Mesopotâmia desenvolveram o uso do arco e as colunas, e também estavam familiarizados com a utilização da cúpula.

As edificações mais conhecidas e melhor preservadas são aquelas destinadas ao culto religioso, os templos de forma piramidal denominados zigurates. Se bem que os primeiros templos eram muito simples e pequenos, com o decorrer do tempo a sua planta foi se tornando cada vez mais complexa. Podemos citar como exemplo o templo de Eridu, uma das cidades mais antigas da

Baixa Mesopotâmia. Como o material com que os templos eram construídos era muito frágil, era necessário reconstruí-los com certa frequência. E como a nova construção se fazia acima dos restos do prédio anterior, o templo de Eridu não demorou a dominar o terreno em volta. Segundo Cardoso (1991), esse pode ter sido a origem primeira dos zigurates. Em geral, estas construções tinham a forma de pirâmides escalonadas as quais se ascendia mediante uma rampa ou escadas externas. Na parte superior se encontrava um santuário onde se efetuavam as cerimônias. Até agora foram identificados mais de trinta ziggurats na região, sendo o mais bem conservado o zigurate de Ur.

Os palácios também se destacaram como obras arquitetônicas de grande importância, especialmente naqueles impérios que chegaram a conquistar vastos territórios. O palácio mais conhecido é o construído pelo rei Sargão II ao final do século VIII a. C. em Jorsabad, capital do Império Neoassírio.

A origem da escultura mesopotâmica encontra-se nas figuras gravadas em vasos com funções rituais. As esculturas desenvolvidas depois também tiveram um caráter religioso, como as conhecidas esculturas de orantes, estátuas que, situadas próximas às imagens dos próprios deuses, representavam os sacerdotes e reis em oração constante. Outras obras de arte conhecidas são as esculturas e gravações que representam eventos relacionados com o culto, como festivais e procissões.

RESUMO

As diversas civilizações foram encontrando desafios, limites e problemas diversos. A falta de uma experiência de urbanização prévia onde espelhar-se fez com que os grupos humanos tivessem que apelar a sua criatividade e capacidade para enfrentar as dificuldades sem modelos prévios, por primeira vez. Assim, a arte, a arquitetura, a lei, a forma de governo, a burocracia, a religião e as regras de convivência nas cidades foram os frutos deste processo, lento e descontinuo, que durou muitos séculos.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, começaremos a estudar uma nova civilização, surgida no vale do rio Nilo, no atual Egito.

Aula 8

Egito, presente
do Nilo e do
trabalho dos
homens

Meta da aula

Apresentar a história da civilização egípcia, em seus marcos espaço-temporais e as fontes para o estudo do antigo Egito.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer a área geográfica do Egito Antigo;
2. identificar as fontes que permitem estudar o desenvolvimento do antigo Egito.

Pré-requisitos

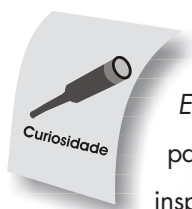
Para que você encontre maior facilidade na compreensão desta aula, é importante ter em mãos um bom dicionário da Língua Portuguesa e um atlas. Também será útil consultar o quadro cronológico do final da Aula 4.

O espaço de uma civilização fascinante

Não só o clima do Egito é peculiar a esse país, e o comportamento do Nilo diferente daquele de outros rios em qualquer outro lugar, mas também os próprios egípcios em seus usos e costumes parecem ter invertido as práticas comuns da humanidade.

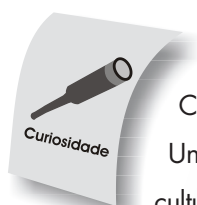
Heródoto, século V a.C.

Dos conquistadores romanos de finais do século I a.C. até os viajantes europeus do século XIX, a civilização egípcia exerceu um poderoso fascínio e deu lugar a fantasias e interpretações das mais diversas. Pirâmides, obeliscos, múmias e papiros têm estimulado a imaginação de ocidente ao longo de muitos séculos. Como afirma Donadoni (1994, p. 7), a história do Egito foi marginalizada aos poucos, motivo pelo qual o estudo e a análise histórica foram trocados pela criação de um lugar ideal “alternadamente sábio, ou cruel, opulento ou tirânico, ímpio, supersticioso e avisado, infantil, politicamente exemplar, piedoso e cínico.”



Egiptomania – No Brasil, um grupo de pesquisadores de diversas universidades participa de um projeto chamado “Egiptomania”. Segundo Jean-Marcel Humbert, inspetor-geral dos Museus da França e participante do projeto, egiptomania consiste em adotar “os elementos mais espetaculares, da gramática de ornamentos que é a essência original da arte egípcia antiga; e dar a esses elementos decorativos nova vida através de novos usos”. Entre os resultados da pesquisa, o grupo apresenta a utilização de imagens e objetos e monumentos de origem egípcia em residências particulares, cemitérios, propaganda e publicidade em todo o Brasil. Você pode consultar algumas dessas imagens no site do grupo de pesquisa: <http://www.pucrs.br/ffch/historia/egiptomania>.

Talvez uma das razões para isso tenha sido a forte ruptura que aconteceu entre nós e o Egito Antigo, uma ruptura marcada pela impossibilidade da decifração dos inúmeros documentos escritos e epigráficos que produziu essa civilização até que o trabalho do genial Champollion, na primeira metade do século XIX, nos permitiu contatar-nos de forma direta com essa cultura por meio da leitura e interpretação dos seus textos escritos. Possivelmente, outra causa desse fascínio é o fato de o Egito faraônico ser não apenas “o primeiro reino unificado historicamente conhecido, como também a mais longa experiência humana documentada de continuidade política e cultural” (CARDOSO, 1982, p. 7). Em outras palavras, a história do antigo Egito se estende aproximadamente entre 3.000 a.C e 332 a.C., embora nesse longo período tenham-se alternado fases de unificação, descentralização, domínio de povos estrangeiros e momentos de anarquia.



Ciro Flamarion S. Cardoso (1982), destacado egiptólogo professor da Universidade Federal Fluminense, oferece um exemplo da continuidade da cultura egípcia ao longo de aproximadamente 2.500 anos em temas tão diversos como o estilo artístico, a concepção acerca da realeza, a religião e as estruturas econômico-sociais. Segundo o autor:

Um egípcio da época das grandes pirâmides (meados do III milênio) que, por um ato de magia, fosse transportado ao apogeu da XVIII dinastia, mil anos mais tarde, notaria sem dúvida muitas mudanças no país; mas a sua dificuldade de adaptação às novas circunstâncias seria provavelmente bem menor que a de um francês de 1781 – ou seja, contemporâneo de Luís XVI – que se visse trazido por milagre à França de hoje, apenas duzentos anos depois.

O espaço físico onde se desenvolveu essa civilização complexa e longeva são as terras imediatamente adjacentes ao curso do rio Nilo, que nasce na África central, atual Burundi, no rio Kagera, e a partir do seu principal afluente, o lago Vitória, atravessa os territórios das atuais Uganda, Sudão e Egito até desembocar no mar Mediterrâneo depois de formar um extenso delta. O rio Nilo teve uma importância fundamental para a civilização egípcia: como foi dito por inúmeros autores, sem o rio o Egito não teria existido. De fato, numa região tão seca e desértica como a do território que ocupou a antiga civilização egípcia, onde a agricultura de chuva era impossível, o homem não teria tido condições de construir uma organização tão florescente se não fosse aproveitando a água e a matéria orgânica arrastada pelo Nilo nas suas cheias.

Tradicionalmente, o Nilo tem sido dividido em quatro partes: o Nilo superior, desde as fontes até o lago Vitória; o alto Nilo, desde o lago Alberto até Jartum; o Nilo médio, desde Jartum até Assuã; e o Nilo inferior, desde Assuã até o delta, que desemboca no Mediterrâneo. Antes da sua desembocadura no mar Mediterrâneo, uns 20km ao norte do Cairo, o Nilo se divide em direção ao norte em uma série de rios e canais menores com uma extensão de 160km, aproximadamente. Ao chegar ao mar Mediterrâneo, o delta ocupa uma extensão de 240km do litoral.



O *Dicionário Caldas Aulete* define a palavra delta como:

1. *A quarta letra do alfabeto grego, correspondente ao d latino.*
2. *Geog. Conjunto de ilhas ou terreno de formato mais ou menos triangular, que fica situado na embocadura de um rio, formando canais até o mar.* De fato, a denominação dada ao terreno compreendido entre os braços do rio na sua desembocadura se deve a sua semelhança com a letra grega delta, cuja forma é similar a um triângulo.

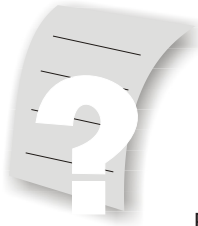
O Nilo é um curso de água perene cujo caudal se forma a partir de contribuições de diversas origens, desde chuvas no território da atual Uganda até as águas que descem das montanhas etíopes arrastando limo vermelho. Originados ao sul do território onde se desenvolveu a civilização egípcia, esses aportes explicam o que se chama cheia do Nilo, um fenômeno que acontece no Egito no período mais seco e cálido do ano, chegando ao seu nível mais alto em meados de setembro e voltando ao nível normal em meados de novembro.

A subida e a descida do rio aconteciam todos os anos de forma regular e, portanto, previsível. Porém, o volume da enchente não era uniforme, mas variava significativamente de ano a ano. E tanto o excesso quanto a escassez de água prenunciavam situações complicadas. Uma crescente escassez, fenômeno conhecido como “baixo Nilo”, implicava uma reduzida produtividade agrícola e, portanto, um período de carestia dos alimentos, ou mesmo de fome. O fenômeno oposto, conhecido como “alto Nilo”, podia significar o transbordamento excessivo do rio com os danos conseqüentes nos diques, canais, afogamento de gado e perdas de vidas.

O particular regime do Nilo fazia com que a ação do homem fosse fundamental, tanto para a criação e manutenção de um sistema de canais que permitisse um melhor aproveitamento das águas trazidas pela cheia para a atividade agrícola, quanto para a construção de obras de proteção como diques e aterros, para evitar os danos, quando a enchente era excessivamente violenta.

**Figura 8.1:** Mapa do Egito.

Fonte: <http://oi.uchicago.edu/research/lab/map/maps/egypt.html>



A cheia do Nilo é um fenômeno que tem despertado a curiosidade dos homens ao longo do tempo. No século V a.C., Heródoto (2, 14) escreveu o seguinte:

Em todo o mundo, ninguém obtém os frutos da terra com tão pouco trabalho. Não se cansam a sulcar a terra com o arado ou a enxada, nem têm nenhum dos trabalhos que todos os outros homens têm para garantir as colheitas. O rio sobe, irriga os campos e, depois de os ter irrigado, torna a baixar. Então, cada um semeia o seu campo e nele introduz os porcos para que as sementes penetrem na terra; depois, só têm de aguardar o período da colheita. Os porcos também lhes servem para debulhar o trigo, que é depois transportado para o celeiro.

No referente à fauna, a região não dispunha de muitos animais nativos. Entre os animais de maior importância, podemos mencionar os babuínos (espécie de macaco africano), os búfalos da água, os hipopótamos, os crocodilos, as gazelas, os asnos, os ovinos e bovinos e os patos. Os cavalos e os camelos não eram animais nativos e foram introduzidos tardiamente no Egito pelos invasores hicsos e persas, respectivamente.

O espaço geográfico antes descrito sofreu algumas mudanças climáticas ao longo do tempo. Entre 3.300 e 3.000 a.C. houve uma redução significativa da pluviosidade, fazendo com que as áreas desérticas se estendessem e a dependência da água do Nilo aumentasse. De fato, nesse período se estabeleceu a atual ecologia do Egito, com três regiões identificáveis:

O Delta, com maior extensão de terras aráveis e de pastos; o Vale, estreita faixa de terra arável apertada entre desertos, que na Antiguidade continha igualmente manchas pantanosas; e o deserto estéril (CARDOSO, 1982, p. 18).

O povoamento da região foi gradual ao longo de milhares de anos, e não aconteceu como um fenômeno repentino, se bem que até algumas décadas atrás os egiptólogos acreditassem que o povoamento teria começado pelo delta, estendendo-se em direção ao sul. Hoje a tendência é oposta; os estudos mais recentes permitem deduzir que no momento da unificação, aproximadamente em 3.000 a.C., o vale era mais densamente povoado que o delta.

Se considerarmos que a língua egípcia encontra-se vinculada tanto às línguas africanas (como o berbere) como às línguas semíticas (provenientes da Ásia ocidental), e adicionamos a isso a sua posição geográfica, no ângulo nordeste do continente africano, podemos deduzir que o vale do Nilo provavelmente recebeu diversos fluxos migratórios provenientes tanto da África saariana como do Oriente Médio, e até talvez da Europa.



Atende ao Objetivo 1

1. Leia com atenção a primeira parte da aula e o texto apresentado a seguir: Heródoto de Halicarnaso, historiador e geógrafo grego que viveu entre 484 e 425 a.C., é considerado o Pai da História. Numa das suas viagens, visitou o Egito e escreveu uma famosa frase que seria repetida uma e outra vez (e que parafraseamos no título desta aula): "O Egito é um presente do Nilo" (*Histórias*, II, 5). Porém, podemos citar uma frase na introdução geral da *História Geral da África* (1983, p. 26), que aparentemente se opõe a essa idéia: "O Egito não é apenas uma dádiva do Nilo: é, acima de tudo, uma criação do homem."

Agora responda:

Afinal, as duas afirmações antes citadas realmente se opõem? Fundamente a sua resposta.

Resposta Comentada

Na verdade, as duas afirmações, mais do que opor-se, complementam-se. De fato, o clima desértico da região faz com que a agricultura de chuva seja impossível. Portanto, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma civilização da importância da egípcia teriam sido impossíveis sem a presença do rio Nilo. Porém, o estabelecimento de uma civilização tão longa e estável como a egípcia não pode ser atribuído simplesmente a fatores geográficos determinantes. Se bem que o Nilo fosse indispensável, foi o homem quem realizou importantes esforços para controlar os efeitos das crescentes, tanto para obter um melhor aproveitamento das águas para irrigação como para moderar os efeitos às vezes devastadores das enchentes mais violentas.

As fontes para o estudo do Egito faraônico

Sem dúvida, o vale do Nilo é a região mais rica da África em termos de fontes históricas antigas. Do ponto de vista arqueológico, o território que ocupou a antiga civilização egípcia é inacreditavelmente fecundo. Inclusive é capaz de conservar, devido ao clima extremamente seco, um tipo de documento escrito cuja conservação ao longo de tantos anos seria impossível em outros lugares: os papiros, que incluem desde textos literários e públicos até documentos privados, como registros comerciais ou cartas familiares.

Se bem que a civilização egípcia deixasse uma quantidade importante de testemunhos, tanto de natureza arqueológica como

literária, os antigos egípcios raramente escreveram a respeito das suas próprias estruturas políticas ou sociais, e poucas vezes tiveram a preocupação de conservar arquivos e documentos de forma sistemática. Isso significa que se recuperamos determinados papiros, por exemplo, na maioria das vezes a descoberta é fruto da casualidade, já que pouco ou nada foi feito pelos próprios egípcios para conservá-los.

Porém, como afirma Donadoni (op. cit.),

Durante pouco menos de trinta e cinco séculos, acumularam-se resíduos e depósitos de factos ligados entre si por um fio condutor bem identificável, por vezes muito evidente, outras vezes mais ténue, mas que se pode sempre detectar.

Por meio desses fios, que denotam uma continuidade num tempo muito prolongado, é possível ordenar e problematizar esse mundo, em certa forma fechado.

As fontes com as quais contamos são de natureza arqueológica e literária. As primeiras, especialmente importantes para os períodos mais antigos, são incompletas e de certa forma ainda desconhecidas e pouco ou mal utilizadas.

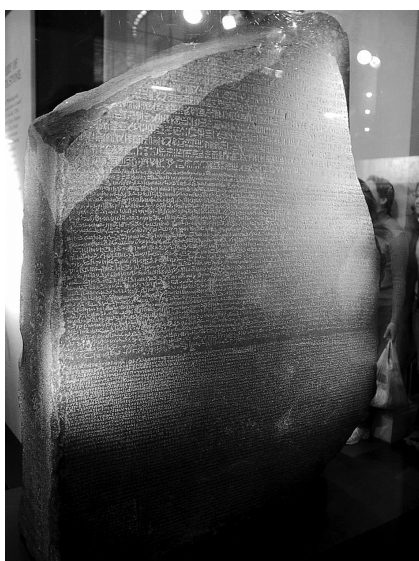


Figura 8.2: Pedra de Rosetta.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Pedra_de_Roseta

A documentação epigráfica, que consiste em testemunhos escritos e iconográficos, isto é, pinturas, relevos e textos, conservou-se na sua maior parte nos túmulos dos governantes, funcionários burocráticos de alto escalão e ricos proprietários. Algumas dessas testemunhas arqueológicas são impressionantes, além de oferecerem uma vasta informação sobre vários aspectos da cultura egípcia. Desde as famosas pirâmides de Gizé, perto do atual Cairo, e os templos de Luxor e Karnak, até os túmulos do Vale dos Reis e do Vale das Rainhas, os monumentos e a arquitetura dos antigos egípcios têm despertado interesse e admiração.

As fontes literárias, por sua vez, vêm sendo trabalhadas há longo tempo. No século V a.C., os gregos já sentiam curiosidade pela cultura gerada na região do Nilo. E durante o período helenístico, a dinastia Ptolemaica, numa tentativa de compreender melhor os seus súditos e resgatar a história do país, encomendou a um egípcio, Manethon, a compilação de uma história geral do Egito, uma parte da qual perdemos, infelizmente, quando a biblioteca de Alexandria ardeu.

No século VI d.C., com o fechamento dos últimos templos onde se professava a religião egípcia, as formas da escrita faraônica se perderam e só a língua falada sobreviveu. Em 1822, Jean-Ives Champollion decifrou a escrita hieroglífica, o que permitiu voltar a ter acesso aos documentos antigos.



Em 1798, Napoleão Bonaparte estendeu a sua guerra contra a Inglaterra no Mediterrâneo oriental, invadindo o Egito. Um grupo de brilhantes cientistas acompanhou às tropas em missão científica. Em 1799, enquanto os soldados franceses preparavam as defesas contra uma possível ofensiva dos ingleses e turcos na aldeia de Rashid (conhecida como Rosetta pelos franceses), a uns 50km de Alexandria, o tenente Bouchard achou um bloco de pedra negra com inscrições gravadas no que pareciam ser três escritas diferentes,

claramente separadas. A inscrição, que correspondia a um decreto de Ptolomeu V Epifânio, de 196 a.C., estava em duas línguas: em grego e em duas variantes escritas da língua egípcia, hieróglifos e demótico. Mas do que a relevância histórica do próprio documento, a importância da Pedra de Rosetta residia no seu potencial para abordar a decifração das duas línguas escritas desconhecidas (hieróglifos e demótico), a partir da comparação com a língua conhecida (o grego). A derrota de Napoleão fez com que a pedra fosse cedida aos britânicos em 1801, e até hoje se encontra exposta no Museu Britânico, em Londres. O médico britânico Thomas Young trabalhou vinte anos tentando decifrar a língua egípcia, que tinha caído em desuso muito tempo atrás, obtendo importantes resultados. Porém, quem conseguiu concluir a decifração com sucesso foi o francês Jean-François Champollion, em 1822, trabalhando sobre uma cópia da inscrição da Pedra de Rosetta. O trabalho de Champollion demorou a ser aceito pela comunidade científica, o que aconteceu só em 1866, ao achar-se uma nova inscrição bilíngüe.

As fontes literárias egípcias antigas têm uma característica peculiar que faz com que as devamos analisar com cuidado. Como afirmam Mokhtar e Vercouter (1980),

Freqüentemente foram elaboradas com um propósito específico: enumerar as realizações de um faraó, para mostrar que ele cumprira plenamente sua missão terrestre de manter a ordem universal desejada pelos deuses (Maât) e de resistir às forças do caos que cada vez mais ameaçavam essa ordem.

Outros textos visavam garantir a eterna devoção aos faraós. Nessas duas categorias se inclui a grande maioria das inscrições em muitos templos e as listas ancestrais de governantes. Essas listas, conhecidas como listas reais, eram redigidas por sacerdotes, funcionários e escribas que tinham acesso a documentos oficiais mais ou menos organizados.

Talvez os dois documentos desse tipo mais importantes que chegaram até nós são a Pedra de Palermo e o Papiro de Turim. A Pedra de Palermo leva esse nome porque o fragmento maior desse texto se conserva no museu da cidade do mesmo nome, na Sicília, Itália. Trata-se de uma pedra de diorito gravada em ambas as faces com os nomes de todos os faraós que reinaram no Egito, desde a época pré-dinástica até o começo da V dinastia, aproximadamente em 2450 a.C. Além dos nomes dos faraós, também se enumeram os fatos mais destacados dos reinados de cada um deles. Infelizmente, o documento chegou até nós danificado e, portanto, incompleto.

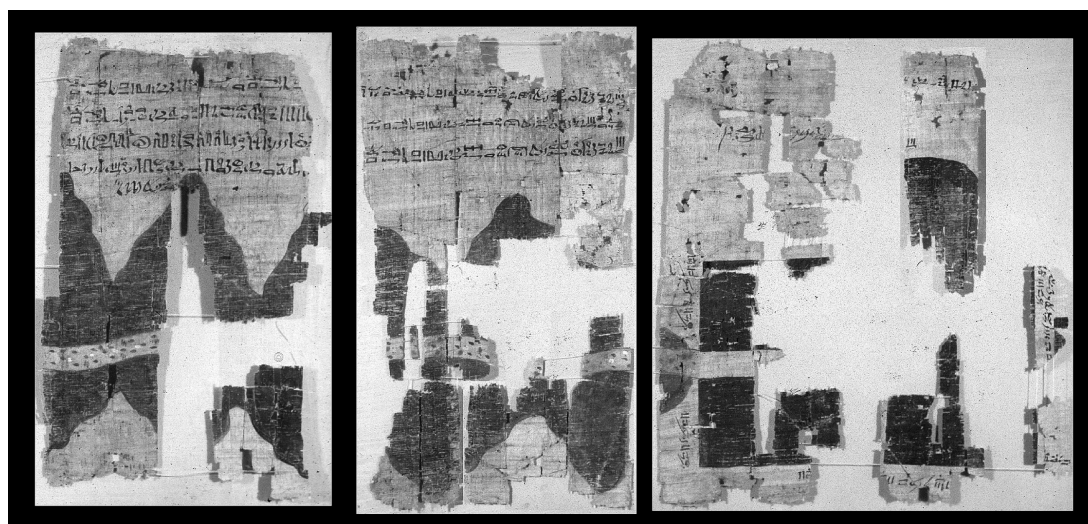


Figura 8.3: Papiro de Turim.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:TurinPapyrus2.jpg>

O segundo exemplo é o Papiro de Turim, que também deve o seu nome à cidade onde se encontra exposto, no Museu Egípcio de Turim, também na Itália. Menos completo que a Pedra de Palermo, o papiro apresenta uma lista completa de todos os faraós, desde os primeiros tempos até aproximadamente 1200 a.C. Se bem que quando o papiro foi descoberto por um explorador italiano, perto de Luxor, estava em um excelente estado de conservação, o descuido com que foi manuseado

por ocasião de seu transporte fez com que se despedaçasse, devendo ser restaurado. Os faraós aparecem na lista agrupados em séries, e o documento inclui o número de anos que cada grupo de faraós reinou. Sem dúvida, ele foi uma das fontes utilizadas por Manethon para construir a sua história do Egito, no século III a.C.

Embora tenham sido de fundamental importância para estabelecer o marco cronológico da história de Egito, as listas reais e outros documentos desse tipo não dão conta de inúmeros assuntos que nos interessam, como, por exemplo, a vida dos camponeses, a vida privada, a situação das camadas mais pobres da sociedade etc. E a abundância desse tipo de fontes deu como resultado o fato de que muitos livros que abordam a história do Egito faraônico se circunscrevem a listas de reis, dinastias e conquistas militares.



Atende ao Objetivo 2

2. Leia o fragmento a seguir e responda à pergunta:

Durante os três milênios da história do Egito, o camponês foi a espinha dorsal da nação. Todavia, conhecemo-lo e conhecemos a sua classe social de uma forma confusa, imperfeita e unilateral. Nada sabemos directamente, isto é, através de documentos redigidos na primeira pessoa que tenham chegado até nós. É um facto desagradável, mas que não surpreende; na realidade, sendo maioritariamente analfabetos, os camponeses egípcios não nos deixaram testemunhos escritos da sua vida e das suas pessoas, das suas aspirações, das suas esperanças e da sua opinião acerca da sua humilde condição e do seu infortunado destino (CAMINOS, apud DONADONI, 1994).

Você poderia mencionar alguns dos limites que apresentam as fontes escritas disponíveis para reconstruir a vida dos camponeses e outros grupos menos favorecidos da civilização egípcia?

Resposta Comentada

Como dissemos, uma parte importante das fontes escritas com que contamos para conhecer a vida no antigo Egito tem a particularidade de que foram escritas para um propósito específico: imortalizar as ações de um faraó ou uma importante figura da nobreza ou da burocracia egípcia. Portanto, elas permitem observar um aspecto muito parcial da história egípcia, e até quando abordam aspectos relativos às camadas mais pobres da sociedade, seja em fontes escritas ou iconográficas, o fazem sob o olhar particular dos grupos dominantes. Portanto, exigem que levemos em conta esse fato ao abordá-las com fins de análise histórica.

A cronologia

Apesar de as listas dinásticas criadas por Manethon no século III a.C. conterem erros e inexatidões, a cronologia utilizada pela maioria dos estudiosos continua apoiando-se nelas. Como dissemos, a história do Egito faraônico atravessou períodos em que um poder central controlava uma parte importante do território alternados com períodos de anarquia e descentralização do poder, domínio de povos estrangeiros e lutas internas, sociais e políticas. Assim, geralmente se consideram quatro divisões mais vastas: Reino Antigo, Reino Médio, Reino Novo e Época Tardia, separadas entre si pelos chamados “períodos intermediários”, caracterizados pela ausência de um poder central forte e pela fragmentação.

A seguir, oferecemos um quadro cronológico do período estudado (CARDOSO, 1982):

Período	Dinastias de Manethon	Datas antes de Cristo
Paleolítico e Mesolítico		Antes de 4500 (ou 5500 segundo outros)
Neolítico e Eneolítico (pré-dinástico)		De 4500 (ou 5500) a 3000 (ou 3100)
Período da Unificação (protodinástico)		De 3000 (ou 3100) a 2920
Dinástico Primitivo	I a III	2920-2575
Reino Antigo	IV a VIII	2575-2134
Primeiro Período Intermediário	IX, X, parte da XI	2134-2040
Reino Médio	Parte da XI, XII a XIV	2040 a 1640
Segundo Período Intermediário	XV a XVII	1640-1550
Reino Novo	XVIII a XX	1550 a 1070
Terceiro Período Intermediário	XXI a XXIV; parte da XXV	1070-712
Época Tardia	Parte da XXV; XXVI a XXX	712-332

RESUMO

A antiga civilização egípcia despertou, e continua despertando, a curiosidade da humanidade, tanto por sua originalidade como por sua longevidade e continuidade. O fato de ser o primeiro reino unificado historicamente conhecido, com uma continuidade (embora com momentos de centralização, descentralização e anarquia) de quase 3.000 anos, o faz ainda mais interessante do ponto de vista histórico.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, abordaremos a forma em que se desenvolveram as estruturas econômicas do Egito faraônico.

Aula 9

Uma economia
ao ritmo da
enchente

Metas da aula

Apresentar o desenvolvimento das forças produtivas no antigo Egito;
identificar as principais atividades econômicas e as suas relações
com outros aspectos da organização social.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer o funcionamento da economia no antigo Egito;
2. reconhecer a inter-relação entre a economia e as estruturas política e social.

Pré-requisitos

Para que você encontre maior facilidade na compreensão desta aula,
é importante ter em mão um bom dicionário da Língua Portuguesa
e um atlas; também será útil consultar o quadro cronológico
apresentado ao final da Aula 8.

Uma economia agrária

O camponês passa a vida a lamentar-se,
tem a voz rouca como a do corvo.
Tem feridas fétidas nos dedos e nos braços,
Está farto de estar na lama,
e veste-se de farrapos e de trapos.

Sátira dos Ofícios, Reino Médio (In: DONADONI, 1990)

A economia do antigo Egito estava baseada principalmente na agricultura e na atividade pecuária. O desenvolvimento do país sempre dependeu do cultivo da terra e do duro trabalho cotidiano do agricultor. Como afirma Donadoni,

As pirâmides de Gizé, (...), as estátuas colossais, os obeliscos e os templos imponentes que surpreenderam os visitantes gregos e romanos, tal como surpreendem ainda hoje os turistas modernos, as jóias finamente trabalhadas, os linhos finíssimos (...), as conquistas militares (...), em suma, toda a herança deixada pelo Egito à humanidade tem na sua base o suor do rosto do camponês (DONADONI, 1990, p.15).

A constituição do Estado faraônico, aproximadamente em 3000 a.C., produziu-se num momento de grande desenvolvimento das atividades econômicas. Mesmo quando, como aconteceu com a Mesopotâmia (ver Aula 5 do Módulo 2), alguns historiadores tentaram utilizar a “hipótese causal hidráulica” para explicar o processo de concentração de poder e organização estatal, os trabalhos mais recentes indicam que a irrigação não pode ser vista como a causa do surgimento do Estado no Egito. Pelo contrário, apesar de ser um fator de peso, entre outros como a conquista militar, a guerra, os fatores ecológicos, políticos e demográficos, o surgimento de um sistema de irrigação centralizado foi uma consequência, e não uma causa, da existência de um Estado poderoso.

Foi justamente nesse momento, aproximadamente entre 3200 e 2700, que se fixaram algumas inovações tecnológicas que se manteriam com poucas alterações até o final do período estudado. Mesmo constatando-se que existia certo atraso tecnológico do Egito em comparação com a Mesopotâmia, isso não implica que se possa falar, de modo simplista, em “estagnação tecnológica”, como o fazem alguns pesquisadores. De fato, a civilização egípcia encontrou formas inovadoras para resolver os diversos problemas que iam se apresentando, mesmo quando utilizasse algumas descobertas, como a escrita, provenientes de outros grupos humanos.



Como vimos na Aula 5, Módulo 2, os antropólogos e historiadores chamados formalistas consideram que nas civilizações antigas já existiam elementos que poderíamos identificar como capitalistas.

Portanto, os estudiosos que aderem a essa visão costumam analisar o desenvolvimento da tecnologia no antigo Egito utilizando a idéia de uma “estagnação tecnológica” que seria fruto de uma psicologia particular que não geraria mudanças, mas que simplesmente aceitaria empréstimos de outras civilizações. Isso é contestado pelos autores que se enfileiram sob a perspectiva denominada substantivista ou primitivista. Segundo essa visão, considerar a idéia de “estagnação tecnológica” para o antigo Egito implica realizar uma comparação anacrônica com o capitalismo desenvolvido de nossos dias. Segundo Cardoso (1982, p. 28):

Em todas as sociedades pré-capitalistas, o que temos são fases de “revolução tecnológica”, de surgimento de nova tecnologia, às quais seguem períodos mais ou menos longos em que o nível técnico é explorado e aperfeiçoado.

Tomando em consideração isso, comparar o antigo Egito com o capitalismo industrializado do século XIX resulta inaceitável do ponto de vista metodológico.

A inexistência de uma quantidade significativa de fontes escritas que permitam reconstruir as atividades econômicas do Egito faraônico é compensada, de certa forma, pelo importante volume de fontes iconográficas (pinturas de camponeses e artesãos trabalhando, imagens nas quais se identificam ferramentas etc.).

A economia agrícola era totalmente condicionada pela cheia anual do Nilo, que irrigava e fertilizava a terra. Os principais cultivos eram o trigo, utilizado basicamente para produção de pão e diversos tipos de bolos, a cevada, com a qual se produzia a cerveja, e o linho, utilizado para a fabricação de tecidos. Além desses cultivos, as hortas produziam grão-de-bico, vagens, cebola, alho-poró, alface, alho e pepino, entre outras leguminosas e verduras, produtos que complementavam a dieta. Também se cultivavam nos pomares árvores de tâmaras, figos, nozes de sicômoro. O cultivo da videira, localizado principalmente no delta e em alguns oásis, permitia a produção de uma variedade de vinhos.

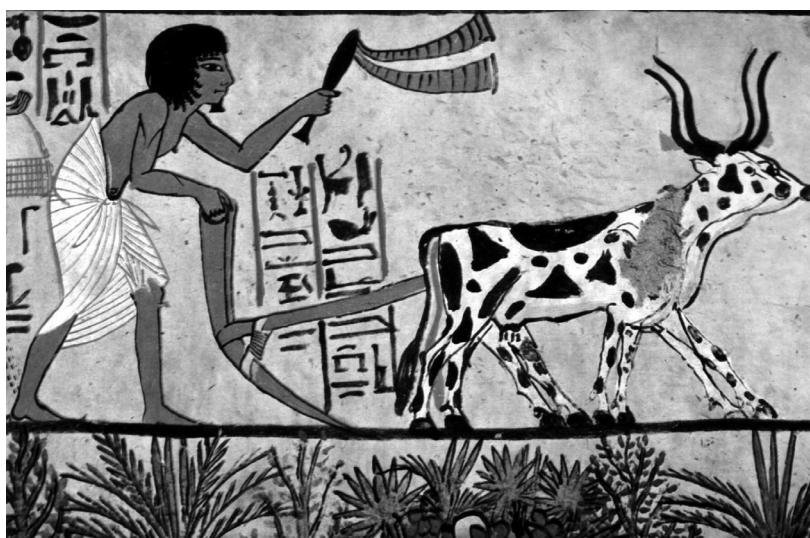


Figura 9.1: Camponês arando – mural na tumba do funcionário Senedjem (1200 a.C.)

Fonte: Wikipedia (http://en.wikipedia.org/wiki/Image:Maler_der_Grabkammer_des_Sennudem_001.jpg)

As atividades agrícolas relacionadas com a produção de cereais e linho tinham um ciclo curto e estavam fortemente marcadas pelas três estações definidas pela cheia anual do Nilo. Entre julho e outubro, durante o verão, acontecia a *inundação*, fruto das copiosas chuvas na África subtropical e do degelo das altas montanhas na Etiópia. Em aproximadamente três semanas, a cheia que acontecia em Assuã chegava até Mênfis. A água superava as margens do rio e chegava a cobrir a terra até dois metros de altura. De meados de agosto até setembro, o vale permanecia inundado, sendo visíveis só as cidades e aldeias construídas em terrenos mais altos. A partir desse momento, as águas começavam a descer e, no início de novembro, o rio voltava ao seu nível normal. Entre novembro e fevereiro acontecia a *saída*, isto é, o reaparecimento das terras cultiváveis que marcava o início da semeadura. A terra ficava muito umedecida e sobre ela se assentava uma camada de lama com sais minerais e detritos orgânicos altamente fertilizantes. Além disso, a enchente deixava poças de água espalhadas em depressões ou bacias, aproveitadas mediante a construção de diques e canais para conformar o sistema de irrigação chamado de irrigação por bacias, utilizado a partir do período pré-dinástico. A terceira estação do ciclo agrícola, a *colheita*, acontecia entre março e junho. Como afirma Cardoso (2004, p. 29),

(...) considerando que a colheita finalizava antes que ocorresse a nova cheia do rio, vemos que o ciclo da agricultura básica durava pouco mais de meio ano apenas. Isto quer dizer que era possível dispor de abundante mão-de-obra para as atividades artesanais da aldeia, para trabalhar nas instalações de irrigação, e para as grandes obras estatais (templos, palácios, sepulcros reais, monumentos diversos).

As semanas posteriores à cheia eram um período de muito trabalho. Os camponeses não tinham muito tempo para perder, deviam trabalhar com rapidez para lavrar e semear antes de a terra secar por completo, já que ambas as tarefas resultavam mais fáceis enquanto a terra estivesse úmida e enlameada. Em algumas ocasiões a terra era semeada antes que as águas se retirassem totalmente, fazendo-se com que cabras, ovelhas e porcos andassem sobre a lama para enterrar as sementes.

No caso de a semeadura ocorrer quando a terra já estava seca, os instrumentos utilizados eram o arado e a enxada. O arado do camponês egípcio era uma ferramenta de madeira bastante simples: constava de uma relha de madeira, às vezes revestida de metal, que penetrava na terra e que estava sujeita a uma longa estaca de madeira em cuja extremidade havia um jugo transversal, também de madeira, que se atava com uma corda aos chifres dos bois. Posteriormente, fixou-se à estaca uma ou duas peças de madeira, a rabiça, que permitia que o agricultor tivesse maior controle da direção do arado (ver **Figura 9.1**). Nem sempre o arado era tirado por bois, às vezes a pesada tarefa ficava por conta de outros homens. Além do camponês que conduzia o arado, outros o assistiam, guiando os bois e incitando-os a avançar mediante um chicote e gritos.

Outro instrumento muito utilizado era a enxada, ferramenta feita com um pedaço de madeira que servia de lâmina incrustado num cabo também de madeira e sujeita a ele com uma corda. As enxadas serviam para desfazer os grandes torrões de terra. Outras enxadas tinham o formato da letra A, com uma perna mais curta do que a outra (ver **Figura 9.2**). Assim como o arado, tratava-se de uma ferramenta muito grosseira.

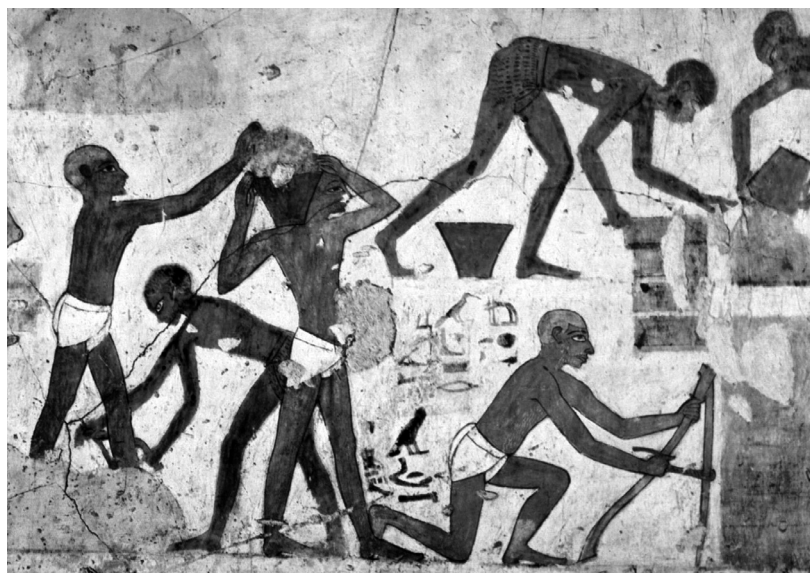


Figura 9.2: Pintura mural do túmulo do vizir Rekhmirê, c. 1500-1450 a.C.

Fonte: Wikipedia (http://pt.wikipedia.org/wiki/Antigo_Egipto)

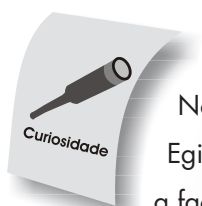
As cenas que mostram o trabalho agrícola se repetem em muitos túmulos, podendo observar-se, além das diversas etapas do trabalho, a presença do proprietário do túmulo, de um funcionário do faraó ou do intendente de uma propriedade ou das terras de algum templo controlando e inspecionando o andamento das tarefas.

Nos quatro a cinco meses que separavam a semeadura da colheita, alguns cultivos quase não demandavam cuidado algum. Outros requeriam irrigação permanente, como verduras e legumes. A água era conduzida até os campos mais elevados utilizando-se pesados cântaros de barro que eram carregados nos ombros dos agricultores ou dependurados numa vara. A partir do século XV a.C., começou a utilizar-se o *shaduf*, um aparelho mecânico muito simples que permitia tirar água utilizando um sistema de contrapeso e que tinha sido usado pelos agricultores da Mesopotâmia desde seis séculos antes.

Entre a semeadura e a colheita, os camponeses deviam ocupar-se também de cuidar dos cultivos afugentando os pássaros e evitando que rebanhos de campos vizinhos acabassem devorando os cultivos. Além disso, depois do descenso das águas, era o momento em que se fazia a manutenção e o conserto das obras de irrigação.

Em efeito, canais e diques deviam ser reparados ou bem reconstruídos caso tivessem sofrido danos ou estivessem obstruídos pela lama. À medida que se aproximava o momento da colheita, os camponeses recebiam a visita ingrata dos inspetores de impostos e seus assistentes, escribas etc., que avaliavam o valor do imposto a ser pago ao proprietário da terra, caso fossem terras particulares, ao faraó, se fossem terras da Coroa, ou ao templo, caso as terras pertencessem a determinada instituição religiosa.

A colheita era um período de trabalho árduo. Os talos de cevada e trigo eram cortados utilizando-se uma foice de cabo curto que possuía dentes de sílex. A partir do Reino Novo, a lâmina era de bronze, e na época tardia começou-se a usar o ferro. Atrás dos ceifadores vinham outros trabalhadores. Nas pinturas, geralmente eram mulheres e crianças que colhiam as espigas e as acumulavam numa extremidade do campo para depois colhê-las em cestas ou redes. As espigas eram levadas para a eira, onde eram pisoteadas pelo gado para separar o grão da palha. Posteriormente, o cereal era peneirado, guardado em sacos e armazenado em celeiros de forma cônica.



No século I antes de Cristo, o historiador grego Diodoro Sículo viajou para o Egito e fez a seguinte descrição do trabalho do camponês egípcio, destacando a facilidade com que faziam a semeadura e a colheita:

A maior parte deles lança apenas as sementes, leva os rebanhos para os campos e eles enterram as sementes: quatro ou cinco meses depois, o camponês regressa e faz a colheita. Alguns camponeses servem-se de arados leves, que removem apenas a superfície do solo umedecido e depois colhem grandes quantidades de cereais sem grande despesa ou esforço. De uma forma geral, entre os outros povos, todo tipo de trabalho agrícola comporta grandes despesas e canseiras; só entre os egípcios é que a colheita se faz como poucos meios e pouco trabalho (CARDOSO, 1982).

Como afirma Donadoni (1990), essa visão cor-de-rosa estava errada e se deve ao fato de Diodoro ser oriundo de um território onde o solo era rochoso e hostil e, portanto, exigia grande esforço para se obter uma magra colheita. Assim, ele ficou deslumbrado ao ver uma terra irrigada por um grande rio, com bom clima e uma grande variedade de produtos agrícolas.

Embora o clima não fosse muito adequado para a criação de gado, já que os pastos encontravam-se frequentemente em áreas pantanosas, demasiado úmidas, a atividade tinha grande importância para os egípcios. De fato, eles experimentaram a domesticação de diversos tipos de animais, inclusive gazelas, antílopes, hienas e até gruas, embora essas práticas tenham sido abandonadas pelos resultados desalentadores.

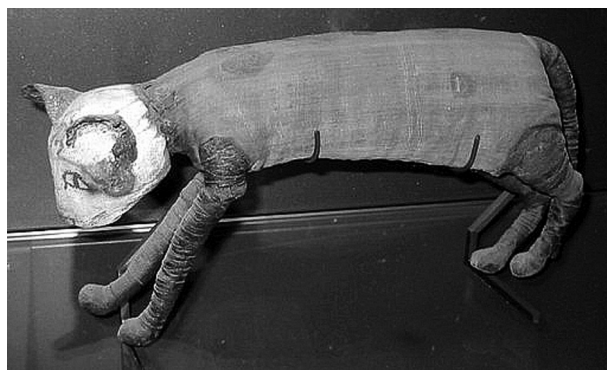


Figura 9.3: Gato egípcio mumificado – Museu do Louvre.

Fonte: Wikipedia (http://en.wikipedia.org/wiki/Image:Louvre_egyptologie_21.jpg)

O gado menor incluía ovelhas, cabras e porcos. Os bois, asnos e cavalos – gado maior – só começaram a difundir-se a partir do Reino Novo. Esses animais eram usados, principalmente, para arrastar o arado, separar o grão da palha e puxar carros. Bois e vacas também eram utilizados para alimentação, não podendo faltar a sua carne nas mesas dos cidadãos mais notáveis e nas oferendas aos deuses.



Os antigos egípcios obtiveram especial sucesso na domesticação de dois animais africanos: o asno, utilizado não para montar senão como animal de transporte, e o gato doméstico. Sabe-se que o gato foi domesticado aproximadamente em 2000 a.C. e que, durante o Reino Novo, a sua presença começa a ser mais freqüente em cenas domésticas pintadas em tumbas. Os gatos também eram considerados figuras com qualidades misteriosas e relacionadas com a superstição. Embora nunca chegassem a ter *status* de divindades "oficiais", como outros animais encontrados nos murais dos templos, os gatos foram cultuados como uma forma moderada das deusas ameaçadoras (YOYOTTE, apud MOKHTAR, 1980). Sem dúvida, foram os animais domésticos mais populares do antigo Egito, chegando a ser mumificados e enterrados junto aos seus donos para que os acompanhassem por toda a eternidade. Muitos dos nossos gatos domésticos atuais são descendentes dos gatos domesticados pelos antigos egípcios.



Atende ao Objetivo 1

1. Alguns papiros recuperados são coletâneas de textos didáticos utilizados durante o Reino Novo para a instrução dos escribas. Um desses textos compara a vida do escriba com a vida do camponês. Leia o fragmento a seguir e responda as perguntas:

Sê escriba. Não terás canseiras e ficarás preservado de outros tipos de trabalho. Não terás de transportar a enxada a picareta e o cesto. Não terás de guiar o arado e serás poupado a todos os tipos de canseira. Deixa que te recorde o estado miserável do camponês quando chegam os funcionários para fixar a taxa da colheita e as serpentes levaram metade do cereal e o hipopótamo comeu o resto. O pássaro voraz é uma calamidade para os camponeses. O trigo que restava na eira desapareceu, os ladrões levaram-no. Não pode pagar o que deve pelos bois que pediu emprestados: além disso, os bois morreram de tanto lavrarem e debulharem. E já o escriba atraca à margem do rio para calcular o imposto sobre a colheita com um séquito de servos armados de bastões e de núbios com ramos de palmeira. Dizem: “Mostra-nos o trigo!” Mas não há nenhum trigo e o camponês é espancado sem dó nem piedade. É preso e lançado de cabeça para baixo num charco, ficando ensopado em água. A mulher é presa na sua presença e os filhos são agrilhoados. Mas o escriba manda em todos. Quem trabalha escrevendo não paga impostos; não é obrigado a pagar. Lembra-te bem disto (DONADONI, 1990).

a. Quais as desvantagens e problemas que sofria o agricultor, segundo o autor do texto?

b. Releia o box de curiosidade da página 15, realize uma breve comparação entre o fragmento de Diodoro Sículo e o texto que aparece nesta atividade. Se houver visões divergentes, qual poderia ser o motivo?

Respostas Comentadas

a. O fragmento mostra que a vida do agricultor era muito sacrificada. O trabalho é mostrado como excessivamente duro e cheio de problemas. Além dos animais que comiam uma parte do grão, serpentes, hipopótamos ou gado, como vimos anteriormente na aula, os pássaros provocavam grandes perdas, especialmente na semeadura. O texto também indica a existência de ladrões que roubavam o grão recolhido. A menção ao pagamento pelos bois demonstra que, muitas vezes, os agricultores mais pobres não possuíam animais próprios e deviam alugá-los para arar e para ajudá-los a separar o grão da palha. Finalmente, o texto chama a atenção para o papel do cobrador de impostos, que determinava o valor que correspondia pagar ao rei e os castigos brutais aplicados aos camponeses que, por algum motivo, não pudessem pagar o devido.

b. Contrapondo-se ao texto que destaca as vantagens do trabalho do escriba, em que o trabalho do agricultor é descrito como muito duro e ingrato, o texto de Diodoro Sículo apresentado no box da página 15 fala da grande facilidade do trabalho agrícola no Egito. O motivo é que Diodoro estava habituado ao trabalho agrícola na Grécia, onde a obtenção de uma colheita bem mais magra exigia um trabalho muito duro. Portanto, Diodoro estava pensando em termos comparativos, mas a realidade do camponês no antigo Egito era muito dura, como o indicam diversas fontes textuais e iconográficas.

Outras atividades econômicas

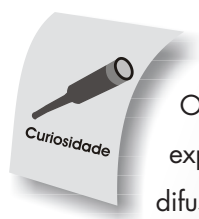
A caça e a pesca eram atividades complementares à agricultura e ocupavam um lugar na dieta dos antigos egípcios. O Nilo, os canais e os pântanos ofereciam diversas espécies de peixes que eram pescados mediante redes de arrastão, anzol, cestos e arpão. O consumo de peixe era grande entre a população menos favorecida, mas os grupos privilegiados tinham certas limitações de tipo religioso. A nobreza praticava a caça nos pântanos e nos desertos, como esporte, mas também como meio de variar a alimentação nas mesas dos poderosos. Nas expedições de caça usavam-se cachorros domesticados, arco e laço, além da utilização de redes para a captura de aves selvagens.

Outra atividade importante era a mineração. Em geral, a mineração e as pedreiras eram atividades sob a organização do monarca. O deserto Árábico oferecia diversos recursos minerais, desde as tinturas verdes e pretas que serviam para tratar e embelezar os olhos até pedras sólidas utilizadas pelos escultores e construtores. Também se obtinham pedras semipreciosas como a turquesa, proveniente do Sinai, e a ametista, proveniente da Núbia. Como o processo de vitrificação se desenvolveu rapidamente, houve uma grande produção de objetos com aparência de turquesa. Com uma forte influência asiática, durante o Reino Novo se desenvolveram as técnicas de fabricação de vidro.

No deserto Árábico e da Núbia extraía-se ouro que, mesmo sem desempenhar um papel econômico significativo, era símbolo de *status* e riqueza. Embora houvesse jazidas de cobre, o Egito era dependente da importação do mineral proveniente da Ásia. O desenvolvimento da metalurgia sempre foi tardio em comparação com a Mesopotâmia. Tanto a Idade do Bronze como a Idade do Ferro foram tardias (YOYOTTE, In: MOKHTAR, 1980), e os artefatos de metal eram raros e muito valorados. Como vimos no ponto anterior, a madeira e a pedra eram os materiais comumente utilizados nas tarefas agrícolas.

No referente ao artesanato, duas atividades se destacavam: a produção têxtil e o papiro. Os tecidos eram obtidos a partir da fiação

e tecelagem do linho, do qual se obtinham produtos de qualidade excelente. Além de diversos produtos que se obtinham a partir do papiro, como a confecção de cordas, velas, calçado e roupas, ele proporcionava um excelente e flexível suporte para a escrita.



O papiro, principal suporte da escrita no Egito faraônico e elemento exportado para diversos países do Mediterrâneo oriental com a difusão da escrita alfabética e utilizado pelos hebreus, gregos e romanos, entre outros povos, era fabricado a partir de uma planta perene da família das ciperáceas. O papiro se produz a partir das fibras alongadas do talo da planta que, depois de um tratamento destinado a eliminar o açúcar, estendiam-se em fileiras horizontais e verticais sobrepostas. As lâminas formadas, separadas por um tecido de algodão, eram prensadas durante seis dias até se misturarem e formarem um papel amarelado. Posteriormente, o papiro era submetido a um processo de encolamento para ganhar resistência e, finalmente, era enrolado.

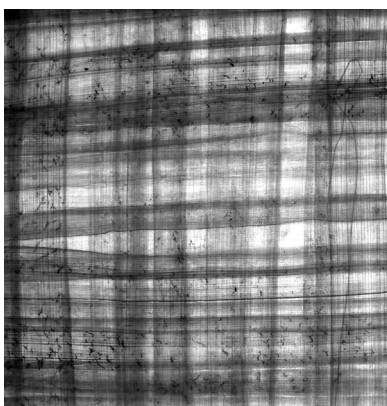


Figura 9.4: Lâmina de papiro.

Fonte: Wikipedia (<http://es.wikipedia.org/wiki/Papiro>)

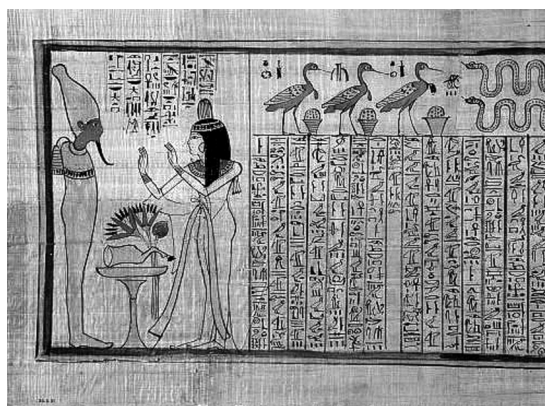


Figura 9.5: Papiro com texto hieróglifo.

Fonte: Wikipedia (<http://es.wikipedia.org/wiki/Papiro>)

Segundo Cardoso (1982, p. 35) o artesanato egípcio estava dividido em dois níveis:

Nas propriedades rurais e nas aldeias existiam oficinas que produziam tecidos grosseiros, vasilhas utilitárias, tijolos, artigos de couro, produtos alimentícios (pão, cerveja) etc. Já o artesanato de luxo, de alta especialização e qualidade excepcional – ourivesaria, metalurgia, fabricação de vasos de pedra dura ou de alabastro, faiança, móveis, tecidos finos, barcos, pinturas e esculturas etc. –, concentrava-se em oficinas mais importantes, pertencentes ao rei e aos templos.

O pequeno comércio local se desenvolvia desde o Reino Antigo por meio de trocas de produtos. Mas o grande comércio exterior, tanto por terra quanto por mar, era controlado pelos funcionários reais.

A presença do Estado na economia

Corvéia real

Este termo designa um tipo de trabalho de caráter compulsório exigido aos súditos no antigo Egito e em outros Estados orientais na Antigüidade. Os súditos eram obrigados a trabalhar na construção de obras públicas, na construção e manutenção dos sistemas de irrigação, a prestar serviço no exército, nas minas e pedreiras e no trabalho agrícola e artesanal.

O nível mais visível do sistema econômico egípcio era o estatal. A economia estatal baseava-se na obtenção de excedentes por meio de tributo em produtos, como grão, ou na forma de trabalho, ou **corvéia real**, tanto em tarefas agrícolas nas terras da coroa como em expedições comerciais ou extrativas, militares ou na construção de grandes obras como canais, templos e palácios.

As fontes indicam que uma parte altamente significativa da produção e da distribuição encontrava-se nas mãos do Estado. A impressão geral é que tudo passava pelo rei, seus funcionários e os templos. Inclusive, aquelas atividades econômicas que não se enquadravam no monopólio estatal eram fiscalizadas de perto pelos representantes do faraó. O Estado controlava tanto o cultivo de grandes extensões territoriais como os rebanhos, a produção de artesanato, as expedições comerciais e de exploração de mineração.

O rei e os templos, por sua vez, funcionavam como uma estrutura de redistribuição desigual da riqueza entre um nível superior, formado por burocratas, sacerdotes e militares, que recebiam remunerações substanciais, e um nível inferior, formado por camponeses, artesãos e trabalhadores, que participavam das grandes obras públicas, que recebiam rações no nível de subsistência.

Além das terras controladas pelo rei, os templos também possuíam grandes extensões territoriais. Mas, como afirma Cardoso (1991), “as terras dos templos devem ser vistas como parte do domínio do Estado, mesmo possuindo considerável autonomia e gozando às vezes de muitas isenções”. Às vezes essas terras eram administradas por sacerdotes e às vezes por outros funcionários, sem que existissem diferenças entre os funcionários civis e religiosos.

A maciça intervenção do Estado na economia exigia a organização de uma importante burocracia, capaz de desempenhar com efetividade tarefas complexas como o cálculo dos tributos a serem recolhidos, a distribuição de corvéias, sistemas administrativos de registro, além de chefes de equipes de trabalho agrícola, nas **canteiras** ou na construção de grandes obras.

Mais isso não implicava que o Estado simplesmente controlava de forma total e absoluta a totalidade da atividade econômica. A presença de terras pertencentes a templos ou em mãos de particulares aparece indicada nas fontes desde o Reino Novo. Como afirma Yoyotte (apud MOKHTAR, 1980, p. 105): “Na verdade, em todos os períodos o monopólio real dos meios de produção era mais teórico do que prático.” De fato, do lado dessa estrutura estatal existia um segundo sistema econômico composto basicamente por camponeses, organizados em unidades domésticas ou comunais, em aldeias que contavam com formas de organização próprias e diversas, com pouca ou nenhuma intervenção estatal.

Canteiras

Pedreira da qual se extrai pedra de cantaria, mina que se lavra a descoberto, sem galerias nem poços (Dicionário *Aullete Digital*).

Atividade Final

Atende ao Objetivo 2

Leia o fragmento a seguir e responda a pergunta:

Seja em forma de colheitas, rebanhos, produtos artesanais e matérias-primas provenientes de seus próprios campos, oficinas e expedições de mineração ou comércio, seja na qualidade de impostos em espécie que taxavam a quase totalidade das terras e atividades, a maioria absoluta do excedente econômico disponível era cada ano concentrada pelo rei e pelos templos. Estes agiam, em seguida, como gigantescos mecanismos de redistribuição da riqueza assim concentrada: nos níveis superiores, fazendo viver uma aristocracia burocrática, sacerdotal e, no Reino Novo, também militar; nos níveis inferiores, remunerando o trabalho dos artesãos especializados e alimentando os trabalhadores que executavam as obras públicas.

De que forma a intervenção econômica do Estado dava forma e sustentava uma sociedade hierarquizada?

Resposta Comentada

No Egito faraônico, o Estado sustentava uma sociedade altamente hierarquizada por meio do mecanismo da distribuição. A forte participação em quase todos os setores produtivos lhe conferia a capacidade de apropriar-se de uma porção significativa do excedente econômico pela percepção de impostos (cereais, linho, gado, etc.) e beneficiando-se do trabalho na forma de corvéia. A intervenção do Estado na organização social dava-se mediante o mecanismo da redistribuição, que era muito desigual. Os funcionários estatais, os sacerdotes, os militares (no Reino Novo) e as famílias importantes das províncias constituíam o grupo mais beneficiado, recebendo terras para exploração e outras importantes concessões, além do fato de que não pagavam impostos. Por sua vez, a grande massa de trabalhadores braçais, analfabetos na sua grande maioria, só recebia rações que lhes permitiam subsistir.

RESUMO

O antigo Egito possuía uma economia agrária altamente dependente das enchentes do Nilo. O baixo nível tecnológico fazia com que a economia fosse muito instável. Em situações adversas, como no caso de uma enchente insuficiente, ocorria a fome, com a morte de milhares de pessoas. Por sua vez, a baixa produtividade era compensada com o uso maciço de trabalhadores que estava garantido por uma alta densidade de população. O Estado era um ator onipresente em todos os setores econômicos, concentrando os excedentes e redistribuindo-os de forma desigual. Dessa forma, dava sustento a uma sociedade altamente hierarquizada.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, estudaremos a forma de governo e a organização da burocracia no Egito faraônico.

Aula 10

Monarquia divina
e organização
burocrática no
Egito faraônico

Meta da aula

Apresentar a organização política e burocrática do Antigo Egito e os mecanismos políticos e administrativos particulares em que se apoiava o Estado no antigo Egito.

Objetivos

Ao final do estudo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. reconhecer a forma de governo do Egito faraônico;
2. reconhecer as estruturas e mecanismos burocráticos em que se baseava o Estado.

Pré-requisitos

Para que você encontre mais facilidade na compreensão desta aula, é importante ter em mãos um bom dicionário da Língua Portuguesa e um atlas; também é importante consultar o quadro cronológico apresentado ao final da Aula 8.

INTRODUÇÃO

O primeiro reino unificado da História

Um dos elementos distintivos do Egito faraônico é o fato de que ele foi o primeiro reino unificado da História. Sua estabilidade e sua permanência ao longo de quase 3.000 anos, embora alternando períodos de um poder central forte, com momentos de anarquia e descentralização, fazem com que as bases do poder real e o funcionamento do eficiente aparelho burocrático tenham sido assuntos que despertaram e continuam despertando grande interesse entre os pesquisadores.

Diferentemente da Mesopotâmia, cujo desenvolvimento se caracterizou por uma fragmentação do território em diversas cidades-Estado, como você viu ao longo do Módulo 2, o que prevaleceu no Egito foi um poder central forte, concentrado na figura do faraó, e uma burocracia eficiente capaz de organizar e distribuir a produção agrícola, bem como de manter a ordem pública e de supervisionar um amplo leque de atividades.

Mesmo vivendo diversos momentos de crise, durante mais de trinta séculos, a instituição da realeza egípcia nunca foi contestada. Como afirma Hornung (in: DONADONI, 1994) ao falar do faraó, “nunca se fez uma crítica a esse cargo, e juízos acerca da pessoa do soberano só foram expressos em fontes tardias”.

O processo de unificação

O fim da Era Glacial na Europa provocou mudanças climáticas significativas na região situada ao sul do Mediterrâneo. O processo de ressecamento decorrente da diminuição do volume de chuvas fez com que as populações nômades da África saariana migrassem

para o vale do Nilo, procurando uma fonte permanente de água. Provavelmente foi essa a origem do primeiro povoamento do vale do Nilo, no período conhecido como pré-dinástico ou eneolítico (de 4500 ou 5500 a 3000 ou 3100 a.C.). A grande conquista dessa etapa foi o controle da terra mediante a limpeza do terreno em volta do Nilo, a drenagem de pântanos e a construção de diques para evitar os danos provocados pelas enchentes, tornando as terras próprias para o cultivo.

Essas tarefas exigiram um trabalho organizado. De fato, a arqueologia revela uma associação entre as comunidades administrativas provinciais do Egito faraônico – os nomos – e os sistemas locais de irrigação desde o IV milênio. Portanto, como afirma Cardoso (1982, p. 47),

a agricultura baseada no controle e uso da inundação anual do Nilo parece ter estado vinculada à passagem da dispersão tribal à formação de confederações firmemente enraizadas em territórios definidos.

A reconstrução do processo de unificação do Egito faraônico se fez tanto por meio de dados arqueológicos como da interpretação de mitos posteriores ao período, já que se trata de um período pré-literário. Por meio de um processo que não conhecemos muito bem, mas que parece ter incluído sucessivas guerras, os nomos se uniram em duas confederações ou reinos, identificados pelos deuses a quem adoravam. Os nomos do vale reconheciam Hórus como deus dinástico e os nomos do delta, por sua vez, estavam ligados pelo culto ao deus Hórus.

A arqueologia confirma que a unificação definitiva produziu-se por meio de uma conquista militar que avançou desde o sul em direção ao norte, ou seja, do vale para o delta. Uma primeira unificação foi realizada por certo rei ou chefe de uma confederação tribal conhecido como “Escorpião”, que chegou a controlar desde Hierakômpolis até Tura (onde depois surgiria a cidade de Mênfis), mas que não chegou a controlar o delta.

Mas a unificação do Alto e do Baixo Egito é associada pela tradição ao sucessor do “Escorpião”, um rei denominado Men (ou Menes), que muitos pesquisadores identificaram com o rei Narmer, que aparece com esse nome nas fontes arqueológicas. Esse rei teria fundado a primeira dinastia, impondo o seu domínio em todo o território e instalando a sua capital em Mênfis, cidade próxima ao limite entre as duas regiões. O processo de unificação teria acontecido entre 3000 ou 3100 e 2920 a.C.

A partir desse momento, o Egito passou a ser um território unificado, sendo que as primeiras dinastias do período conhecido como Dinástico Primitivo (ver quadro cronológico na Aula 8) foram marcadas por um esforço significativo de consolidação para que o Estado adquirisse estabilidade. Foi nesse momento, e provavelmente com a finalidade de impor um poder único sobre os dois territórios, quando se elaborou a ideia da divindade do faraó, segundo a qual

o rei egípcio era considerado sobre-humano, um verdadeiro deus a reinar sobre os homens. (...) Poder-se-ia dizer que a partir da III dinastia, o chefe do Estado não era um egípcio do norte ou do sul, mas um deus (ABU BAKR, p. 75, apud: MOKTHAR, 1980).



Figura 10.1: Paleta de Narmer (aproximadamente 3.150 a.C.).

A paleta de Narmer

A paleta de Narmer é uma placa cerimonial de ardósia, em forma de escudo, de uns 64cm de altura, que representa a unificação do Alto e do Baixo Egito. Ela foi achada em 1897-1898, em Hierakômpolis, pelo arqueólogo britânico Quibell. O rei Narmer, ou Menes, aparece em ambas as faces da paleta com coroas diferentes. Na face anterior à direita, acima, representa-se o rei Narmer com a coroa vermelha do Baixo Egito. O rei pode ser reconhecido pelo seu tamanho, sendo a figura maior que o resto dos homens representados. Os portadores de estandartes com símbolos reais ou das regiões do reino antecederam o rei. À direita, uma fila de cadáveres decapitados representa os inimigos derrotados de alguma região conquistada. Na parte inferior, representam-se dois animais fantásticos com as suas cabeças entrelaçadas. Segundo algumas interpretações, isso poderia representar a unificação do Alto e do Baixo Egito.

Na face posterior, à esquerda, o rei aparece como a figura preponderante e usa a coroa branca do Alto Egito. Aos seus pés, uma figura representando um inimigo ajoelhado simboliza a derrota das regiões conquistadas.

O faraó

Para os antigos egípcios, o rei encontrava-se no topo da pirâmide social da humanidade. Ele estava mais próximo dos deuses, a quem estava intimamente ligado. Em certos casos, ele se apresentava perante os homens como um deus que devia ser cultuado. Em primeiro lugar, o faraó era o administrador do culto e o representante dos homens perante os deuses. A iconografia ao longo de mais de 3.000 anos fornece milhares de imagens nas quais o faraó aparece representado em cenas de culto, fazendo oferendas e orando diante das divindades. Dessa forma, ele se fazia presente, simbolicamente, na sua principal função. Dada a impossibilidade de estar presente fisicamente em todos os templos, o faraó devia delegar as suas funções de culto aos sacerdotes.

O faraó ocupava o lugar central não só no domínio da religião, mas também da história e da arte. De fato, a própria subdivisão da história do Egito faraônico se apoia nas dinastias de reis. Da mesma forma, na arte e na literatura também é possível observar a centralidade da figura do faraó. Como afirma Hornung (apud DONADONI, 1994),

se nos detivermos a observar o mundo das “pessoas”, as camadas sociais mais baixas, também aí, como pano de fundo onipresente encontramos a figura do faraó: é para ele que se trabalha, é dele que se recebem os meios de sustento, é nele que se apoiam todas as esperanças religiosas.



A palavra faraó provém da expressão *per-ao*, que no Antigo Império designava a “Grande Casa”, isto é, a casa do príncipe, incluindo a sua residência e seus ministérios. No Novo Império, o termo passou a designar a própria pessoa do rei. Porém, a palavra faraó não era utilizada nos documentos oficiais, nos quais monarca era referido como *nesu* (rei), *neb* (senhor) ou *hemef* (majestade), mas pelo povo, e o seu uso foi bastante tardio, ocorrendo só a partir do século XIV a.C.

No momento da coroação, o faraó era associado a uma lista de cinco títulos, que se fixou definitivamente no Antigo Império. O primeiro é a identificação do rei com o deus Hórus (que se representa como um falcão). O segundo é o elemento *Nebti*, “as duas senhoras”, que representa as duas deusas protetoras do Alto e do Baixo Egito, a deusa-abutre, Nekhbet, e a deusa-cobra, Uto. O terceiro título é o “nome de ouro” (ou “nome de Hórus de ouro”), sendo que o ouro representa a matéria de que são feitos os deuses e as suas imagens. O “nome do trono” constitui o quarto título, *Nesut-bitj*, “rei do Alto e do Baixo Egito”, cuja unificação é vista pelos antigos egípcios como o início da História. O quinto e último título era o nome de nascimento do rei.

Os títulos e apelativos anteriores eram complementados por outros elementos que reforçavam a função do soberano. O faraó também se distinguia do resto dos homens por suas insígnias reais. De forma similar aos deuses, os reis apresentavam uma longa barba cerimonial fixada ao queixo mediante uma fita atada em volta da cabeça. Mas, sem dúvida, um dos elementos mais importantes que identificam os faraós são as coroas. Apesar das mudanças de forma e de material ao longo do tempo, elas constituem um claro elemento de continuidade.

As coroas aparecem representadas desde tempos muito antigos, como é possível observar na paleta de Narmer (**Figura 10.1**) e em muitas outras imagens. A coroa branca, uma tiara alta que parece

fabricada em couro, simboliza o Alto Egito. Por sua vez, a coroa vermelha do Baixo Egito é achatada e guarnecida, na parte superior, por uma espécie de espiral. A união das duas coroas é a “dupla coroa”, que simboliza o controle de todo o território. No Novo Império a iconografia mostra a utilização de outra coroa em forma de elmo, a chamada “coroa azul”. Além dessas, é possível observar nas imagens coroas feitas com materiais variados, como plumas, placas de metal, chifres etc. Devemos mencionar que até hoje não foram encontradas coroas originais. Portanto, a nossa informação se apoia só nas reproduções encontradas (**Figura 10.2**).

Outra importante insígnia do faraó era o bastão curvo de pastor, denominado “açoite”, atributo que também identificava os deuses. Às vezes o faraó utilizava outros paramentos, como uma cauda de touro sujeita em volta da cintura (que representava a soberania, associada com esse animal), ou vestia uma pele de pantera, quando assumia funções sacerdotais.

Aos títulos e paramentos, devemos adicionar um cerimonial muito preciso na corte, do qual só temos algumas menções esporádicas.

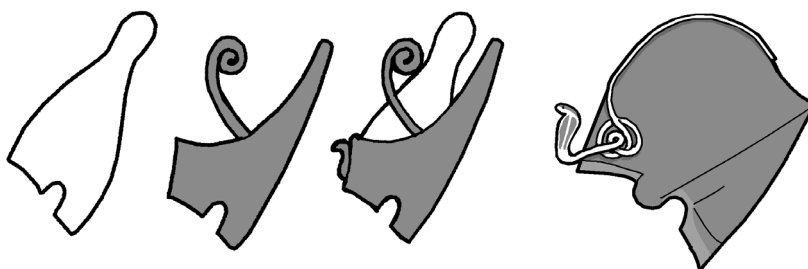


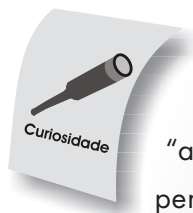
Figura 10.2: Da esquerda para a direita: coroa do Alto Egito, coroa do Baixo Egito, dupla coroa e coroa Azul (Ilustrações).

A pessoa do faraó encontrava-se submetida à função que tinha de desempenhar, portanto, só podemos conhecer alguns aspectos da personalidade dos faraós por textos isolados. Na maioria das vezes, tanto nos textos como nas imagens, os soberanos se apresentam por

meio de figuras ou descrições idealizadas e pouco realistas. Assim, se bem que as inscrições oficiais digam que o rei “nunca dorme”, outras poucas fontes alternativas indicam que os faraós eram bem mais humanos e sentiam tédio, curiosidade etc.

Pode-se observar as opiniões pessoais de certos faraós analisando com detalhe algumas fontes, como o texto conhecido como *Ensinamento para Merikara*, em que o rei Kethi III (X dinastia, finais do III milênio) escreve uma série de conselhos sobre o bom governo para o príncipe herdeiro, Merikara. Mesmo quando grande parte do texto fala de assuntos de Estado, certas passagens se focam na noção de justiça e na relação com o mundo divino, assuntos que escapam ligeiramente aos ensinamentos de um rei ao seu príncipe herdeiro para situar-se no relacionamento entre pai e filho. Da mesma forma, podemos obter informação relacionada com a personalidade dos faraós a partir de algumas cartas que se conservaram pelo fato de terem sido gravadas em túmulos ou estelas.

Afortunadamente, a pesquisa arqueológica também permitiu obter importante informação estudando as múmias dos faraós. Assim, foi possível conhecer desde a altura e o aspecto físico dos reis até as doenças de que padeceram e as causas da morte.



Mesmo sabendo que, como afirma Hornung, “a pele vazia das múmias nada revela acerca dos pensamentos e dos sentimentos do homem”, as pesquisas arqueológicas efetuadas nas múmias dos faraós permitiram obter informação útil e até, de certa forma, “humanizar” os reis do antigo Egito, desprovido-os da sua imagem estereotipada. Assim, por exemplo, podemos saber que Tutmés III media 1,62m de altura e que morreu com setenta anos de idade. Por sua vez, os estudos revelaram que Amenófis III sofria de obesidade e, na sua velhice, padecia de

fortes dores de dentes. Alguns faraós padeceram de artrite, paralisia infantil e outras doenças. Às vezes essa informação serviu para confirmar ou desmentir fatos duvidosos, como a discussão entre estudiosos a respeito da causa da morte do faraó Tutancâmon (acontecida em 1352 a.C.), famoso não pelo seu reinado, mas devido à sua tumba, que foi descoberta intacta. Efetivamente, alguns pesquisadores sustentavam a teoria de que o faraó teria sido assassinado. Pesquisas feitas na múmia de Tutancâmon, em 2005, determinaram que, apesar de ter morrido jovem (com dezenove anos), a causa da morte não teria sido um golpe recebido na nuca, mas algum tipo de complicação relacionada com uma fratura na perna ou outra causa indeterminada.

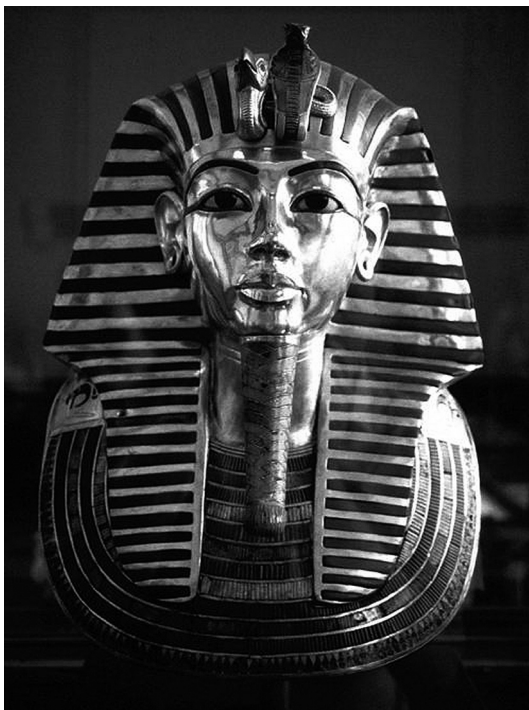


Figura 10.3: Máscara funerária de Tutancâmon
(Museu do Cairo).

Fonte: <http://es.wikipedia.org/wiki/Tutankamon>

A realeza tinha um caráter fortemente masculino e teve também a flexibilidade suficiente para admitir mulheres em seu seio. Na primeira dinastia, a rainha Meritneit foi regente até seu filho atingir a maioridade. Durante esse período, ela usufruiu de uma série de privilégios próprios do rei. Quatro mulheres tornaram-se faraós. As duas primeiras, Nitócris e Sebeknefru, assinalam o final de uma dinastia. As duas últimas, Hatshepsut e Tausré, passaram à história como usurpadoras.

Entre todos os deuses, o faraó era identificado mais habitualmente com Ra, o deus solar. Assim como a luz, considerava-se que os faraós davam forma ao mundo por meio da sua luz criadora, afugentavam os inimigos e iluminavam o seu povo. Esse caráter criador estava relacionado com uma das ações que caracterizavam o rei: as grandes construções, que podiam ser estátuas, obeliscos, palácios, templos etc. Essa característica fazia com que os faraós se sentissem na obrigação de criar algo novo, algo que os diferenciasse dos outros monarcas, uma obra que superasse todas as anteriores. Inclusive, em momentos de menos abundância, muitos reis se contentavam em ampliar templos que já existiam ou, simplesmente, colocar inscrições em monumentos criados por outros.

Outro elemento que caracterizava o comportamento do faraó era o aspecto militar. O faraó era o senhor da guerra. Segundo Hornung (p. 256),

Muitas das campanhas militares que nos foram transmitidas não exprimem uma real necessidade política ou econômica, mas apenas uma necessidade de “derrotar o inimigo” meramente ritual; de fato, o faraó, a partir do preciso momento em que assumia o Poder, devia afirmar-se de imediato como triunfador dos seus inimigos.

Todo o mérito de derrotar o inimigo era do rei, o que fica evidente em textos como os “Anais” de Tutmés III, quando se relata a vitória das tropas egípcias frente a uma coligação de inimigos:

"Então, a pujança de Sua Majestade passou para a cabeça das tropas e quando [os inimigos] viram a imponência de Sua Majestade, fugiram desordenadamente para Megido, com os rostos aterrorizados."



Figura 10.4: Estátua do faraó Tutmósis III (Museu de Luxor).

Fonte: <http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:TuthmosisIII.JPG>

Como afirma Yoyotte (apud MOKHTAR, 1983), "a sucessão real cerca-se de algum mistério". Se bem que era costume que o filho homem sucedesse ao pai no trono, essa transmissão hereditária não era o único fundamento da realeza. Cada soberano, além de ter sido escolhido pelo pai como herdeiro, também era "escolhido" pelo deus da sua cidade de origem. Assim, a legitimidade apoiava-se tanto na transmissão hereditária como no "direito divino", segundo o qual cada reinado era considerado como um novo início, uma renovação.

○ Estado faraônico

As teorias que se desenvolveram a respeito do Estado antigo são muitas e muito diversas. Porém, um elemento que subjaz a todos eles é a constituição de uma lógica social nova, que já não se baseia no parentesco, e implica a existência de uma classe governante que se apropria do excedente mediante a tributação. Também implica a presença de um grupo de funcionários que dependem dessa classe e que dispõem de mecanismos de registro escrito. Para que essa nova lógica funcione, deve existir o que Max Weber identificou como monopólio legítimo da coerção, isto é, sendo a classe governante a parcela minoritária da população, a imposição da sua vontade às maiorias bem como a extração regular de um tributo e a manutenção de um corpo de burocratas e especialistas ao seu serviço não seriam possíveis sem o mencionado monopólio sobre a coerção.

Segundo Campagno (2006), o Estado no antigo Egito podia ser reconhecido a partir de três grandes capacidades: a de coerção, a de criação e a de intervenção. Vejamos como o autor caracteriza cada uma dessas capacidades.

Em primeiro lugar, diz o autor, o Estado se faz presente na sua capacidade de coerção, sendo essa capacidade visível em duas frentes: a externa e a interna. De fato, é conhecido o caráter militar do Estado no Egito faraônico, mesmo desde a sua expansão inicial, no IV milênio a.C. Como você já viu, o rei é um guerreiro, e suas vitórias garantem a ordem e mantêm afastadas as forças do caos. Qualquer grupo organizado que exerça a violência independentemente do Estado se transforma automaticamente em inimigo. Além do fato de que ninguém pode utilizar a coerção fora do Estado, é necessário manter a ordem interna, missão que também fica por conta do soberano e para a qual organiza milícias internas para garantir a segurança. Por uma parte, essa coerção permite que o grupo dominante fique mais coeso, seja pela sua participação no mando do exército ou por pertencer ao grupo social liderado pelo rei. No outro extremo, os camponeses sentem o peso da coerção

pelo fato de ter de fazer parte do exército, por meio da instituição da corveia real, bem como no momento da tributação. As fontes são eloquentes a respeito do que acontece com o camponês que não consegue pagar o tributo exigido.

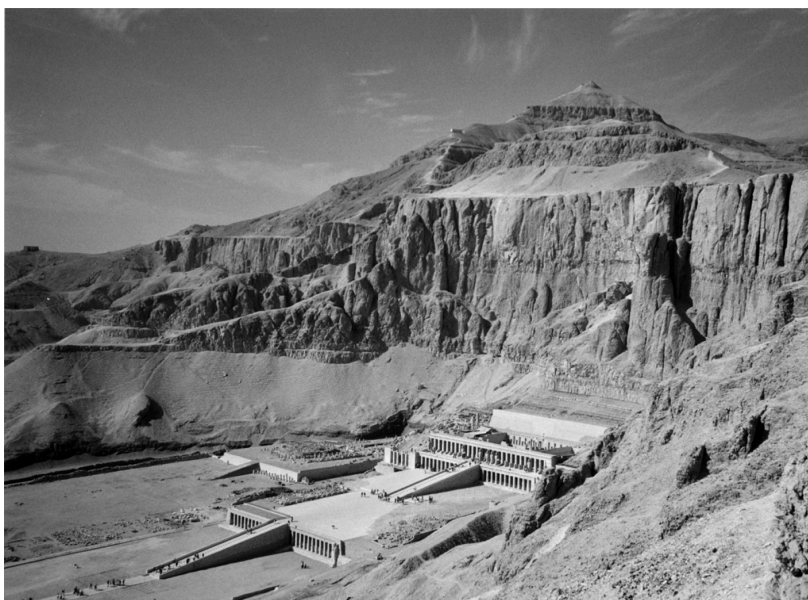


Figura 10.5: Templo da rainha Hatchepsut (Deir el-Bahari).

Fonte: [http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Tempel_der_Hatschepsut_\(Deir_el-Bahari\).jpg](http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Tempel_der_Hatschepsut_(Deir_el-Bahari).jpg)

Com relação à segunda capacidade, a de criação, Campagno diz que justamente o poder de dispor da tributação, seja em grão, seja em trabalho, permite que o Estado disponha de uma grande força de trabalho e de importantes recursos para realizar obras de grande porte que iriam deixar a sua marca na paisagem no vale do Nilo. Essa potência criadora não só se observa nos monumentos, alguns realmente impressionantes, como as pirâmides de Gizé, mas também na fundação de núcleos urbanos, como Mênfis. A capacidade de construir grandes obras fortalece a imagem de estabilidade do Estado.

A última capacidade de que nos fala Campagno é a capacidade de intervenção no tecido social egípcio. Junto com seu poder para impor pela força e criar, o Estado demonstra a

capacidade de interferir, monopolizar, recodificar e reorientar (CAMPAGNO, 2006, p. 34). E essa capacidade se expressa a partir da prática burocrática, com a criação de um corpo administrativo independente das relações de parentesco: o burocrata é um representante do Estado e como tal, deve ser obedecido. É por intermédio dos seus funcionários que o Estado consegue efetivar suas capacidades, construir, conduzir exércitos, organizar a religião.



Figura 10.6: Pirâmides de Gizé.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Pir%C3%A2mides_de_Giz%C3%A9



Atende ao Objetivo 1

1. Observe com atenção as **Figuras 10.4 e 10.5**, leia o fragmento a seguir e responda à pergunta:

(...) a solidez e permanência material das estruturas [ajuda a] convencer o espectador a respeito da força que surgiu (...) o esplendor desses edifícios proclama, e, portanto, reforça os status dos governantes, dos seus deuses protetores e do Estado (...). Ainda mais, por participarem na construção dos monumentos que glorificam o poder das classes altas, os trabalhadores camponeses estão habilitados para reconhecerem seu status subordinado e seu sentido da própria inferioridade é reforçado (TRIGGER, 1990).

Segundo Campagno (2006), uma das capacidades fundamentais do Estado antigo é a de construir. Que benefícios concretos trazia para o Estado no antigo Egito a construção de monumentos e prédios imponentes, como as pirâmides de Gizé e o templo da rainha Hatchepsut?

Resposta Comentada

A construção de monumentos e prédios de grandes dimensões conferia diversos benefícios ao Estado no antigo Egito. Por uma parte, eles davam legitimidade ao domínio da classe governante transmitindo uma imagem de poder e estabilidade. De um lado, neles se materializava o Estado, uma organização poderosa capaz de executar obras impensáveis

para outros tipos de organizações menores, como a aldeia e até os nomos de forma individual. De outro, a participação dos próprios camponeses nas construções, por meio da corveia real (ver Aula 9), reafirmava a sua submissão à ordem estabelecida.

A estrutura burocrática

Como dissemos anteriormente, o Estado não teria conseguido controlar com eficiência o extenso território sem contar com a colaboração de uma organização administrativa, independente dos laços familiares tradicionais. Nas palavras de Kemp (apud CAMPAGNO, 2006), “um sistema burocrático é uma maneira passiva e ordenada de exercer o poder em contraste com a coerção direta”.

Mesmo sendo o faraó o mais absoluto dos monarcas, a máxima autoridade militar, civil, religiosa e judiciária, já desde o Reino Antigo a crescente complexidade da administração fez com que ele tivesse de delegar uma parte das suas funções aos sacerdotes e diversos funcionários. Uma análise das listas de títulos dos funcionários que conformavam a burocracia estatal nos permite ter uma noção razoável da organização governamental:

governo dos nomos, hierarquia do clero e distribuição das obrigações religiosas dos sacerdotes, administração real ou sacerdotal das terras aráveis, dos rebanhos, das minas, dos silos, dos tesouros, do transporte fluvial, da justiça etc. (YOYOTTE, apud MOKTHAR, 1983).

Como se pode ver, o Estado exercia de forma abrangente a capacidade de intervenção no interior da sociedade, em âmbitos bem diversos.

A existência de organogramas rigorosos prova que a administração atingiu um alto grau de especialização. Como afirma Yoyotte (ibidem):

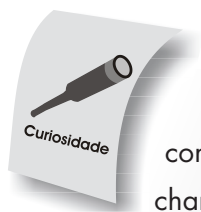
Provavelmente o poder do Egito no exterior dependia mais da sua organização avançada do que de sua agressividade e os monumentos que resistiram ao tempo, seguramente devem sua existência à perícia dos escribas na manipulação em grande escala do trabalho humano e dos materiais pesados.

O funcionário mais importante da administração estatal era o *tjati* ou vizir, cujas funções e atribuições lembram as de uma espécie de primeiro-ministro. Ele era responsável pela ordem pública, era chefe da Justiça, da administração central, dos celeiros e tesouros reais (CARDOSO, 1982). Depois do faraó, era a maior autoridade legal na terra. Às vezes, o *tjati*, igual a outros grandes funcionários, provinha da própria família do faraó. Alguns deles, inclusive, serviram a mais de um faraó de forma consecutiva.

O *tjati* não era o único assessor do faraó e, às vezes, nem era o mais importante. Muitas figuras importantes eram escolhidas pelo soberano para missões diversas. De fato, a estrita hierarquia administrativa nem sempre refletia o poder real, sendo que em determinadas ocasiões alguns funcionários menores, como escribas de recrutamento, eram promovidos ocupando funções de grande importância, até maior que as dos vizires.

Os censos, que se realizavam periodicamente, permitiam conhecer o número da população, a área das terras cultivadas e o número de cabeças de gado, informações que permitiam calcular o potencial de arrecadação de tributos e corveias devidos ao faraó.

O governo das províncias se organizava segundo as unidades criadas na pré-história a partir da agricultura irrigada, os nomos. O rei nomeava os governadores, ou nomarcas, cujas funções principais eram arrecadar impostos, ocupar-se das obras de irrigação, organizar as corveias e ocupar-se de administrar justiça.



Uma das fontes mais importantes para conhecer a organização da burocracia egípcia é o chamado *Onomasticon* de Amenemope, uma espécie de “manual” ou “dicionário”, escrito aproximadamente em 1300 a.C., que enumera uma lista completa de títulos e cargos, denominações de profissões etc., e que incluía desde o herdeiro do trono até jardineiros, agricultores, sacerdotes, artesãos, militares etc. Trata-se de uma das poucas obras desse tipo da qual conhecemos o autor, Amenemope, um escriba de livros sagrados.

Os funcionários que prestavam serviços na “casa do rei” eram mantidos pelo Estado. O palácio repartia habitualmente trigo, roupas, vasilhas do tesouro real, pão e cerveja entre os integrantes da estrutura administrativa. Mas não era só isso que recebiam os funcionários: nas tumbas de altos funcionários e outras pessoas que gozavam dos favores do rei se encontraram diversas imagens de propriedades pessoais, isto é, aldeias inteiras, gado e escravos. Essas propriedades particulares eram concedidas pelos reis em compensação pelos serviços prestados.

A contribuição dessa camada social à cultura egípcia foi importante. Desde os conjuntos monumentais até a literatura e a matemática, os funcionários deixaram marcas significativas na cultura.

Os escribas

Todas as seções da administração estatal contavam com um número significativo de escribas. Já no III milênio, os escribas cumpriam a importante função de criar, aprimorar e desenvolver a escrita. Com

o transcurso do tempo, eles se transformaram numa engrenagem indispensável da burocracia. Podemos verificar a importância de seu papel se observamos que, na época menfita, criou-se uma iconografia própria para representá-los. Tanto nos relevos como nas pinturas e nas estátuas, o escriba aparece estereotipado, sentado no chão, com os joelhos cruzados, o tronco ereto, um papiro desenrolado no chão e, habitualmente, o pincel na mão direita. De fato, a do escriba é a única reprodução nobre de um ofício que se registra no III milênio (ROCATTI; DONADONI, 1990). Até a ampliação parcial do domínio da escrita, que aconteceu no Médio Império, uma das funções principais do escriba era a de servir de intérprete das palavras esculpidas para a grande massa iletrada.

Além de sua função de inventor da escrita, o escriba muitas vezes se convertia em criador de textos. De fato, ele não só redigia textos sagrados, mas também certa literatura de passatempo, incentivada pelo palácio. Apesar de que em certas ocasiões exercia a sua discricionariedade para criar, em geral a escrita era rigidamente codificada.

No segundo milênio, os textos se multiplicaram e diversificaram, surgindo desde manuais científicos (médicos, geométricos, teológicos etc.) até rolos com diversas figuras como jogos, ilustrações religiosas, mapas topográficos, figuras humorísticas etc.

Na medida em que em que a profissão de escriba ia se tornando cada vez mais indispensável para a administração do Estado, ela ia sendo cada vez mais ambicionada como uma carreira de futuro. De fato, se exercer a profissão de escriba não era suficiente para ser considerado como integrante da classe social mais elevada, sem dúvida era uma forma de iniciar uma carreira promissória na burocracia. Um dos motivos que explicam isso é que, ao longo da sua formação, o escriba obtinha um conhecimento profundo de diversos temas religiosos, administrativos etc.

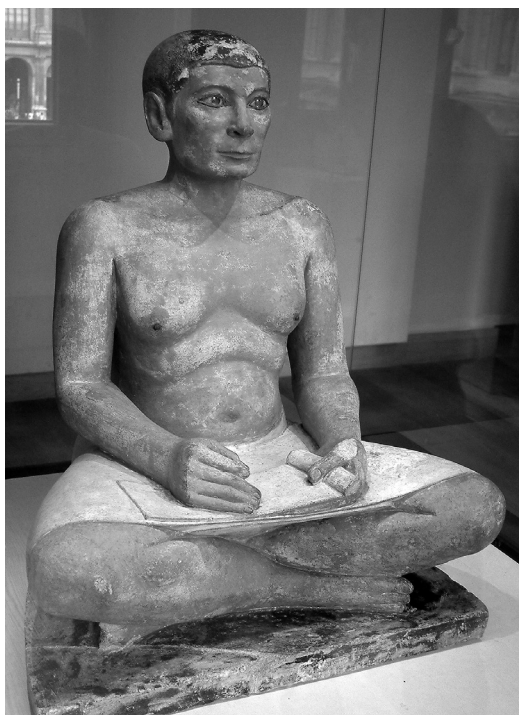


Figura 10.7: Escriba sentado (IV ou V dinastia, 2600-2350 a.C.). Museu do Louvre.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Egypte_louvre_285_scribe.jpg

No Novo Império, os escribas, de certa forma, ganharam a sua independência com relação à burocracia: eles se tornaram uma autêntica casta intelectual, com diversos privilégios. Uma prova disso é que as cópias de textos literários passaram a ser assinadas por eles. Nesse período, é possível que os escribas tenham desempenhado também funções de mediadores e intérpretes.

Atividade Final

Leia o fragmento a seguir e responda à pergunta:

Os feitos materiais dos estados antigos – pirâmides, riqueza evidente, palácios, templos, conquistas – todos dependeram de uma habilidade particular: administração de recursos (KEMP, 1987).

Qual foi o papel da burocracia no antigo Egito com relação à administração de recursos?

Resposta Comentada

A burocracia ocupou um papel-chave no Egito faraônico. A capacidade de intervenção do Estado exigiu a criação de um corpo de funcionários administrativos profissionais que se ocupavam de assuntos tão diversos como a percepção dos tributos, a organização das obras públicas, os sucessivos censos de população e a administração da Justiça, entre outras. Esse corpo administrativo permitia que os recursos naturais e a mão de obra fossem aproveitados segundo os interesses do grupo dominante, concentrando e distribuindo riqueza, garantindo a continuidade e o controle de um Estado onipresente sobre as mais diversas atividades.

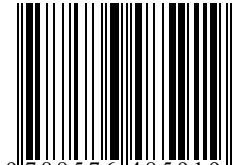
RESUMO

A partir do momento da unificação do Alto e do Baixo Egito, o Estado foi se desenvolvendo até atingir um nível de refinamento e eficácia que lhe permitiu manter o controle de um importante território e de um numeroso contingente de súditos. Se bem que o Estado não manteve o seu poder de forma ininterrupta, mas atravessou crises profundas, os denominados períodos intermediários, com seus respectivos efeitos de fragmentação e fortalecimento dos poderes locais em detrimento do poder central, a organização apurada de uma importante burocracia permitiu que os sucessivos faraós mantivessem o controle e desenvolvessem diversas atividades, desde campanhas militares até a construção de grandes obras como templos, palácios, obras hidráulicas e monumentos.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, estudaremos alguns aspectos relacionados com a composição da sociedade no antigo Egito, bem como a sua produção cultural.

ISBN 978-85-7648-591-9



9 788576 485919



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



Universidade Federal Fluminense

uff



UNIRIO



FAPERJ
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ministério
da Educação

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL